

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Any Lilian Maxemiuc Barcellos

Discursos de psicólogos em exame psicotécnico e artigo
científico: perspectiva dialógica

DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E
ESTUDOS DA LINGUAGEM

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Any Lilian Maxemiuc Barcellos

Discursos de psicólogos em exame psicotécnico e artigo
científico: perspectiva dialógica

DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E
ESTUDOS DA LINGUAGEM

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
DOUTORA em Linguística Aplicada e Estudos da
Linguagem, sob orientação da Prof^a Dr^a Elisabeth
Brait

SÃO PAULO

2009

ERRATA

1) Substituir a palavra '*psicodiagnóstico*' por '*exame psicotécnico*' em:

- sumário, item 5.2;

- introdução, pg. 13, 1º parágrafo, 2ª linha

2) Substituir o 3º parágrafo na página 14 por:

O documento que pertence à esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito, ao qual atribuí o título de exame psicotécnico, foi produzido por um psicólogo do trânsito como resultado da aplicação do teste PMK em um candidato à carteira nacional de habilitação (CNH), em uma clínica que emite laudos psicológicos para o Departamento de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP). O referido teste foi aplicado com o propósito de investigar aspectos da personalidade que podem interferir no comportamento de conduzir veículos automotores. Segundo Ocampo e Arzeno (1979/1990), a investigação de fatores da personalidade com propósitos específicos consiste em um processo psicodiagnóstico o qual

'ênfatiza a investigação de algum aspecto da personalidade particular segundo a sintomatologia e as características da indicação (se houver) abrangendo aspectos passados, presentes (diagnósticos) e futuros (prognóstico) [...] utilizando certas técnicas para alcançar tais objetivos (entrevista semi-dirigida, técnicas projetivas, entrevista de devolução)'
(Ocampo e Arzeno, 1979/1990:17)

Banca examinadora

Dedico esta tese a minhas avós
Olga Sperling Barcellos e
Anastácia Shutak Maxemiuc, *in*
memoriam

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa de doutorado

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Beth Brait, por ter me recebido e apoiado ao longo da realização do trabalho

Às professoras que participaram de minhas bancas de qualificação cujas recomendações foram indispensáveis para a conclusão da tese: Prof^a Dr^a Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Prof^a Dr^a Anna Rachel Machado, Prof^a Dr^a Maria do Carmo Guedes, Prof^a Dr^a Maria Elisabeth Montagna e Prof^a Dr^a Maria Izilda Santos de Matos

Aos meus pais Laudelino e Mariazinha e à minha irmã Eliane pela preocupação e apoio constantes

Ao meu irmão Fábio e à minha prima Marina pelas contribuições com a realização do trabalho

Aos amigos que compreenderam minha ausência e ofereceram a atenção e o carinho necessários nos momentos difíceis

RESUMO

O propósito deste estudo, fundamentado em uma abordagem dialógica do discurso e de uma perspectiva mais ampla naquilo que diz respeito a pesquisas que têm lugar na intersecção entre linguagem e trabalho, foi (a) ampliar a compreensão a respeito de uma atividade realizada por psicólogos: a produção de psicodiagnósticos para avaliar a competência emocional para conduzir veículos automotores, e (b) oferecer uma contribuição a pesquisadores ou quaisquer outros profissionais interessados por atividades desenvolvidas por psicólogos. De um ponto de vista mais específico, sua finalidade foi compreender o papel de psicólogos no âmbito de duas esferas distintas: a do controle e prevenção de acidentes de trânsito e a científico-acadêmica, com fundamento em uma abordagem dialógica do discurso por meio da análise de dois textos: (1) um exame psicotécnico composto por um conjunto de documentos que resultaram da aplicação do teste PMK (Psicodiagnóstico Miocinético) em um candidato à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por um Psicólogo do Trânsito credenciado pelo DETRAN para emitir laudos psicológicos e (2) um artigo acadêmico-científico, a respeito da eficácia do teste PMK para avaliar candidatos ao cargo de motorista, publicado na revista Boletim de Psicologia e assinado por um grupo de psicólogos/pesquisadores da Universidade de São Paulo, cujo propósito foi divulgar uma pesquisa anteriormente apresentada em simpósio que celebrou os 50 anos de existência do referido teste. A abordagem desses textos foi realizada a partir de uma perspectiva dialógica a qual implica a compreensão da noção bakhtiniana do dialogismo segundo a qual cada texto/enunciado singular consiste em uma rede de diálogos entre interlocutores e diálogos entre discursos caracterizados por relações de complementação, confronto, apoio mútuo ou quaisquer outras. Ao longo do processo de análise ficou constatado que esses textos são constituídos por diálogos entre as esferas da economia (indústria e comércio), da política e da ciência, formando uma intrincada teia de valores que se sobrepuseram ao propósito em torno do qual giram as atividades dos psicólogos que os criaram: o controle e a prevenção de acidentes de trânsito.

Palavras-chave: dialogismo, atividades de psicólogos, PMK, psicologia do trânsito

ABSTRACT

The study herein presented is founded on a dialogical approach of the discourse and, from a wider perspective, concerning studies which occur in the intersection of language and labor, was developed to (a) extend the comprehension of an activity developed by psychologists: the production of psychodiagnoses aiming to evaluate emotional balance; (b) offer a contribution to researchers or any other professionals whose interests fall on activities performed by psychologists. On the other hand, from a narrower perspective, its aim was to understand the role played by psychologists within two distinct spheres: the sphere where activities related to the control and prevention of traffic accidents are performed and the sphere constituted by academic and research settings. To perform such a task two texts were selected: (1) a psychodiagnosis composed by a set of documents which derive from the application of the test PMK (Miokinetic Psychodiagnosis) in an applicant to a driver's license, by a psychologist specialized in issues related to the ability of conducting a motor vehicle, and (2) a journal article about the role played by this test in the evaluation of driver's emotional balance, published in a journal named '*Boletim de Psicologia*' and created by a group of psychologists/researchers from *Universidade de São Paulo*, whose aim was to publish the result of a research previously presented in an event organized to celebrate the 50th anniversary of the test PMK. The dialogic approach implies the understanding of the *bakhtinian* notion of 'dialogism' according to which each single text consists on a net of dialogues between speakers and dialogues between discourses; each dialogue would be characterized by relations based on complementarity, confrontation, mutual support or relations of any other type. The development of the analytical process of the two texts revealed that both are constituted by dialogues belonging to the economic sphere (industry and commerce), to the political sphere and to the scientific sphere, forming an intricate web of values which overlap the purpose around which the activities of the psychologists who create them turn: the control and prevention of traffic accidents. Key-words: dialogism, psychologists activities , PMK, psychology of motorists

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Discursos constitutivos da Psicologia	23
1.1. a perspectiva dualista.....	23
1.1.1. Os sentidos como instrumento da alma para a compreensão do mundo.....	24
1.1.2. Os sentidos como instrumento de perversão da alma	24
1.2. a perspectiva racionalista.....	26
1.3. a perspectiva empirista.....	27
1.3.1. o associacionismo.....	28
1.3.2. a psicofísica.....	29
1.3.3. a introspecção.....	30
1.4. a perspectiva biológica.....	31
1.5. a perspectiva comportamentalista.....	33
1.6. a perspectiva humanista.....	34
1.7. a perspectiva sócio-histórica, ou crítica.....	34
2. O papel dos psicólogos no Brasil	37
2.1. o período pré-institucional.....	37
2.2. o período institucional.....	39
2.3. o período universitário.....	45
2.4. o período profissional.....	47
3. Fundamentos teórico-metodológicos da análise dialógica do discurso	51
3.1. Conceitos-chave	51

3.1.1. Língua, linguagem, texto, enunciado e discurso	51
3.1.2. Trabalho, atividade e tarefa	56
3.1.3. Esfera e campo	58
3.2. A linguagem no trabalho do Psicólogo do Trânsito e no trabalho dos psicólogos-pesquisadores.....	60
3.3. A noção de dialogismo	62
3.3.1. a materialização das relações dialógicas na concretude dos textos.....	68
3.3.1.1. categoria de pessoa	73
3.3.1.2. a categoria de tempo.....	80
3.3.1.3. a categoria de espaço.....	92
4. Estudos da linguagem e psicologia	98
4.1. Distinção entre psicologia e linguagem quanto ao objeto de estudo..	98
4.2. A compreensão de textos derivados do campo da psicologia no âmbito dos estudos da linguagem	100
4.3. Pesquisas realizadas no campo da psicologia com fundamento nos estudos de de Bakhtin e seu Círculo	103
5. Caracterização do corpus e metodologia de análise	106
5.1 O psicodiagnóstico miocinético (PMK) como técnica de mensuração em psicologia	106
5.1.1. caracterização e classificação dos testes psicológicos.....	109
5.1.1.2. testes projetivos para diagnóstico de personalidade.	111
5.1.1.3. O teste PMK: técnica grafomotora empregada na forma de abordagem projetiva.....	114
5.2. descrição do psicodiagnóstico e do artigo-acadêmico.....	121

5.2.1. o exame psicotécnico.....	121
5.2.2. o artigo acadêmico.....	131
5.3. Metodologia para a análise do corpus	138
6. Análise dialógica do exame psicotécnico e do artigo acadêmico	142
6.1. Condições concretas de realização ou situação de enunciação	142
6.1.1. o exame psicotécnico	142
6.1.2. o artigo acadêmico	143
6.2. Correntes da consciência oficial na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito e na esfera acadêmico-científica.....	144
6.2.1. os acidentes de trânsito e suas causas: fundamentos filosófico-científicos	145
6.2.2. o controle e a prevenção de acidentes de trânsito: políticas Implementadas	146
6.2.3. a obrigatoriedade do exame psicotécnico e a demanda para a produção e comercialização do teste PMK	150
6.2.4. o funcionamento da indústria automobilística e o tráfego de de veículos	151.
6.3. Análise lingüística dos textos que compõe o corpus	154
6.3.1. o dialogismo no exame psicotécnico	154
6.3.2. o dialogismo no artigo científico.....	167
Considerações finais	181
Referências bibliográficas	190

Índice de figuras	
1. Desenho de criança em teste projetivo	114
2. Esquema demonstrativo dos hemisférios cerebrais responsáveis pela	

lateralidade.....	118
3 Lineograma vertical mão esquerda preenchido pelo candidato e as medidas registradas pelo psicólogo.....	125
4. Representação esquemática da mensuração do lineograma vertical mão esquerda.....	126
5 Lineograma vertical esquerdo indicando tendência patológica à inibição.....	127
6. Lineograma indicando presença de disritmia.....	128
7. Lineograma indicando tendência a liberar mais energia do que os padrões considerados normais em situações de emergência.....	130
8. Capa da revista Boletim de Psicologia.....	131
9. O símbolo da Psicologia.....	132
10. Primeira página do artigo: 'o psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade'.....	134
11. Tabelas referentes a mensurações dos 'lineogramas mão esquerda' desenhados pelos sujeitos da pesquisa da qual derivou o artigo acadêmico	138
12. Participação da indústria automotiva brasileira no PIB.....	153
13. Gráfico demonstrativo da distribuição percentual da frota de veículos automotores por unidade da federação.....	153
14. Bastão de esculápio: símbolo da medicina.....	159
15. Lineogramas verticais mão esquerda relacionados a previsões de situações que aqueles que os produziram poderiam causar no tráfego de veículos automotores.....	163
16. Representação do rei Egeu, de Atenas consultando a sacerdotisa, ou pitonisa de Delfos.....	165
17. Anúncio publicitário divulgado por psicólogo em site da Internet.....	166
18. Tabela 12 do artigo 'O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade'.....	174
19. Teia dialógica na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito.....	183
20. Teia dialógica na esfera acadêmico-científica.....	185
21. Reprodução de comunicado da Fundação Carlos Chagas enviado à autora desta, em 1973.....	188

ANEXOS

1. Cópia da ficha de identificação do examinando
2. Cópia do relatório de análise do PMK (tabela)
3. Cópia do relatório de análise do PMK (gráficos)
4. Folha de lineogramas preenchida pelo candidato
5. Folha de ziguezagues preenchida pelo candidato
6. Folha de paralelas egocífugas e Us verticais preenchida pelo candidato

7. Folha de paralelas egocípetas e Us sagitais preenchida pelo candidato

INTRODUÇÃO

A finalidade do trabalho de pesquisa cujos resultados aqui descrevo foi compreender os sentidos construídos em dois tipos de textos: um psicodiagnóstico e um artigo científico. Ambos foram criados por psicólogos para registrar os resultados da interpretação do teste PMK, um instrumento de avaliação de dimensões emocionais da personalidade por meio da análise de configurações grafomotoras, aplicado com o propósito de avaliar a aptidão para conduzir veículos automotores. Para atingir essa finalidade utilizei procedimentos cujos fundamentos situam-se na noção de dialogismo, desenvolvida por Bakhtin e seu círculo ao longo de extensa obra (1976; 1978; 1988; 1929/2005; 1979/2000; 1927/2004; 1929/2005). De acordo com essa noção, qualquer texto constitui um tecido composto de muitas vozes entre as quais se estabelecem relações de complementação, apoio, confronto ou outras quaisquer. Bakhtin e os demais membros de seu Círculo constataram que qualquer expressão verbal, ou fala, por se originar de uma situação extra-verbal, só pode ser analisada em suas conexões dialógicas com essa situação. Essas conexões constituem sentidos na medida em que os elementos que compõem o sistema semântico-gramatical formal se ligam a demandas do mundo extra-verbal do qual a expressão ou fala emergiu. Ressalto que, no âmbito de uma abordagem dialógica do discurso, esses sentidos só podem ser desvelados nos pontos de união das dimensões verbal e extra-verbal.

Partindo dessa perspectiva, levantei a hipótese de que dos pontos de intersecção entre elementos da língua, mais especificamente a forma por meio da qual os índices de pessoa, tempo e espaço foram organizados no material que lhes serviu de suporte (formulários, revista, teste psicológico, ou outros), e a situação extra-verbal que circundou a produção desses textos (propósito das instituições que abrigaram a criação dos textos, pessoas responsáveis pela sua produção, espaços físicos dos quais emergiram, entre outros) poderiam surgir sentidos não-explicitos implicados nas atividades dos psicólogos que os produziram. Esses

sentidos foram aqui referidos como posições sócio-valorativas.

Segundo Miotello (2005), um estudioso da obra de Bakhtin, posições sócio-valorativas são atribuídas a objetos materiais em consequência de sua função em determinado grupo social. Elas constituiriam representações da realidade a partir de um lugar valorativo estabelecidas na comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor da esfera de atividades à qual esses objetos pertencem, revelando-a como: verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa. No caso específico deste estudo, considere o psicodiagnóstico e o artigo científico como objetos materiais que representam a realidade a partir de um lugar valorativo determinado na comunicação entre os grupos que se organizam ao redor de cada uma das esferas que engloba as atividades desenvolvidas pelos profissionais que os criaram: a esfera em que são realizadas atividades de controle e prevenção de acidentes de trânsito e a esfera em que são realizadas atividades científico-acadêmicas.

O documento que pertence à esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito, ao qual atribuí o título de psicodiagnóstico, foi produzido por um psicólogo do trânsito como resultado da aplicação do teste PMK em um candidato à carteira nacional de habilitação (CNH) em uma clínica que emite laudos psicológicos para o Departamento de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP). A escolha desse título deveu-se ao fato de que o texto é composto por documentos cujo propósito foi investigar aspectos da personalidade que interferem na condução de veículos automotores. Segundo Ocampo e Arzeno, o processo psicodiagnóstico

“ênfatiza a investigação de algum aspecto da personalidade particular segundo a sintomatologia e as características da indicação (se houver), abrangendo aspectos passados, presentes (diagnóstico) e futuros (prognóstico) [...] utilizando certas técnicas para alcançar tais objetivos (entrevista semi-dirigida, técnicas projetivas, entrevista de devolução)”
(Ocampo e Arzeno, 1979/2990:17);

o documento que pertence à esfera acadêmico-científica consiste em um artigo subscrito por psicólogos-pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) criado com a finalidade de divulgar os resultados de pesquisa em que avaliaram a eficácia do teste PMK como instrumento para construir psicodiagnósticos de candidatos ao cargo de motorista da reitoria dessa universidade. Esses psicólogos-pesquisadores foram motivados pelo grande número de reprovações de candidatos ao referido cargo que haviam sido previamente considerados aptos por psicólogos do trânsito.

Considerarei que essa distinção nas esferas de criação iria interferir, em certa medida, nos registros derivados da aplicação/interpretação do referido teste pois a linguagem “*funciona diferentemente para diferentes grupos, na medida em que diferentes materiais ideológicos configurados discursivamente participam do julgamento de cada situação*” (Brait, 2001:8). Por essa razão, procurei buscar nos textos não só os sentidos mais globais emergentes de atividades dos psicólogos que atuam nessas esferas, mas também procurei compreender os sentidos que se configuraram na especificidade de cada uma delas: o de representantes da academia científica e o de representante de clínica responsável pela emissão de laudos para candidatos à carteira de habilitação. Ressalto que apesar do teste PMK ter consistido no instrumento a que esses psicólogos recorreram para realizar suas atividades, o meu trabalho de pesquisa não tem o propósito de avaliar a sua eficácia. O meu foco aqui recai sobre a forma por meio da qual esses profissionais o utilizam para atender as demandas das esferas em que atuam.

Levando em conta ambas as dimensões, a global e a específica, da atividade desses profissionais, busquei ao longo do trabalho de pesquisa identificar as posições sócio-valorativas nela implicadas por meio de procedimentos cujo propósito foi encontrar respostas para as seguintes questões: de que tipo de

realidade esses textos derivam? quais os sentidos atribuídos a essa realidade (verdadeira ou falsa, boa ou má, ou quaisquer outros)? a que falas os criadores desses textos recorrem para construir esses sentidos, isto é, quais são as vozes, ou interlocutores, dialogicamente representadas ali? De que forma essas falas dialogam entre si: elas se confrontam, apóiam-se umas nas outras, rejeitam umas às outras, complementam-se? Considerei que as respostas a essas questões revelariam quais as posições sócio-valorativas que permeiam as atividades desses profissionais, ou seja, considerei que elas esclareceriam de que forma a realidade é representada na comunicação que se dá nos grupos de que fazem parte o Psicólogo do Trânsito e os psicólogos pesquisadores da Universidade de São Paulo.

Uma das razões que despertou o meu interesse em aprofundar conhecimentos a respeito dessas atividades foi a possibilidade de enriquecer a minha prática profissional pois atuo como psicóloga em uma instituição de ensino superior, fornecendo assistência a alunos com qualquer tipo de dificuldade no que concerne à dimensão intelecto/emocional de sua personalidade. O propósito de minha atuação é intervir, algumas vezes com o recurso de testes, visando a superação da dificuldade reportada. Isso significa que partilho com o psicólogo do trânsito e com os psicólogos-pesquisadores a função mais ampla atribuída aos profissionais psicólogos que é *“intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais”* (CFP, 1992). O aprofundamento dos meus conhecimentos seria resultante da reflexão a respeito das formas por meio das quais profissionais a cujo grupo pertencem realizam parte de suas atividades.

Outra razão que me levou a escolher atividades realizadas por psicólogos como objeto de estudo, em detrimento de quaisquer outras, foi a possibilidade de contribuir com os estudos que se inserem na linha de pesquisa 'Linguagem e Trabalho', do Programa de Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL –

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde, até a presente data, não foram realizados estudos cujo corpus consistisse em documentos derivados de atividades que incorporam a utilização de testes psicológicos; e, também, contribuir com psicólogos-pesquisadores ou quaisquer outros profissionais interessados em refletir a respeito das contribuições que a linguística possa vir a oferecer para sua prática. Considerarei que a possibilidade de contribuir com dois campos do conhecimento que, apesar de distintos, encontram-se situados na esfera das Ciências Humanas, atribuiria um valor adicional a esse estudo.

No entanto, estudar a atividade desses profissionais com recursos advindos de um campo do conhecimento distinto daquele em que atuo me posicionou frente a um desafio: selecionar uma abordagem entre a ampla gama de opções teórico-metodológicas disponíveis no LAEL (Departamento de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Entre estas já havia recorrido à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), em minha dissertação de mestrado, para análise/interpretação de um corpus recolhido em um meio de comunicação de massa,. À época constatei que alguns autores que publicaram pesquisas no âmbito dessa abordagem (LSF), recorreram aos estudos de Bakhtin, para enfatizar a importância de se levar em conta elementos extralinguísticos e intertextuais no campo da análise do discurso (Lemke, 1988; Graham,2002). Esse foi um dos fatores que contribuiu com a opção pelo arcabouço teórico-reflexivo que constitui o pensamento *bakhtiniano*. Outros dois fatores foram:

- primeiro, o fato de que essa perspectiva teórico-metodológica cria possibilidades de se abordar a linguagem transdisciplinarmente com o auxílio “*de campos como a educação, a pesquisa, a história, a antropologia, a psicologia, etc.*” (Brait, 2005:8), situação essa que já se configurava visto que iria recorrer ao campo dos estudos da linguagem para compreender textos produzidos no campo da psicologia. Além disso, uma abordagem transdisciplinar da linguagem me permitiria recorrer a outros campos do conhecimento como o campo da história,

da psicanálise, ou outros quaisquer, para compreender o meu corpus; e,

- segundo, o fato de ter localizado apenas dois estudos de psicólogos que recorreram à obra de Bakhtin para desenvolver pesquisas no campo da psicologia: Leiman (1998) que utilizou como corpus registros de falas de pacientes e Pereira (1999) que procurou estabelecer relações entre os estudos de Bakhtin e os estudos de Skinner naquilo que dizia respeito à compreensão da linguagem. Devo esclarecer que o fato de ter localizado apenas esses dois estudos não significa que inexistem outros, aos quais não tive acesso, que possam ser classificados nessa categoria. De qualquer forma, o fato de eu ter selecionado dois textos resultantes de práticas concretas que tiveram lugar em um tempo e espaço específicos do mundo real, o psicodiagnóstico produzido por um Psicólogo do Trânsito e um artigo científico produzido por psicólogos-pesquisadores na Universidade de São Paulo, garantiriam a originalidade da pesquisa.

Outro desafio foi o fato de eu pertencer à mesma categoria profissional daqueles cujos textos compõem o meu corpus: apesar de familiaridade com a prática profissional e com o material utilizado por eles, havia a possibilidade de que fatores subjetivos viessem a comprometer os resultados da pesquisa. Essa possibilidade já havia sido discutida por Amorim (2004) ao afirmar haver situações:

“em que o pesquisador não se diferencia em nada de seu sujeito de pesquisa (por pertencer à mesma classe social, ou à mesma geração, etc.) mas, de todo modo, a diferença que permeia o ato de pesquisa estará lá tornando esse sujeito um outro. Colocar esse sujeito no lugar de objeto de estudo instaura entre o sujeito cognoscente e o sujeito a conhecer uma relação de alteridade fundamental que emerge de uma diferença de lugar na construção do saber. O outro se torna estrangeiro pelo simples fato de eu pretender estudá-lo” (Amorim, 2004:31).

Assim, apesar de pertencer à mesma categoria profissional daqueles cujos textos

pretendia analisar, ao me posicionar em espaço diverso daquele em que eles e eu geralmente atuamos, estabeleceria uma relação de alteridade entre nós.

A opção de estudar atividades de colegas psicólogos por meio de uma abordagem dialógica do discurso implicou a necessidade de compreender os fundamentos históricos da Psicologia, isto é, os discursos dos quais derivam essas atividades, as falas com as quais esses profissionais estabelecem relações dialógicas. O resultado de minha tentativa em ampliar essa compreensão está sintetizado no capítulo um cujo título é 'Discursos constitutivos da psicologia' no interior do qual mostro o percurso histórico da psicologia ao evoluir da posição de um tópico em filosofia para a categoria de ciência; e, também no capítulo dois, cujo título é 'O papel dos psicólogos no Brasil' no qual relato a evolução das atividades desses profissionais no país. A elaboração desses dois capítulos apresentou uma dificuldade: delimitar as posições, ou discursos, que caracterizam diferentes pontos de vista pois a relação que se estabelece entre eles não é de sucessão. Ao invés disso, eles se justapõem e incorporam, ou rejeitam, posições uns dos outros de forma complexa.

Essa dificuldade, segundo Foucault (2005), é enfrentada por todo pesquisador no campo das Ciências Humanas e é superada na medida em que esse pesquisador entende que é o seu ponto de vista que atribui coerência ao conjunto de informações cuja compreensão escapa cada vez que ele pensa ter se aproximado dela. Essa posição se harmoniza com a perspectiva dialógica de discurso a qual implica a presença do falante na posição de organizador de dados, ou informações, em qualquer pesquisa na esfera das Ciências Humanas (Amorim, 2004). Assim sendo, o meu viés se incorporou ao texto "*não como uma fatalidade exterior que deveria ter sido reduzida mas como um elemento positivo que determinou e validou a análise*" (Foucault, 2005:20).

Ao tentar organizar essas informações deparei com um desafio adicional:

compreender os sentidos em que certas noções são empregadas na abordagem dialógica do discurso. Brait (2006) considera que apesar de próximos, alguns conceitos *“não são necessariamente intercambiáveis e nem sempre se fundamentam nos mesmos princípios, ganhando especificidades em diferentes teóricos ou tendências de análise”* (2006:28). Ela afirma que *“conceitos como enunciado e enunciação, tão largamente utilizados na área dos estudos da linguagem, estão longe de promover um consenso apresentando, ao contrário, uma grande polissemia de definições e empregos”* (Brait, 2005:62). Essa posição é também defendida por Miotello ao considerar que as palavras, por sua ubiquidade, *“se banham em todos os ambientes sociais e são tecidas por uma multiplicidade de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois freqüentaram e se constituíram em todos os campos das relações e dos conflitos sociais”* (Miotello, 2005:172).

As posições de Brait (2006) e Miotello (2005) foram por mim consideradas quando decidi incluir na fundamentação teórico-metodológica que constitui o terceiro capítulo desta tese, um item em que explico os sentidos em que certas noções são aqui empregadas. Nesse mesmo capítulo, discorro a respeito do princípio do dialogismo e as duas noções dele derivadas, o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. Apresento ali estratégias possíveis para a construção de diálogos em textos com o recurso das categorias de pessoa, de tempo e de espaço nos textos que compõem o corpus. Os sentidos que essas categorias incorporaram em cada um dos textos só se revelaram na relação que se estabeleceu entre elas, as outras categorias semântico-gramaticais presentes nesses textos e, principalmente, a situação extraverbal que circundou a sua criação. Essa situação extraverbal incluiu tendências da consciência oficial que constituem a abóbada sob a qual as atividades das quais os textos derivaram tiveram lugar.

Por outro lado, surgiu a dificuldade de compreender os sentidos implicados nos

textos, especialmente em parte dos documentos que compõem o psicodiagnóstico, por serem constituídos por elementos grafomotores ou viso-espaciais. Essa constatação me conduziu à busca de estudos nos quais fossem apontados caminhos para a análise discursiva desses elementos. O resultado dessa busca está sintetizado no capítulo quatro cujo título é ‘estudos da linguagem e psicologia’. Ele se subdivide em três partes:

- na primeira, com fundamento nos estudos de Bakhtin (1927/2004), Voloshinov/Bakhtin (1929/2004) e Bakhtin (1979/2000), estabeleço distinções entre os objetos de estudo no campo dos estudos da linguagem e no campo da psicologia;
- na segunda, com o apoio de autores como Benveniste (1966); Lacan (1966); Deleuze & Guattari (1995/2005) e Vygotsky (1935/1991), mostro de que maneira esses dois campos do conhecimento se inter-relacionam. Apesar desses autores partirem de pontos de vista diversos, seus estudos se intersectam na medida em que oferecem recursos teórico-metodológicos para a análise de elementos viso-espaciais; e,
- na terceira, relaciono duas pesquisas (Leiman, 1998; Pereira, 1999) realizadas no campo da psicologia cujos autores se apoiaram na obra de Bakhtin e seu círculo.

A descrição do corpus e a metodologia a que recorri para analisar e interpretar os documentos que o compõem está explicitada no capítulo cinco onde primeiro, com a finalidade de situar o teste PMK (de cuja aplicação o corpus deriva) na categoria de instrumento de medida de fatores emocionais, discorro a respeito da função dos instrumentos de mensuração psicológica; em seguida, apresento os princípios nos quais esse teste se fundamenta; depois, descrevo detalhadamente os dois textos cujos elementos constitutivos incluem índices que remetem ao teste PMK; finalmente, explico o método, derivado da proposta de Voloshinov/Bakhtin (1929/2004), utilizado para a análise dos dois textos e os procedimentos por

meio dos quais esse método foi operacionalizado em passos que conduziram ao desvelamento das relações dialógicas, ou posições sócio-valorativas, implicadas na atividade dos psicólogos subscrevem esses documentos.

Em seguida, no último capítulo, o de número 6, cujo título é 'Análise dialógica do psicodiagnóstico e do artigo acadêmico', relaciono ao longo de suas três partes, os resultados da análise dialógica de ambos os textos: na primeira, descrevo as condições concretas de realização dos textos; na segunda, discorro a respeito das tendências ou correntes da consciência oficial incorporadas à atividade; na terceira, apresento os resultados da análise das categorias lingüísticas de pessoa, de tempo e de espaço de ambos os textos na medida em que são utilizadas para construir diálogos com as condições concretas de enunciação e com a consciência oficial na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito.

Na última parte da tese intitulada 'Considerações finais' apresento primeiro a teia dialógica que constitui os referidos textos para, em seguida, apresentar as posições sócio-valorativas que emergiram da referida teia. Depois, teço considerações a respeito das contribuições desta tese para o aprofundamento dos conhecimentos a respeito das relações que se estabelecem entre linguagem e trabalho e para o aprofundamento de conhecimentos a respeito de minha atividade como profissional no campo da psicologia. Finalmente, incluo alguns caminhos possíveis relacionados ao desdobramento da presente pesquisa.

CAPÍTULO 1

DISCURSOS CONSTITUTIVOS DA PSICOLOGIA

A finalidade deste capítulo é apresentar os diferentes pontos de vista que deram origem a discursos na psicologia contemporânea à qual o psicodiagnóstico e o artigo científico que compõem o corpus pertencem. Esclareço, primeiro, que a origem da palavra psicologia remonta ao remonta ao século VI a.C., época em que o termo *psyche*, representava alento vital, hálito ou alma, atributo de todos os seres vivos. Telford e Sawrey afirmam que psicologia, na Grécia antiga, “*significava um discurso ou discussão, acerca da alma*” (1974:21). Em seguida sintetizo as perspectivas que tiveram lugar ao longo do desenvolvimento desse campo do conhecimento: (1) a perspectiva dualista, que pressupõe uma cisão alma e corpo físico; (2) a perspectiva racionalista, que rejeita idéia de uma alma mística, considerando-a como uma dimensão humana que possui atributos inatos; (3) a perspectiva empirista, que se baseia no princípio de que a mente possui uma estrutura concreta ou funções específicas que podem ser estudadas com o recurso de métodos científicos; (4) a perspectiva biológica, fundada na teoria evolucionista; (5) a perspectiva comportamentalista, segundo a qual o objeto de estudo da psicologia seria o comportamento observável; (6) a perspectiva humanista, que pressupõe a compreensão do homem por meio de estudos filosóficos e científicos de seu potencial para a reflexão e para a compaixão, entre outros fatores exclusivamente humanos e, (7) a perspectiva histórico-cultural, ou crítica, segundo a qual o pensamento e a ação humanas dependem das relações que o homem estabelece com o meio sócio/político/econômico em que se encontra inserido.

1.1. A perspectiva dualista

Essa perspectiva se desenvolveu no âmbito de dois pontos de vista: o primeiro, surgido na antiguidade, que considera o corpo como um instrumento para o

crescimento da alma e o segundo, incorporado à filosofia cristã, que parte do princípio de que o corpo é a fonte da perversão da alma e, como tal, deve ser contido por esta.

1.1.1. Os sentidos como instrumento da alma para a compreensão do mundo

Esse ponto de vista foi desenvolvido na antiguidade, por volta dos séculos IV e III a.C. e incorpora a idéia de que o corpo consiste em substância material habitada por uma alma pré-existente e imperecível que possui a faculdade de perceber/interpretar o mundo material. O corpo, por meio dos órgãos dos sentidos, seria apenas um instrumento à disposição da alma para a aquisição e transmissão de informações acerca das coisas materiais. Essa perspectiva encontra-se em texto que sintetiza o pensamento socrático: “só a razão é capaz de extrair das impressões subjetivas e passageiras, conceitos válidos e intercambiáveis entre seres dotados de uma razão idêntica” (Rosenfeld, 2003:16). Em sua ‘Apologia de Sócrates’ (Edições de Ouro, RJ, traduzido por Maria Lacerda de Moura), Platão afirma que seu mestre sugeria aos discípulos que fossem por toda parte persuadindo todos, jovens e velhos, a não se preocupar exclusivamente com o corpo ou com as riquezas, como deveriam preocupar-se com a alma, para que ela fosse, quanto possível, melhor. O pensamento aristotélico reflete posição similar, a de que o homem seria possuidor de uma alma racional “*pré-existente e imperecível*” (Rosenfeld, 2003:19). Essa posição implica a existência de um espaço concreto, material, onde a alma fica temporariamente (ao longo do período de uma vida) sediada. Essa dimensão espaço-temporal funciona como um instrumento para a evolução da alma.

1.1.2. Os sentidos como instrumento de perversão da alma

Para os pensadores cristãos, o corpo, e com ele os sentidos, seria o túmulo da alma a qual só seria libertada após a morte. A partir desse viés, o homem seria “o

veículo de uma consciência supranatural somente acessível ao homem quando os sentidos se mantivessem fechados” (Rosenfeld, 2003:26). A diferença entre a posição dos pensadores gregos e a posição dos pensadores cristãos está centrada no fato de que estes últimos desprezavam os conhecimentos obtidos através dos sentidos já que, para obter o verdadeiro conhecimento “a alma deveria libertar-se de todas as amarras carnis” (Rosenfeld, 2003:29).

Na psicologia de Santo Agostinho (354-430), o controle dos sentidos desempenhava um papel decisivo:

“os prazeres do ouvido me prendem e subjugam com mais força mas tu me desligaste, me libertaste. Agradam-me ainda, eu o confesso, os cânticos que tuas palavras vivificam, quando executados por voz suave e artística; todavia, eles não me prendem, e deles posso me desvencilhar quando quero (...) o prazer dos sentidos, que não deveria seduzir o espírito, muitas vezes me engana. Os sentidos não se limitam a seguir, humildemente, a razão; e mesmo tendo sido admitidos graças a ela, buscam precedê-la e conduzi-la. É nisso que peço sem o sentir, embora depois o perceba” (Santo Agostinho,387/2002:241-2).

A filosofia agostiniana sintetiza a perspectiva cristã de alma, segundo a qual o corpo consiste em um espaço no interior do qual a alma encontra-se aprisionada e no interior do qual ela se perverte. Essa alma, psique ou pensamento consistiria em algo etéreo cujo propósito deveria ser a libertação dos prazeres cuja origem estivesse situada no corpo material para, no futuro, vitoriosa na luta contra as paixões, ser acolhida por deus. A psique ou alma deve negar o espaço material concreto, o corpo, como fonte de conhecimentos e prazer pois é além da vida que se encontra a verdadeira liberdade.

A discussão acerca da distinção entre as experiências sensoriais e o pensamento é de alcance decisivo, já que é “em torno dela que se desencadeia a discussão

acerca do valor dos sentidos e da razão como meio de conhecimento” (Rosenfeld, 2003:14). Essa discussão foi responsável pelo aparecimento de duas correntes no campo dos estudos de fenômenos psicológicos: o racionalismo e o empirismo, que são apresentadas a seguir.

1.2. a perspectiva racionalista

Os pensadores pertencentes a essa corrente filosófica introduziram a idéia de que as capacidades mentais, em vez de pertencerem a uma esfera mística, consistiam em uma capacidade inata de compreender e explicar o mundo.

René Descartes (1596-1650), pensador de cujas reflexões essa corrente deriva, considerou que a mente, ou ‘o pensar’, não poderia ocupar nenhum espaço físico enquanto que o corpo consistiria em substância objetiva, mecânica na sua ação, obedecendo às mesmas leis da natureza inanimada. Para ele, a mente possuía idéias inatas, particularmente claras, independentemente do influxo das informações do mundo exterior consistindo em *“uma substância cuja essência ou natureza reside unicamente em pensar e que, para que exista, não necessita de lugar algum nem depende de nada material”* (Descartes, 1635/1974:67).

Esse ponto de vista foi defendido pelos filósofos pertencentes à corrente denominada escolástica segundo os quais a alma seria uma entidade que, independentemente das experiências sensoriais, poderia confrontar as teorias existentes acerca do mundo pois possuía uma capacidade inata de administrar informações - relacionar, julgar e comparar. A origem dessa capacidade seriam *“conteúdos intelectuais apriorísticos pressupostos em todas as percepções externas”* (Herrnstein e Boring, 1971:163) que poderiam ser acessados pelo homem através da introspecção. A alma/mente/razão teria a intuição da verdade através da qual era capaz de desenvolver suas noções inatas (Rosenfeld, 2003). Segundo essa visão, o homem não seria um receptor passivo de estímulos mas,

pelo contrário, um ser dotado de percepção ativa.

De acordo com pesquisa de Herrnstein e Boring (1971), Immanuel Kant (1724-1804) partiu desse princípio ao realizar um estudo dos limites e capacidades da mente, em especial a razão teórica considerando, por exemplo, a percepção de espaço como uma idéia 'a priori' necessária, pressuposta em todas as percepções externas pois sem ela "*não haveria qualquer experiência externa*" (Herrnstein e Boring, 1971:163), ponto de vista segundo o qual as noções de tempo e espaço são inatas, isto é, os espaços e os tempos do mundo real são determinados pela mente que consistiria na fonte de todo conhecimento, independentemente das experiências no mundo real.

Em obra recente, a partir de um viés racionalista, Giegerich (2008) considera que a psicologia contemporânea deveria atribuir maior importância aos conteúdos intelectuais da mente. Ele considera que essa ciência deveria desviar-se do campo das emoções e concentrar-se nas habilidades mentais responsáveis pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia. Para ele, nós psicólogos temos que compreender o esquema psicológico do pensamento superior, conceitual, abstrato, pois o alto nível de abstração que prevalece na ciência moderna foi realizado pela alma humana "*e isso mostra quão sofisticada intelectualmente a alma é hoje. O mundo moderno está fundado na concentração e esforços intelectuais de muitas, muitas gerações das maiores mentes que o ocidente já teve*" (Gierich, 2008:29-30)

1.3. a perspectiva empirista

O empirismo opõe-se à perspectiva racionalista ao fundamentar-se na idéia de que a única fonte de conhecimento humano seriam as experiências através dos órgãos dos sentidos. Segundo essa perspectiva, o homem é um ser cujo conhecimento de mundo depende da eficácia de órgãos físicos os quais seriam

responsáveis pela captação das informações a respeito do mundo. Os estudos desenvolvidos pelos pensadores que pertencem a essa corrente atribuem à alma/mente humana um caráter material: ela é constituída por feixes de nervos capazes de receber e processar informações. Segundo Rosenfeld (2003) os sofistas, pensadores da Grécia Antiga, podem ser considerados como os primeiros a apresentarem um empirismo radical, ao reduzir todas as experiências individuais a impressões sensoriais, subjetivas.

Ainda, segundo Rosenfeld (2003), alguns séculos mais tarde Juan Luis Vives (1492-1540) considerado o 'pai' da psicologia empírica afirmava que uma idéia permaneceria na mente, não pelo fato de ter sido dita, mas pelo fato de ter sido experienciada; Francis Bacon (1561-1626), na mesma linha, considerou que, para adquirir conhecimento, há somente um caminho: a experiência sensorial; e, também, Thomas Hobbes (1588-1679) contribuiu com a construção da psicologia de caráter empirista ao sustentar que o conhecimento do homem é obtido apenas através dos sentidos. No âmbito dessa perspectiva, a alma passa a ser representada como um objeto concreto situado em um espaço físico mensurável.

A perspectiva empirista se ramifica em diferentes direções, que se caracterizam primordialmente pelo desenvolvimento de métodos para pesquisar a alma/mente entre os quais se destacam o associacionismo, a psicofísica e a introspecção.

1.3.1. Associacionismo

John Locke (1632-1704) considerado o 'pai da psicologia experimental' afirmava que todas as idéias provinham da experiência e que a mente, em seu estado virginal, seria uma folha de papel em branco na qual a experiência escrevia. Ele foi o criador da 'associação de idéias' como estratégia para descrever o processo do pensamento. Keller, em texto onde apresenta a posição de Locke afirma que este partia do pressuposto de que as idéias podiam ser simples ou complexas, "as

últimas sendo , na realidade, compostas das primeiras e a elas redutíveis, através de análise cuidadosa” (Keller, 1974:7). Essa noção foi ampliada por David Hartley (1705-1757) o qual além das idéias passou a estudar sensações e ações. Ainda segundo Keller (1974), Hartley utilizava o princípio da associação *“para explicar a natureza da memória, imaginação, emoção e outros estados mentais complexos, mesmo aqueles atinentes à moral”* (Keller, 1974:12).

Na mesma linha de pensamento proposta por Locke e Hartley, James Mill (1773-1836) propôs que toda experiência se resume em sensações e idéias, combinadas em grupos, ou sucedendo-se temporalmente, pelo processo da associação. *“Para ele, a idéia ‘casa’ resultava da associação de idéias simples, como assoalho, paredes e janelas”* (Keller, 1974:12). Seu filho, John Stuart Mill (1806-1873), no entanto, apesar de apoiar o princípio da associação de idéias, interessou-se mais pelo complexo de idéias do que pela lógica das associações estabelecendo relações entre realidade objetiva e predisposição daquele que percebe. A relação entre a realidade objetiva e os processos sensoriais já havia sido discutida por George Berkeley (1685-1753) ao afirmar que as substâncias materiais só existiam como sensações. Citava como exemplo, entre outros, o fato de que *“ao observarmos uma pessoa a meio quilometro de distância, vemos algo muito pequeno o que não significa que a pessoa tenha encolhido mas sim que os objetos possuem um tamanho relativo que é uma função de seu afastamento”* (Keller, 1974:9/10).

1.3.2. Psicofísica

Fundamentado nos estudos Berkeley, Locke, Hartley e Mill o médico, físico e matemático Gustav Theodor Fechner (1801-1887) passou a utilizar seus conhecimentos nos campos da física e matemática para mensurar os processos sensoriais, o que lhe rendeu o título de fundador da psicofísica – psicologia quantitativa. Segundo Keller (1974), as pesquisas de Fechner provaram

“de uma vez por todas, que técnicas experimentais e procedimentos matemáticos poderiam ser aplicados a problemas psicológicos. Os métodos de mensuração que desenvolveu estão, ainda hoje em uso, em forma ligeiramente modificada, sempre que se quer encontrar algo definido sobre a sensibilidade do organismo humano, ou mesmo animal, às inúmeras e perturbadoras mudanças no mundo exterior: quão brilhante deve ser uma estrela para ser vista?; quão alto um som para ser ouvido?; quão pesado o toque para ser sentido? Para responder a estas questões e milhares de outras, voltamo-nos para os métodos psicofísicos de Fechner” (Keller, 1974:16).

1.3.3. Introspecção

A introspecção foi divulgada como um método que consistia na auto-observação das experiências mentais, que deveriam ser analisadas em seus elementos. Para que lhe fosse atribuído um caráter científico o sujeito, ao observar suas próprias experiências (sensações, imagens e sentimentos), deveria conduzir a observação de forma adequada, deveria ser capaz de experimentar as referidas sensações, imagens e sentimentos e, finalmente, deveria ser capaz de relatar adequadamente, ao pesquisador-psicólogo, o resultado de sua observação.

Os estudos derivados das técnicas implicadas no associacionismo, na psicofísica e na introspecção tiveram papel determinante nos estudos desenvolvidos por Wilhelm Wundt (1832-1920), médico alemão que fundou o primeiro laboratório psicológico do mundo, em 1881, em Leipzig, Alemanha. Ele foi responsável pela criação da primeira revista científica para publicação de pesquisas psicológicas e publicou, também, um livro intitulado *Esboços de Psicologia Fisiológica* o qual passou por seis edições revistas e aumentadas e de um para três volumes. Um aluno de Wundt, o inglês Edward Bradford Titchener foi o fundador do primeiro laboratório de psicologia nos Estados Unidos, na Universidade de Cornell, em 1892. Titchener integrou os estudos de Aristóteles sobre os órgãos dos sentidos

(por volta de 390 a.C, Aristóteles apresentou a diferenciação clássica dos sentidos, a qual nunca foi discutida, permanecendo até os dias atuais) com os estudos de fisiólogos que haviam desenvolvido previamente pesquisas a sobre os processos sensoriais. Essa integração “atribuiu a esses estudos maior clareza” (Keller, 1974:33). A produção científica de pesquisadores como Wundt, Titchener, colaboradores e discípulos, constituiu uma escola psicológica que “*tornou-se conhecida como estrutural ou introspectiva*” (idem:39) no interior da qual o problema da psicologia, consistia em “*descrever o conteúdo ou estrutura da mente ou consciência em termos de elementos e suas combinações*” (Keller, 1974:23).

1.4. A perspectiva biológica

Essa perspectiva surgiu a partir dos estudos de pesquisadores norte-americanos inspirados pela obra de Charles Darwin (1809-1882) na qual foi levantada a hipótese da seleção natural, para justificar a sobrevivência dos organismos. A partir da publicação da obra ‘A evolução das Espécies’, de Darwin, houve o surgimento de estudos que comparavam a

“psicologia dos animais e das crianças bem como pesquisas que relacionavam o ambiente natural e social. Sobreveio a época dos ‘instintos’, considerados como modos de ação úteis que poderiam garantir a sobrevivência das espécies e que, no seu caráter, dependiam da finalidade e do enriquecimento progressivo do organismo” (Herrnstein e Boring, 1971:501).

Freud, criador da abordagem teórico-metodológica da mente que foi denominada Psicanálise se apóia em uma perspectiva filogenética para explicar a mente humana. Ele distingue no ser humano duas classes de instintos:

“os instintos sexuais, ou o Eros, mais visível e acessível ao conhecimento, integrando, não somente o instinto sexual propriamente

dito, mas também os impulsos instintivos coarctados em sua finalidade e sublimados, derivados dele, assim como o instinto de conservação” (Freud,1923/1958:211) complementando que se baseia em “*reflexões teóricas apoiadas na biologia*” (idem).

Outro expoente da psicologia fundada em uma perspectiva biológica, evolucionista, foi William James (1842-1910), psicólogo norte-americano que se opunha à psicologia experimental à qual chamou de ‘psicologia dos instrumentos de latão’. Para ele, a mente consistia em algo pessoal, mutável e contínuo que se dirige ao mundo exterior e não a si própria. Segundo Keller, James “*concordava com a posição de Darwin de que a mente havia evoluído tanto com o propósito de dirigir um sistema complexo que havia se tornado incapaz de regular a si própria*” (Keller, 1974:44). De acordo com os estudos de James, a função da consciência seria guiar o organismo para os fins exigidos para sua sobrevivência pois “*o organismo humano possuía a capacidade de executar um grande conjunto de ações e podia enfrentar um número imenso de diferentes ambientes que exigiam ações radicalmente diversas*” (Herrnstein e Boring, 1971:619).

Os estudiosos que faziam parte desse grupo preocupavam-se com questões práticas como a educação e com estudos que comparavam o funcionamento da mente do homem normal com a mente do animal e de indivíduos considerados ‘anormais’. Foram chamados de funcionalistas e seu problema central consistia em determinar as relações entre o organismo e o meio, ou seja, o comportamento adaptativo. O zoólogo Herbert Spencer (1906) contribuiu com a psicologia funcionalista ao demonstrar que alguns processos psicológicos como “*discriminação, atenção e emoção são válidos tanto para as formas inferiores de animais quanto para o homem*” (Herrnstein e Boring, 1971: 595). Essa posição iguala o homem, como objeto de estudo, a todos os outros seres vivos existentes no planeta, isto é, seres que possuem uma dimensão instintiva que pode afetar suas ações de forma imprevisível.

1.5. A perspectiva comportamentalista

Estudiosos no âmbito dessa perspectiva rejeitaram tanto os trabalhos desenvolvidos tanto pelos assim chamados estruturalistas, como Wundt e Titchener, quanto os trabalhos desenvolvidos pelos funcionalistas, como James e Spencer. John Watson (1878-1958), em particular, rejeitou a idéia de que a atividade mental poderia constituir-se em objeto de estudo da psicologia. Para ele, não havia prova alguma da existência de ‘processos mentais’ e a consciência seria um conceito nem definível, nem utilizável mas sim “*meramente uma outra palavra para a alma de tempos mais antigos*” (Keller, 1974:57). Watson situava a psicologia no campo das ciências naturais e considerava que seu objeto só poderia ser ‘o fazer’ e ‘o dizer’ das pessoas, isto é, comportamentos observáveis que consistiam em respostas, reações ou ajustamentos a certos eventos antecedentes que ele chamava de estímulos ou situações-estímulo. Utilizou como método geral, a observação objetiva do comportamento e como técnica específica o condicionamento, preferencialmente com controle experimental. Ele considerava

“os testes mentais – de inteligência, aptidões especiais, etc. – como válidos pois avaliavam o desempenho do sujeito. Afirmava que os testes não deveriam ser considerados como não-científicos só por serem utilizados nos negócios cotidianos dos seres humanos” (Keller, 1974:64).

A concepção de homem defendida pelos comportamentalistas, ou *behavioristas*, como foram chamados os seguidores de Watson, aparece na obra de Skinner, um empirista radical, que deu seguimento ao trabalho desenvolvido por Watson e cuja posição revela o papel do psicólogo no âmbito dessa perspectiva. Segundo Skinner (1971), “*o homem se encontra controlado por seu ambiente, porém se deve esquecer que é um ambiente construído em grande parte pelo próprio homem. Isso significa que ainda não se viu o que o homem pode fazer do homem*”

(Skinner, 1971:159/160).

1.6. A perspectiva humanista

A partir dessa perspectiva o objeto da Psicologia passa a ser o homem em sua humanidade, isto é, o homem na sua dimensão espiritual, transcendental, reflexiva da qual derivam ações responsáveis e propósitos de vida autônomos. Abraham Maslow (1908-1970) é considerado o criador da psicologia humanista que ele explicava como sendo uma psicologia do ser integral, baseada no estudo de pessoas saudáveis, ativas e criativas (Moss, 2001).

Carl Rogers, outro fundador dessa perspectiva, afirmou sentir

“pouca simpatia pela idéia bastante generalizada de que o homem é fundamentalmente irracional e que seus impulsos, quando não controlados, levam à destruição de si e do outro. O comportamento humano é extremamente racional, evoluindo com uma complexidade sutil e ordenada para os objetivos que o seu organismo se esforça por atingir. A tragédia, para muitos de nós, deriva do fato de as nossas defesas nos impedirem de surpreender essa racionalidade de modo que estamos conscientemente a caminhar numa direção, quando organicamente seguimos outra” (Rogers,1969/2973:173).

1.7. A perspectiva sócio-histórica ou crítica

Essa perspectiva, mais recente nos estudos da Psicologia, considera a importância dos fenômenos sociais, políticos e econômicos na formação e desenvolvimento dos fenômenos psíquicos. Esse viés *“surgiu como resultado do grande número de trabalhos realizados na fronteira entre a Psicologia e as Ciências Sociais”* (Rosenfeld, 2003:119).

Um dos pensadores que desenvolveu estudos a partir desse ponto de vista, denominado sócio-histórico por Rosenfeld (2003), foi Gustave Le Bon (1841-1931). Ele dedicou sua atenção, principalmente, à psicologia das massas, considerando as multidões e os grupos como entidades que teriam mentalidade própria, diversa daquela dos indivíduos que a compunham. Seus estudos foram influenciados pelas pesquisas psiquiátricas francesas (entre as quais, as realizadas por Charcot) e atribuíram ênfase às extremas sugestionabilidade e histeria das massas, associando-as a uma ausência patológica de inibições racionais (Rosenfeld, 2003). Na mesma linha de pensamento encontram-se os estudos de Gabriel Tarde (1834-1904) que esboçou uma análise lógica das formas de interação social, chegando a formular uma série de leis acerca dos fenômenos através dos quais os indivíduos se influenciam mutuamente.

No âmbito da mesma proposta, Wilhelm Dilthey (1833-1911), destacou a importância da dimensão histórica da espécie humana, como meio de entender os fenômenos psíquicos. Para ele, toda manifestação viva tinha significado somente no interior de estruturas mais amplas. A psicologia, nesse sentido, estaria fundamentada nas ciências culturais e históricas. Ela seria descritiva e não explicativa das causalidades. Dilthey posicionou-se contra a psicologia atomista a qual, segundo ele, não daria conta dos processos psíquicos mais elevados. Estes, como fenômenos parciais, deveriam ser relacionados a conexões estruturais históricas e sociais, pelo fato de que as pessoas não viviam em um vácuo mas sim no interior de um fluxo histórico (Rosenfeld, 2003).

Eduard Spranger (1882-1963) é, também, considerado estudioso no âmbito de uma perspectiva sócio-histórica. Ele considerou que não seria possível explicar fenômenos espirituais. Em vez de serem explicados, eles deveriam ser entendidos, isto é, ter seu sentido apreendido, o que só poderia ocorrer se os referidos fenômenos fossem integrados a uma totalidade, como parte constitutiva. Assim, segundo ele, para que se compreender uma pessoa, haveria necessidade

de um saber acerca das conexões histórico-sociais mais amplas, que ele chamou de configurações espirituais supra-individuais (esferas econômica, científica, política, moral e religiosa), que o envolveriam e dominariam (Rosenfeld, 2003).

Em sua pesquisa a respeito do papel da psicologia a partir de uma perspectiva que ele chama de crítica, e que considero como derivada da sócio-cultural, Yamamoto (1987) afirma que os problemas ditos de natureza psicológica estão entranhados na estrutura da sociedade de classes e que, por essa razão, deve “*explorar uma possível dimensão política*” (Yamamoto, 1987:79) incorporando atividades que resultem na denúncia de injustiças cometidas por as instâncias de poder na sociedade.

O trabalho de Yamamoto refere-se mais especificamente à psicologia brasileira cuja constituição e desenvolvimento são apresentados no capítulo seguinte cujo propósito é situar historicamente as atividades dos psicólogos que produziram os textos que compõem o corpus.

CAPÍTULO 2 O PAPEL DOS PSICÓLOGOS NO BRASIL

A evolução da Psicologia no Brasil, como ciência e profissão, se divide em quatro períodos distintos, segundo Pessotti (1975/2004): o período pré-institucional, o período institucional, o período universitário e o período profissional. Entretanto, os primeiros estudos de cunho psicológico identificados têm “*caráter disperso e fragmentário pela falta de centros de indagação geral e de crítica científico-filosófica, como as universidades, que só foram instituídas no país na terceira década do século XX*” (Lourenço Filho, 1955/2004:73). Além disso, esses estudos tiveram lugar no seio das tradições filosóficas e religiosas portuguesas que permearam o ensino ministrado pelos padres da Companhia de Jesus a partir de 1580 (Pfromm Netto, 1981/2004).

2.1 o período pré-institucional

O período pré-institucional se estendeu desde a descoberta do Brasil até a criação das faculdades de medicina no país, na terceira década do século XIX. Ele se caracteriza pela emergência de estudos fundados nas concepções filosófico-religiosas dos jesuítas em tópicos como métodos de ensino, controle das emoções, causas da loucura, diferenças de comportamento entre sexos e raças, controle político, estratégias para persuadir os nativos e outros. Esses estudos foram desenvolvidos

“pela elite da época, religiosos e políticos de projeção e poder, que haviam freqüentado universidades européias e se encontravam muito acima da população na estrutura de poder. Entre eles estavam missionários da nova terra descoberta que se preocupavam, principalmente, com a conquista dos índios pela catequese, educação e aculturação. O processo por meio do qual a catequese e a

aculturação deveriam ocorrer variava da força à sedução, dependendo do grupo social a que pertenciam seus criadores: sacerdotes, moralistas ou políticos” (Pessotti, 1975/2004:210-11).

Os títulos de alguns desses estudos foram relacionados por Pessotti:

1) ‘Sermões’, de Antonio Vieira, escritos a partir de 1634, obra em que o autor, discorre a respeito de auto-conhecimento, da percepção acústica, das ilusões óticas, das paixões, das emoções e da influência do clima no temperamento humano;

2) ‘Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão’, de João Felipe Bettendorf, publicada em 1661, que discorre sobre o tratamento dado à mulher entre os índios;

3) ‘Tratado de Educação Física dos meninos para uso da nação portuguesa’, assinada por Francisco de Mello Franco, médico formado em Filosofia e Medicina em Coimbra. Por essa obra, em que propunha um sistema de educação dos sentidos e de treino psicomotor, o autor foi condenado, em 1777, como herege, naturalista e dogmático, pelo Santo Ofício; e,

4) ‘Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil’, de 1823, escrita por José Bonifácio de Andrada e Silva, que versava sobre o planejamento do controle político dos índios, visando a sua submissão aos valores e ao poder dos brancos.

Nessa obras “*nota-se a influência ideológica dos modelos europeus dominantes, principalmente o moralismo cristão de feitiço civilizatório*” (Pessotti, 1975/2004:213). Após a reforma pombalina, a filosofia religiosa foi substituída, sob influência dos estudos de John Locke, pelos conhecimentos fundados na ciência empírica

(Pfromm Netto, 1981/2004).

Concepções filosófico-religiosas portuguesas foram transplantadas no Brasil impregnando os mais remotos pensamentos, ações e ensino de cunho psicológico. Como herdeiro da cultura luso-européia, o país liga-se fundamentalmente à tradição do pensamento ocidental (Pfromm Netto, 1981/2004:140). Segundo Castilho e Marcondes Cabral (1950/2004), os estudos psicológicos no Brasil se caracterizaram, ao longo de sua história, por um desligamento das atividades vitais do país. Essa situação seria derivada das duras realidades da conquista em um contexto em que os letrados, egressos das escolas coloniais serviam para europeizar o país mas ao mesmo tempo sofriam “*a influência das condições da nova terra e dos costumes dos índios e depois dos negros*” (Castilho e Marcondes Cabral (1950/2004:42).

2.2. o período institucional

O início do segundo período, o institucional, coincide com a criação, em 1833, das faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, locais em que

“se inicia a formação de um saber psicológico brasileiro, em moldes acadêmicos. Os autores desse período tinham vínculos étnicos, afetivos ou culturais com a população e diferiam dos autores do período anterior por não estarem a serviço da religião, não se preocuparem com questões de civilização ou aculturação dos índios e não pretenderem ditar doutrinas morais. Eles eram profissionais da medicina, preocupados com questões científicas vinculadas a uma área específica do saber: a Psicologia” (Pessotti, 1975/2004:213).

Os trabalhos realizados por esses estudiosos consistiam, principalmente, em teses de doutoramento no campo da medicina.

O primeiro desses trabalhos foi publicado pelo médico Manuel Inácio de Figueiredo Jaime, sob o título 'Paixões e afetos da alma', na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1836. Entre 1853 e 1888, foram defendidas várias teses a respeito da influência da civilização nas doenças mentais, na Faculdade de Medicina da Bahia. No entanto, a primeira tese fundamentada na Psicologia Experimental, conforme praticada por Wundt, em seu laboratório de psicologia em Leipzig, foi desenvolvida por Henrique Roxo, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1900, sob o título 'Duração dos atos psíquicos elementares' (Pfromm Netto,1981/2004). Em 1911, na mesma faculdade, Plínio Olinto defendeu uma tese a respeito da associação de idéias, com base nos estudos de John Locke.

“Entre 1840 e 1900, quarenta e duas teses apresentadas na Faculdade de Medicina da Bahia versaram sobre temas vinculados à Psicologia e, no mesmo período, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram defendidos vinte e um trabalhos no campo da Psiquiatria sendo que uma dúzia deles tratava o seu objeto de estudo com fundamento na Psicologia” (Pfromm Netto,1981/2004:157).

Lourenço Filho considera que a consolidação da psicologia científica no Brasil, no começo do século XX, é devida a esses *“médicos brasileiros que haviam realizado estágios ou cursos de especialização em psiquiatria em hospitais europeus dotados de laboratório de psicologia” (Lourenço Filho, 1955/2004:75).*

De acordo com Jacó-Vilela e Mello Bitar (2003), a contribuição dos médicos foi fundamental para a constituição do campo psicológico e sua historicização torna possível compreender as diferentes tentativas das instituições médicas de preservar os saberes e práticas psicológicos no âmbito de seu campo do conhecimento ou, pelo menos, tutelados por ele, tentativas sempre presentes todas as vezes que houve uma possibilidade real de regulamentação da profissão de psicólogo (ver último parágrafo deste item).

Foram profissionais da medicina que influenciaram a criação de laboratórios de psicologia no Brasil, nesse período institucional. Alguns deles foram criados com a finalidade de desenvolver estudos na área da educação, como o laboratório de Psicologia Experimental do Pedagogium, um museu pedagógico, *“criado em 1890 cuja finalidade era funcionar como centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação”* (Antunes, 1998:68). O laboratório, provavelmente o primeiro no Brasil, foi inaugurado em 1906. Embora não haja registros sistemáticos dos trabalhos realizados ali, é possível que a utilização de técnicas de mensuração fizesse parte das atividades de seus profissionais já que esse laboratório havia sido *“planejado por Alfred Binet e Manoel Bonfim, em Paris. Este último organizou e dirigiu o laboratório até sua extinção, por decreto municipal, em 1919”* (Antunes, 1998:69-70).

Outros laboratórios foram inaugurados na Escola Normal de São Paulo, em 1914, onde foram realizados experimentos acerca do raciocínio infantil, grafismo, memória, tipos intelectuais e associações de idéias; na Escola Normal de Fortaleza, Ceará, em 1921, onde havia quatro sessões técnicas: (1) medidas mentais, (2) medida do trabalho escolar, (3) orientação educacional e profissional, (4) estatística; esse laboratório contava com a colaboração de 17 técnicos de formação especializada (Lourenço Filho, 1955/2004); na Escola Normal Oficial de Pernambuco, em 1925, que mais tarde, em 1929, foi anexada à Secretaria de Justiça e Instrução de Pernambuco, passando a chamar-se Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP).

O ISOP foi 1931 incorporado ao Serviço de Higiene Mental do Hospital de Alienados de Recife em 1931. Ali, foram desenvolvidos trabalhos com

“testes psicológicos de nível mental, aptidão e outros, assim como sua padronização para a realidade brasileira; levantamento do vocabulário das crianças das escolas primárias de Recife; elaboração de testes

pedagógicos; revisão da escala Binet-Simon para aplicação em Recife; técnicas projetivas; e, outros” (Antunes:1998:71).

Ulysses Pernambucano, diretor desse hospital, a partir de sua experiência com os pacientes ali internados, criou a ‘Escola para Anormais’, anexando-a ao Curso de Aplicação da Escola Normal, na qual foram realizadas as primeiras pesquisas com testes de aptidão, pedagógicos e mentais para crianças com deficiência mental (Antunes, 1998).

A história dos laboratórios de psicologia no Brasil, criados para promover experimentos nos campos da educação e da saúde, foi marcada por mudanças político-administrativas, recursos escassos e falta de estímulo à pesquisa. *“Alguns desapareceram sem deixar vestígios enquanto que outros envelheceram pela falta de interesse em modernizá-los ou conservar seu equipamento antigo que se desfez ou perdeu” (Pfromm Netto, 1981/2004).*

Um dos laboratórios criados no âmbito da saúde foi instalado na Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro para a realização de pesquisas psicológicas com doentes mentais. Esse laboratório, fundado em 1924, foi organizado e dirigido pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki que havia exercido o cargo de assistente do laboratório de psicologia da Faculdade de Ciências Naturais de Genebra onde estudou Psicologia (ciência que figurava entre os cursos de licenciatura em ciências naturais). No interior desse laboratório a aparelhagem, importada de Paris e Leipzig, *“era usada para medir sensações musculares, estáticas e cinestésicas, reflexos, atenção, associação, discriminação, memória e processos afetivos, entre outros” (Centofanti, 1982/2004:183-4).* Além de desenvolver pesquisas no âmbito da psicofísica, Radecki ministrou cursos de psicologia a médicos do exército, com a finalidade de habilitá-los para selecionar aviadores. As atividades ali desenvolvidas contribuíram para a transformação desse laboratório em Instituto de Psicologia, em 1931.

“O Instituto de Psicologia, de acordo com o referido decreto, ficaria sob a dependência da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, enquanto não fosse instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, na recém criada Universidade do Rio de Janeiro que surgiu como conseqüência da criação dos estatutos das universidades pela Reforma Francisco Campos” (Centofanti, 1982/2004:190).

Esse instituto era composto por cinco departamentos: (1) Psicologia Diferencial; (2) Orientação Profissional; (3) Psicologia Aplicada à Educação; (4) Psicologia Aplicada à Medicina; e, (5) Psicologia Aplicada ao Direito, além de um programa para formação de profissionais de Psicologia em grau superior cujo primeiro ano letivo teria início em 1933. As diretrizes curriculares desse curso foram estabelecidas por Radecki. que teria duração de três anos. No entanto, em 24 de outubro de 1932, sete meses após sua criação e alguns meses antes do início do curso, o instituto foi extinto pelo Decreto-Lei nº. 21999. É provável que a extinção do instituto tenha acontecido como resultado de pressões políticas exercidas por intelectuais católicos.

A opinião destes em relação ao instituto foi divulgada na revista ‘A Ordem’, portavoz do centro Dom Vital, reduto de intelectuais católicos, em junho de 1932, em artigo assinado por Alceu de Amoroso Lima. Ali ele afirmava:

“sob a capa da ciência pura, o instituto está trabalhando ativamente no sentido de uma metafísica desastrosa, o mais crasso materialismo filosófico e moral”. Complementava ainda que “já agora se lança o ex-laboratório de Engenho de Dentro a aventuras mais audaciosas, muito longe do terreno experimental, ambicionando nem mais nem menos do que criar uma ‘escola brasileira de Psicologia’, escola essa que, além de tudo, ficaria sob a chefia de um técnico estrangeiro” [...] “Será possível que se nos imponha, na forma de escola para formação de psicólogos, uma orientação naturalista que a maioria dos brasileiros

repudia? Esse Instituto de Psicologia materialista que é mais um atentado contra a consciência cristã da nacionalidade?!?” (Centofanti, 1982/2004:196).

É provável que a posição de confronto em relação à Radecki defendida pela revista ‘A Ordem’, não fosse única. Segundo Centofanti (1982) apesar de sua incontestável formação no campo das ciências naturais Radecki provocava sentimentos de estranheza naqueles que porventura tivessem oportunidade de entrar em contato com ele ou visitar o laboratório da colônia pois

“tinha o hábito de usar um longo cavanhaque assírio que lhe chegava até a altura do peito, vestia-se com cores escuras e portava no dedo um grande anel com duas letras ‘psi’ incrustadas. Além disso, ao mudar-se para o interior da colônia de Engenho de Dentro, ele pintou paredes, teto e soalhos, tanto de sua casa quanto do laboratório, de verde escuro, com listras ou salpiques de prata” (Centofanti, 1982/2004:184).

Lourenço Filho, um dos pioneiros no campo da Psicologia da Educação no Brasil, em seu discurso na cerimônia da posse de Nilton Campos na cátedra de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia, “*descreveu tal decoração como ‘cabalística’, com as paredes do laboratório em fundo verde ‘carregado de arabescos e tridentes de prata’*”. É importante observar que os ‘tridentes de prata’ configuravam o símbolo da Psicologia.

No entanto, Centofanti (1982) afirma que as prováveis razões que conduziram o governo a impedir o funcionamento do instituto de psicologia foram (a) pressões que médicos psiquiatras exerceram sobre setores do governo com o propósito de impedir o advento da profissionalização da psicologia no Brasil. Ele afirma que “*o grande número de investidas de setores da psiquiatria nesse sentido não permite o desprezo dessa possibilidade” (Centofanti, 1982/2004:194).* Outra hipótese é a

de que grupos católicos, ligados ao ensino da psicologia, tenham pressionado o alto escalão do governo visando a queda de Radecki (idem). Esta última igualmente aceitável se se considerar o exposto no parágrafo anterior.

2.3 o período universitário

O terceiro período da evolução da Psicologia no Brasil, o período universitário, teve início com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Nessa instituição, a disciplina Psicologia era ministrada em cursos de Filosofia (Psicologia Geral), Pedagogia (Psicologia Educacional, Psicologia Evolutiva e da Aprendizagem e Psicologia Diferencial), Administração, Jornalismo, Sociologia, Política e Educação Física (Psicologia Social) e Direito (Psicologia Judiciária). Esses cursos passaram a formar, sistematicamente, conhecedores de teorias e técnicos em pesquisa e diagnóstico, geralmente com o apoio de professores europeus e norte-americanos (Castilho e Marcondes Cabral, 1950/2004).

Quatro anos mais tarde, em 1938, o Ministério da Educação criou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) onde foi criado um departamento de orientação e seleção profissional que deveria preparar o material destinado à seleção de candidatos ao serviço público civil em todo o país (Lourenço Filho, 1955/2004). Na mesma linha, foram criados um departamento regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em São Paulo, o qual empregou um grupo de trabalhadores especialistas em técnicas psicológicas de mensuração, em 1942, e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) na Fundação Getúlio Vargas que foi organizado e dirigido pelo médico espanhol Emílio Mira y Lopez, em 1947. O ISOP *“realizava, a pedido de empresas, serviços de seleção de pessoal e exames psicotécnicos de condutores de veículos no Rio de Janeiro”* (Lourenço Filho 1955/2004:91). Ao longo de sua existência, esse instituto realizou atividades de divulgação de técnicas de psicologia aplicada ao trabalho, pesquisas, formação de especialistas, seleção e orientação profissional, entre

outras. *“Deve-se ao ISOP, a utilização dos atuais exames psicotécnicos para motoristas, iniciados naquela instituição para selecionar condutores de veículos no Rio de Janeiro, envolvendo a aplicação do psicodiagnóstico miocinético, criado por Mira y Lopez”* (Pfromm Neto, 1981/2004:164)

Ainda no ano de 1947, foram registrados os estatutos da Sociedade de Psicologia de São Paulo que, passou a publicar, em 1949, a revista ‘Boletim de Psicologia’, de tiragem trimestral, cujo redator chefe era Emílio Mira y Lopez. O propósito da revista era divulgar pesquisas realizadas na área de Psicologia. Ainda em 1949, a Fundação Getúlio Vargas criou um periódico sob o título ‘Arquivos Brasileiros de Psicologia’, também de tiragem trimestral, que divulgava pesquisas envolvendo a utilização de técnicas de seleção e orientação profissional.

Com a mesma finalidade, ou seja, divulgar pesquisas a respeito da utilização de técnicas de seleção e orientação profissional, foi criada, em 1952, por um grupo de especialistas em técnicas de mensuração psicológica, a revista ‘Arquivos Brasileiros de Psicotécnica’. Nesse mesmo ano, foi fundado

“o Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA), com organização similar à de entidades do mesmo gênero nos Estados Unidos, com a finalidade de produzir material adequado a exames psicológicos os quais só eram distribuídos a pessoas que comprovassem preparação adequada para realizar tais exames” (Lourenço Filho, 1969/2004:114).

Mais tarde, em 1954, os mesmos especialistas que criaram a revista ‘Arquivos Brasileiros de Psicotécnica’ fundaram a Associação Brasileira de Psicólogos e publicaram, na referida revista, um anteprojeto de lei que estabelecia as diretrizes para a formação e regulamentação da profissão de psicólogos, prevendo cursos de bacharelado em Psicologia Educacional, Clínica e do Trabalho.

Em 1956, por solicitação de Emílio Mira Y Lopez e outros profissionais atuantes no campo da Psicologia do Trabalho, a Universidade de São Paulo (USP) criou um curso de Psicologia Industrial, não-obrigatório (Pessotti, 1988/2004). Em 1958, embora não tivesse, ainda, sido aprovada pelo Ministério da Educação, a criação de cursos de formação de psicólogos, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio Grande do Sul, criaram cursos básicos de formação em Psicologia. Nesse mesmo ano, a Sociedade Interamericana de Psicologia promoveu, no Rio de Janeiro, o VI Congresso Interamericano de Psicologia, com a cooperação da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada que havia sido fundada em 1957. Os anais desse congresso foram publicados pela Fundação Getúlio Vargas sob o título 'Anais do VI Congresso Interamericano de Psicologia'.

2.4 o período profissional

O marco do período profissional no percurso da psicologia no Brasil foi a criação dos cursos de formação de psicólogos em 1962. A oficialização desses cursos aconteceu após as comissões da Sociedade Brasileira de Psicologia, da Sociedade de Psicologia de São Paulo e da Associação Brasileira de Psicólogos, examinarem e aprovarem, em 1961, um substitutivo ao projeto em tramitação na Câmara dos Deputados sobre formação de psicólogos. Conseqüentemente, em 5 de setembro de 1962, foi publicada a Lei nº. 4119, de 27 de agosto do mesmo ano cujo texto "*dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo*". A feição geral do currículo dos cursos de Psicologia, regulamentados pelo Decreto 53464 de 21 de janeiro de 1963, foi publicada no Boletim de Psicologia no ano de 1966. É interessante observar que o curso planejado por Radecki e seus assistentes em 1932 "*não era muito diferente dos encontrados nos cursos de Psicologia que, a partir desse momento, se espalharam pelo país*" (Centofanti, 1981/2004:192).

Segundo Castilho e Marcondes Cabral, de um ponto de vista histórico o ensino da

psicologia no Brasil consistia em uma “*resultante brasileira da psicologia européia e norte-americana*” (1950/2004:66) e que o Brasil tinha pelo menos uma vantagem decorrente do fato de ser um país consumidor e não produtor de psicologia: a vantagem de poder considerar com relativa imparcialidade todas as teorias importadas e seus resultados (idem). Por outro lado, o ponto de vista comportamentalista teve grande influência na Universidade de São Paulo. Ali, os cursos introduzidos por Keller¹

“distinguiam-se pela ênfase no treino dos alunos em técnicas de experimentação e pelo rigor conceitual. A Psicologia Experimental em São Paulo que mostrava, até então, uma predominante tendência gestaltista ou lewiniana, tomou uma orientação neobehaviorista, que produziu notável progresso na pesquisa pura, nos métodos de ensino escolar e na prática terapêutica, baseados nos princípios da análise experimental do comportamento. Esse progresso difundiu-se no Estado de São Paulo e no país por vários motivos e, entre eles, a criação de faculdades isoladas no interior de São Paulo” (Pessotti, 1975/2004:136)

Até a presente data, os parâmetros do trabalho do psicólogo são estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, no Código de Ética Profissional do Psicólogo. Esse conselho que tem ascendência sobre conselhos regionais localizados em diferentes regiões do país estabelece as normas para o credenciamento de psicólogos: a posse de certificado de ensino superior completo e comprovação de experiência profissional de um a quatro anos, intervalo este que depende do tipo de atividade que o psicólogo pretende realizar. A experiência profissional é que irá definir o título que será atribuído ao psicólogo:

Psicólogo educacional,

¹ Fred S. Keller, pesquisador norte-americano no campo da psicologia comportamental cujo trabalho foi inspirado pelo pensamento de Burrhus F. Skinner. Entre outras obras é co-autor de ‘Princípios de Psicologia’ (1950), publicado e distribuído no Brasil pela Editora Herder (1966) e pela Editora e.p.u. (1974)

Psicólogo clínico,
Psicólogo do esporte,
Psicólogo hospitalar,
Psicólogo jurídico, ou forense,
Psicólogo social,
Psicólogo do trânsito,
Psicólogo do trabalho,
Neuropsicólogo, ou
Psicanalista.

O psicólogo pode, também, lecionar Psicologia em instituições de ensino superior ou médio ou realizar pesquisas, desde que atenda as exigências do Ministério da Educação e Cultura naquilo que diz respeito à titulação e experiência necessárias.

Entre as competências pessoais consideradas relevantes para o exercício da profissão de psicólogo, estão incluídas

“manter sigilo, imparcialidade, neutralidade e o setting analítico; manter-se atualizado; cultivar a ética; demonstrar ciência sobre o código de ética profissional e sobre a legislação pertinente; demonstrar bom-senso, continência (ser acolhedor), interesse pela pessoa/ser humano, capacidade de observação, habilidade de questionar, autonomia de pensamento e espírito crítico; trabalhar em equipe; respeitar os seus limites de atuação e os valores, crenças e limites dos clientes; ser psico-analisado; ouvir ativamente (saber ouvir); contornar situações adversas; amar a verdade e tomar decisões em situações de pressão” (CBO, 2002).

No capítulo seguinte, discuto os fundamentos teórico-metodológicos da análise dialógica do discurso atribuindo ênfase à função das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, como instrumentos para a construção de relações dialógicas

em textos produzidos por profissionais psicólogos: os documentos que compõem o psicodiagnóstico foram produzidos por um Psicólogo do Trânsito e o artigo acadêmico divulgado na revista Boletim de Psicologia foi produzido por um grupo de psicólogos pesquisadores que integram a Sociedade de Psicologia de São Paulo.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Início este capítulo, esclarecendo o sentido em que alguns conceitos-chave são empregados no âmbito da análise dialógica do discurso para, depois, apresentar os fundamentos da noção da qual ela deriva, a noção de dialogismo; em seguida explicito a função das categorias lingüísticas de pessoa, tempo e espaço que, entre outras, serviram como instrumento para a concretização de relações dialógicas nos textos que compõem o corpus.

3.1. Conceitos-chave

Ao abordar a língua com fundamento nos estudos de Bakhtin e seu círculo, o trabalho incorpora conceitos cujo emprego ganha certas especificidades. Brait (2005) observa que no âmbito dessa abordagem “*uma infinidade de termos apontam uns para os outros, atraindo-se em aceitar a condição de identidade exclusiva [,,] pela própria natureza de uma pensamento aberto, afastado das amarras dos manuais, como é o bakhtiniano*” (Brait, 2005:9). Isso significa que os sentidos atribuídos aos termos abaixo relacionados, apesar de distintos, se intersectam, interpenetram. Esse fenômeno pode ser observado na medida em que os explicito, ao longo do item seguinte, esclarecendo a sua relação com o trabalho aqui apresentado.

3.1.1 Língua, linguagem, texto, enunciado e discurso

(1) A língua, para Voloshinov/Bakhtin (1929/2004), se caracteriza por um sistema de signos, ou significados atribuídos às formas lingüísticas em uma situação concreta de enunciação, isto é, essas formas só constituem língua quando um locutor delas se apropria para atingir um propósito comunicativo qualquer. Para

ele, o sistema estável constituído exclusivamente pelas formas lingüísticas (fonéticas, gramaticais ou lexicais) constitui um sistema de sinais e não de signos. E complementa que o sistema da língua, por sua variabilidade e flexibilidade, não pode ser confundido com um sistema de sinais caracterizado pela estabilidade normativa pois *“a língua está orientada no sentido da fala [...] O locutor não se importa com o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que é utilizada, permanece sempre idêntico”* (Voloshinov/Bakhtin, 1929/2004:92-3).

Essa variabilidade e flexibilidade do sistema de signos é constatada a partir da observação de contextos possíveis de uso de cada som, cada categoria gramatical, cada palavra. Ao apropriar-se das palavras, locutores e receptores as transformam em *“verdades ou mentiras, coisas boas ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial”* (Bakhtin, 1929/2004:95). O sistema objetivo de sinais que se concretiza na fonética, na gramática e no léxico de cada língua serve apenas de escala convencional para que os historiadores da língua registrem os desvios que se produzem, a cada momento, ao longo do tempo (Bakhtin, 1929/2004). Pode-se admitir que

“no momento em que César escrevia suas obras a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas , para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação lingüística – mesmo se o historiador não for capaz de registrar essas transformações” (Bakhtin, 1929/2004:91).

Partindo desse ponto de vista, a abordagem que realizo da língua utilizada pelos psicólogos no psicodiagnóstico e no artigo científico diz respeito ao sentido que esses profissionais atribuem às palavras que empregam, isto é, ao conteúdo ideológico ou vivencial que nelas imbricam.

(2) A noção de linguagem, por sua vez, consiste no conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Esse conjunto de contextos compreende as múltiplas enunciações das práticas de diferentes comunidades lingüísticas. Ela é concebida *“de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos”* (Brait, 2005:65). Esta autora, ao referir-se à comunidade científico-acadêmica, em especial, afirma que quando a expressão ‘estudos da linguagem’ é ali enunciada, o enunciador implica práticas derivadas de atividades intelectuais que incorporam

“formulações em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos e, ao mesmo tempo, reconhece, que essas atividades intelectuais ou acadêmicas são atravessadas por idiosincrasias institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primeiro” (Brait, 2006:10).

O estudo da linguagem dos psicólogos nos textos aqui analisados implica o estudo de formulações desenvolvidas ao longo da prática da aplicação, mensuração e interpretação do desempenho de pessoas no teste PMK na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito.

(3) Quanto à noção de texto, trata-se do suporte material que serve de instrumento para a fala permitindo que ela se concretize, assuma uma forma visível ou sonora que torne possível estudar o homem no âmbito das Ciências Humanas. Bakhtin considera o texto, nesse sentido do termo, como

“‘única realidade das Ciências Humanas’ que engloba não apenas o que conhecemos como texto verbal, em seus registros orais e escritos, mas, num sentido mais amplo, qualquer conjunto coerente de signos revelando-se como condição de definição e acesso ao homem”

enquanto sujeito. Sendo o homem/sujeito o objeto das Ciências Humanas, o texto é, portanto, condição de existência dessa Ciência” (Brait, 2002:34).

A partir do exposto acima, quando me refiro ao corpus desta tese como texto, estou designando o suporte material no qual as palavras proferidas por psicólogos foram concretizadas: os registros lingüísticos apostos nos documentos que compõe o psicodiagnóstico criado pelo Psicólogo do Trânsito e nas páginas da Revista de Psicologia onde o artigo produzido pelos psicólogos-pesquisadores foi publicado.

(4) A noção de enunciado, por sua vez, diz respeito a uma fala cujas fronteiras

“são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes. Todo enunciado – desde a breve réplica até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. Essa alternância dos sujeitos falantes que traça fronteiras estritas entre os enunciados nas diversas esferas da atividade humana, conforme as diferentes atribuições da língua e as condições e situações variadas da comunicação é diversamente caracterizada e adota formas variadas” (Bakhtin, 1979/2000:294).

A partir dessa perspectiva, um enunciado engloba não só interlocutores que partilham um horizonte espacial como também o conhecimento, a compreensão e a avaliação da situação extra-verbal ali implicada. Ao considerar as falas nos textos que compõem o corpus como enunciados, eu as considero como respostas

a falas antecedentes e como falas de um locutor que busca a compreensão responsiva de outro; eu as considero, também, como sendo portadoras de características peculiares às situações de comunicação que envolvem as atividades do Psicólogo do Trânsito em uma clínica onde o teste PMK foi aplicado em um candidato à carteira de habilitação e as atividades de psicólogos pesquisadores do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo que publicaram um artigo a respeito dos resultados da aplicação/interpretação do referido teste em candidatos ao cargo de motorista da reitoria dessa universidade. Em ambos os casos, os profissionais partilham o conhecimento, a compreensão e a avaliação de situações que envolvem a prática de utilização do teste PMK como instrumento para interpretar fatores da personalidade.

(5) A noção de discurso, por fim, engloba a noção de língua como elemento de atuação e constituição do real. Isso significa que os elementos formais, convencionais, disponíveis na estrutura léxico-gramatical da língua, passam a ser considerados como discurso quando transformados em *“atividade, trabalho de um sujeito falante”* (Brandão, 2001:59). No âmbito dessa perspectiva, discurso *“é entendido como o encontro de uma produção textual e, simultaneamente, produção de uma comunidade que sustenta esses discursos”* (Rocha, Daher e Sant’Anna, 2002:78). Esse ponto de vista se apóia no princípio de que é impossível *“desvincular linguagem/atividades humanas, seja qual for a especificidade da atividade humana e a dimensão da linguagem aí envolvida”* (Brait, 2002:31). Essa impossibilidade pode ser constatada pelo fato de que a linguagem tem sempre uma função relevante no exercício de qualquer tarefa: ela é utilizada para dar ordens, para ensinar, para persuadir, para pedir informações, para solicitar informações, para assumir responsabilidades e assim por diante (Faïta, 2005).

Orlandi(1996) corrobora essa posição ao afirmar que a semântica lexical, desvinculada da situação concreta de onde emerge, é inapropriada para uma

análise discursiva. Esta deve considerar tanto os fatores que conduziram à produção do discurso quanto os seus possíveis desdobramentos, isto é, o sentido no âmbito da análise discursiva só pode ser revelado na medida em que o pesquisador se dá conta do laço que liga os processos às condições em que ele é produzido.

Assim, ao analisar a linguagem nos textos produzidos pelo Psicólogo do Trânsito e pelos psicólogos-pesquisadores como discurso, eu os analiso a partir de sua função mais ampla que é controlar e prevenir acidentes de trânsito e, também, naquilo que se refere às suas funções mais específicas determinadas pelas comunidades principais que os sustentam: o Departamento Nacional do Trânsito (DENATRAN), no caso do Psicólogo do Trânsito, e a Sociedade de Psicologia de São Paulo, no caso dos psicólogos-pesquisadores.

3.1.2. Trabalho, atividade e tarefa

(1) O trabalho consiste na parte legitimada da atividade e está associado à gestão de recursos econômicos; a uma dimensão social que se realiza através de interações em meio aos coletivos; e a uma dimensão ética que configura um determinado modelo de humanidade (Nourodine, 2002).

Então, ao tratar as atividades de psicólogos como trabalho, me refiro à parte legitimada dessa profissão instituída pela Lei nº. 4119 em 5 de setembro de 1962 e regulamentada pelo Decreto nº. 53464 em 21 de janeiro de 1964; me refiro igualmente a atividades cujos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia no Código de Ética Profissional do Psicólogo, conselho este que tem ascendência sobre os Conselhos Regionais de Psicologia situados em diferentes regiões do país. O conjunto desses órgãos constitui uma estrutura social e política que responde a demandas sociais garantindo a sobrevivência da categoria.

(2) A atividade profissional, por sua vez corresponde “*àquilo que o sujeito faz mentalmente para realizar uma tarefa, não sendo diretamente observável mas inferida a partir da ação concretamente realizada pelo sujeito*” (Amigues, 2004:39). Apesar de não ser observável, ela orienta a ação do sujeito em direção a operações automatizadas com a finalidade de atingir objetivos precisos (Bronckart, 1994).

A partir desse viés, as atividades de psicólogos aqui analisadas são inferidas a partir da linguagem por eles produzida em textos resultantes das tarefas de aplicação, mensuração, interpretação e divulgação dos resultados do desempenho de sujeitos que se submeteram ao teste PMK.

(3) As tarefas, então, consistem em operações automatizadas que podem ser objetivamente descritas em termos de condições, objetivos e meios a que o sujeito recorre para realizar a atividade (Amigues, 2004). É importante ressaltar que nas situações concretas em que profissionais realizam suas atividades surgem sempre embates entre aquilo que deve ser realizado (parâmetros institucionais) e aquilo que, de fato, pode ser realizado. Nesses embates entre a atividade prescrita, descrita em códigos e manuais, e as tarefas ou operações automatizadas que a realizam surgem oposições

“entre as normas antecedentes, prescritas, estabelecidas a priori, o chamado primeiro registro – conjunto heterogêneo de elementos, tais como manuais, programas, organogramas, procedimentos - e as renormalizações, ou segundo registro, sempre parciais e não-previsíveis que constituem a organização viva do trabalho, a apropriação transformadora desse registro, do codificável” (Souza-e-Silva, 2002:64).

As renormalizações que têm lugar na organização viva do trabalho incorporam igualmente a economia de recursos para atender os propósitos que emergem

dessa organização, seja ela qual for.

“O caráter elíptico da fala no trabalho é um elo - particularmente forte e direto – com a ação material, multiplicidade dos suportes da significação (universo espacial compartilhado, traços do trabalho anterior, funcionamento de aparelhos, escritos de diversas espécies), familiaridade entre os participantes na interação, favorecendo a codificação e a economia de recursos” (Lacoste, 1998:26)

Partindo desse ponto de vista, as atividades, ou aquilo que o sujeito faz mentalmente para realizar uma tarefa, são igualmente condicionadas por esta (Faïta, 2005). Essa relação entre a atividade e a tarefa diz respeito à articulação entre subjetivo e social para a solução de um problema conforme formulação desenvolvida por Clot (2006) em texto a respeito do desenvolvimento da linguagem. Segundo essa posição, é possível considerar que os fenômenos mentais resultantes da apropriação das normas divulgadas nos manuais do teste PMK, consistem na dimensão subjetiva da atividade que se articula às tarefas de aplicar, mensurar e interpretar o desempenho de sujeitos no referido teste, no meio social concreto em que se realizam.

3.1.3. Esfera e campo

A noção de esfera é tratada por Bakhtin como um conjunto de atividades que consistem em um modo padronizado de utilizar a língua com o propósito de atingir certo tipo de público. Esse público, ou destinatário, pode ser o parceiro e interlocutor do diálogo na esfera da vida cotidiana,

“pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores,

dos próximos, dos estranhos, etc". Essas formas e concepções do destinatário se determinam pela área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado (Bakhtin, 1979/2000:320-1)"

Ele afirma que *"toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, dos enunciados, das locuções, etc."* (Bakhtin, 1979/2000:313). Apesar de todas as esferas da atividade humana estarem relacionadas naquilo que diz respeito ao uso da língua, há esferas em que os discursos são padronizados ao máximo e a criatividade é quase inexistente como na esfera da vida cotidiana (perguntas e respostas de ordem factual) e na esfera da vida militar e profissional.

A noção de campo, por outro lado, diz respeito à função do enunciado no conjunto da vida social. Para Bakhtin, no domínio dos signos, existem diferenças profundas

"pois esse domínio é, ao mesmo tempo, o da representação do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral" (Volochinov/Bakhtin, 1929/2004:33).

Em suas reflexões a respeito da obra de Bakhtin e seu círculo, Grillo relaciona a noção de esfera meio social mais amplo, a um determinado domínio cultural *"da produção ideológica (ciência, literatura, jornalismo, religião, etc.)"* (Grillo, 2006:138) compreendida como um nível específico de coerções que constitui as produções ideológicas. Ao discutir a noção de campo essa autora afirma tratar-se da situação social mais imediata cujos componentes constituem *"o horizonte social*

comum aos co-enunciadores: a unidade do lugar visível, o conhecimento e a compreensão da situação compartilhada pelos co-enunciadores e a avaliação que eles fazem dessa situação” (Grillo, 2006:138).

Ambas as noções se articulam na medida em que o campo, além de constituir o ponto de partida para a constituição das esferas ideológicas, sofre delas a influência. Grillo observa que a *“retradução do livro ‘Estética da criação verbal’ de Mikhail Bakhtin, substitui, em muitos momentos, o termo esfera por campo, fato que facilita a aproximação dos conceitos nas duas obras” (Grillo, 2006:156).*

Esclareço que ao tratar as atividades relacionadas ao controle e prevenção de acidentes de trânsito como esfera, eu as associei a um domínio político-estatal (Departamento Nacional do Trânsito: DENATRAN) que, por meio dos departamentos estaduais de trânsito, regula o tráfego de veículos automotores; e, que ao considerar a Psicologia (mais especificamente práticas psicodiagnósticas com o recurso de testes projetivos) como campo, considerei que esta atua sob influência daquela, sem desconsiderar a mutualidade dessa influência; e que ao tratar atividades relacionadas à produção de artigos como pertencentes à esfera acadêmico-científica, eu as associei a um domínio político-educacional (Universidade de São Paulo), que por meio do ensino e pesquisa, entre outras atividades, regula a produção de conhecimentos de cunho científico.

3.2. a linguagem no trabalho do Psicólogo do Trânsito e dos psicólogos-pesquisadores

A linguagem em situação de trabalho no âmbito de diferentes esferas, compreendida a partir de uma perspectiva mais global, é vista por Nouroudine (2002) como uma das *“realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade” (2002:22).* Ele chama de situação de trabalho a um conjunto de variáveis do universo social em que a atividade profissional tem lugar,

organizadas hierarquicamente; é em relação a essas variáveis que a atividade ‘assinála para’, ou ‘se dirige a’. Elas consistem em elementos que apontam para as circunvizinhanças do trabalho como por exemplo: um serviço próximo, pessoas situadas em um nível inferior ou no mesmo nível do próprio serviço e/ou usuários, visíveis ou abstratos.

A partir dessa perspectiva a linguagem no trabalho é constituída na

“interação entre os elementos materiais e simbólicos da situação de trabalho, a partir de um centro de referência: o sujeito individual/coletivo. Esse sujeito atribui à linguagem um papel privilegiado no processo de representação e de discriminação dos fatores pertinentes a um momento determinado para realizar o trabalho com eficiência e segurança” (Nouroudine, 2002:24).

Ainda em relação à situação de trabalho, Lacoste a considera como

“uma rede complexa sobre a qual se constitui a ação, um pano de fundo ao qual se remetem as crenças, os raciocínios, as palavras, as emoções. Mas, essa situação só passa a existir pela construção de sentido e de pertinência que é realizada do seu interior pelos próprios atores. Tal inter-relação entre um exterior e um interior é inerente a toda ação/interação. A atividade se constrói sempre no quadro de uma situação, no duplo sentido desse termo” (1998:33-4)

A idéia de que a situação de trabalho engloba a inter-relação entre um exterior e um interior está em consonância com a perspectiva bakhtiniana de texto *“ampliado para além dos limites do verbal, isto é, incluindo o extra-verbal que faz parte necessariamente da constituição do sentido” (Brait, 2002:35).*

Os tipos de linguagem a serem utilizados nessa situação específica variam de

acordo com o sentido que se pretende construir: ela pode ser utilizada (a) para realizar a ação o que “*supõe uma multiplicidade de decisões locais. É raro que se possa aplicar cegamente um plano pré-estabelecido; é preciso adequá-lo à realidade, adaptá-lo às circunstâncias: urgência, carga de trabalho ou imprevistos*” (Lacoste, 1998:21) ou, entre outras possibilidades, (b) para avaliar, controlar ou criticar, funções estas que podem ser maciçamente transferidas para uma hierarquia especializada. A partir dessa perspectiva, a linguagem constitui o essencial da tarefa o que atribui a ela uma dimensão de ação. “*A fala nesse caso se manifesta tanto pelas palavras como por um fazer material [...]. Não faz sentido a oposição entre linguagem e atividade pois o diálogo está no coração do trabalho*” (Lacoste, 1998:15)

A linguagem do Psicólogo do Trânsito e dos psicólogos-pesquisadores expressa nos textos que aqui analiso diz respeito a situações de trabalho. Então, eu a considero como uma realidade que constitui a própria atividade e que, como tal, entre outras possibilidades dialógicas, assinala para uma ferramenta de trabalho; aponta para pessoas interessadas em dirigir veículos automotores; se dirige a outras pessoas/situações e responde a determinados interesses. Devo esclarecer que a noção de diálogo de que parto (ver item seguinte) expande o ponto de vista que trata o diálogo como uma forma de comunicação exclusiva das relações face-a-face para considerá-lo como parte constitutiva de todo e qualquer texto.

3.3. A noção de dialogismo

O psicodiagnóstico e o artigo acadêmico foram aqui considerados como falas constituídas por relações dialógicas, diálogos, ou interações. Essa perspectiva encontra-se fundamentada na obra de Bakhtin e seu Círculo onde as relações dialógicas são explicitadas como processos constitutivos da fala, isto é, consistem na concretização das relações que se estabelecem entre a pessoa que fala, a demanda social que conduziu à sua expressão, interlocutores explícitos ou não, o

espaço concreto onde ela tem lugar e os instrumentos que serviram de suporte para sua realização. Partindo desse viés, Bakhtin considera que qualquer fala deve ser vista como parte uma cadeia verbal imbricada em um curso histórico pois *“fora do contexto da cultura não se pode compreender nem uma obra, nem as intenções do autor que ela reflete”* (Bakhtin, 1978:396).

A noção de diálogo remete não só a situações de comunicação face-a-face mas também a falas que emergem na forma imobilizada da escrita, situação em que se enquadram o psicodiagnóstico e o artigo acadêmico. Nessa forma imobilizada, eles são aqui encarados como respostas a uma demanda social, respostas cujas características sofrem influência das falas que virão depois deles, na forma de réplicas. Faraco (2001), em texto no qual reflete sobre os estudos de Bakhtin, afirma que para este último

“a consciência individual se constrói na interação e o mundo da cultura tem primazia sobre a consciência individual a qual é entendida como tendo uma realidade semiótica, constituída dialogicamente (porque o signo é, antes de tudo social), e se manifestando semioticamente, isto é, produzindo texto e o fazendo no contexto da dinâmica histórica da comunicação num duplo movimento: como réplica ao já-dito e também sob o condicionamento da réplica ainda não-dita, mas já solicitada e prevista, já que Bakhtin entende o mundo da cultura como um grande e infinito diálogo” (Faraco,2001:32).

Esse fenômeno é discutido por Bakhtin no âmbito de duas categorias distintas mas interrelacionadas: ‘diálogo entre interlocutores’ e ‘diálogo entre discursos’. No que diz respeito ao ‘diálogo entre interlocutores’, ele observa a sua manifestação na *“atitude do locutor para com a pessoa do interlocutor (a atitude para com sua posição social, para com sua importância,etc.)”* (Bakhtin,1979/2000:396). Essa variação atitudinal pode ser observada nas falas dos psicólogos na medida em que eles se dirigem a interlocutores diferentes em seus textos: eles não tratam da

mesma forma os sujeitos que se submetem aos testes e as instituições que abrigam o seu trabalho. No entanto, é importante esclarecer que esses psicólogos não devem ser confundidos com as pessoas concretas que criaram os textos já que, no discurso eles passam a ser uma função estético-formal, engendradora dos textos que criam. Incorporados aos textos, eles passam a ser definidos como posições sócio-valorativas postas “*numa dinâmica de interrelações responsivas*” pois “*em todo ato cultural assume-se uma posição valorativa frente a outras posições-valorativas*” (Faraco, 2005:37/8). Bakhtin considera que, mesmo em autobiografias ou com a utilização do recurso do discurso direto, o autor permanece “*fora do mundo representado em sua obra pois ele seria o criador desse mundo. Ao narrar, ou relatar por escrito, um acontecimento qualquer, ele se apresenta como narrador (ou escritor), fora do tempo e do espaço onde o episódio teve lugar*” (Bakhtin, 1978:396).

Segundo esse ponto de vista, qualquer expressão verbal é determinada pelos participantes do ato da fala, explícitos ou implícitos,

“ligados a uma situação bem precisa que dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo, a exigência ou a solicitação [...] um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação”
(Bakhtin, 1929/2004:113-4).

A referência a participantes implícitos foi discutida por Voloshinov/Bakhtin (1926/1976), ao afirmar que todo enunciado possui uma dimensão presumida, um misterioso terceiro participante a que, ou a quem, o enunciador se dirige tendo como aliado e testemunha o segundo participante, este seu interlocutor direto. Em síntese, ele parte do princípio de que a palavra é determinada tanto por aquele de quem ela parte como por aquele a quem ela se dirige de forma que um único

enunciado constitui o produto da interação locutor/ouvinte, ou escritor/leitor como é o caso dos textos que analiso aqui. Segundo Faraco, a visão de mundo proposta por Bakhtin, no que diz respeito ao papel da interação em qualquer forma de comunicação,

“vai assumir como pedra angular a intersubjetividade, isto é, a impossibilidade de pensar o ser fora das relações com o outro; e, em consequência, vai por em xeque a precedência do indivíduo e vai explorar caminhos alternativos à polarização subjetivismo/ objetivismo nos mais diversos campos da atividade intelectual” (Faraco, 2001:35).

O “diálogo entre discursos”, por sua vez, é explicitado por Barros (2001), pesquisadora que reflete a respeito da posição de Bakhtin no que se refere a essa categoria. Ela esclarece que para compreender o sentido que Bakhtin atribui ao diálogo entre discursos, três aspectos devem ser levados em conta: o primeiro é que

“observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o ‘outro’ são, para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados; o segundo esclarecimento é o de que o dialogismo define o texto como um ‘tecido de muitas vozes’, ou de muitos textos ou discursos, que respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior dos textos; a terceira e última observação é sobre o caráter ideológico dos discursos assim definidos” (Barros, 2001:34).

Bakhtin (1979/2000) pois este considera que enunciados consistem em formas concretas, materializadas, das falas compostas por elementos específicos que se caracterizam por um começo e um fim, constituindo unidades que

“pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele

mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles) pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte” (Bakhtin, 1979/2000:291).

Então, compreender os textos produzidos pelos psicólogos que subscrevem o corpus, significa compreender o tipo de relação que eles estabelecem com os enunciados que os antecedem como, por exemplo, o manual de orientação para aplicação do teste PMK (ambos os textos) e as normas para publicação de artigos na Revista de Psicologia (no caso do artigo acadêmico).

Amorim (2004) discute a necessidade do falante de recorrer a outros discursos para construir o seu próprio no âmbito pesquisa científica. Ela afirma que:

“o próprio fato de que todo objeto de pesquisa é um objeto construído e não imediatamente dado, já implica um trabalho de negociação com os graus de alteridade que podem suportar a pesquisa e o pesquisador. O desejo de alteridade enquanto motor da pesquisa em Ciências Humanas não é primário nem inalisável. Ao contrário, pode-se perfeitamente suspeitar dele, seja através de análises ideológicas, sociológicas ou históricas, seja através da psicanálise” (Amorim, 2004:30).

Sendo assim, parto do princípio de que existe uma negociação entre graus de alteridade no âmago dos discursos em cuja tessitura busco identificar relações caracterizadas por apoio mútuo, embates ou outras quaisquer. Arouca (2003), em estudo cujo corpus consistiu em textos produzidos no campo da educação, aponta para a presença de um embate no interior do discurso-enunciado de um ministro da educação cuja finalidade era apresentar uma lei que, a partir daquele momento, passaria a regular a educação no Brasil. Ela demonstra de que forma as figuras gramaticais são utilizadas para construir um sentido de harmonia entre

discursos que, na realidade se opõem: a política educacional no país versus as competências técnicas exigidas pelo mercado de trabalho.

Bakhtin/Volochinov considera como criação ideológica, por exemplo, “*estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião e a moral*” (1929/2004:31). Para ele, todo enunciado está, de certa forma, entrelaçado com esses estudos, tendências ou correntes, que ele chama de consciência oficial ou consciência de classe. A consciência oficial “*constituída e enformada dessa classe, da sua verdade, sua moral e sua visão de mundo constitui o sistema estável da ideologia dominante*” (1927/2004:89). As tendências ou correntes principais às quais o discurso do Psicólogo do Trânsito encontra-se entrelaçado são as políticas definidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo e os parâmetros do Conselho Estadual de Psicologia que regulam o trabalho desse profissional enquanto que as tendências ou correntes às quais o discurso dos psicólogos-pesquisadores encontram-se atreladas é a político-institucional estabelecida pela Sociedade de Psicologia de São Paulo e a acadêmico-científica que define as regras de publicação de artigos científicos.

Bakhtin/Volochinov (1929/2004) afirma que essa consciência oficial ou de classe encontra-se articulada à consciência não-oficial, ou discurso interior, por relações de complementaridade ou confronto derivadas de critérios de avaliação ideológica pois tudo que é ideológico consiste em signo e, como tal, está sujeito à avaliação, isto é, está sujeito à atribuição de valores como verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, entre outros. A consciência não-oficial corresponderia às limitações subjetivas, materiais, implicadas na atividade desses profissionais.

É importante ressaltar que o signo ideológico se materializa nas palavras apostas nos textos produzidos por esses profissionais as quais, apesar de sua neutralidade em relação a qualquer ideologia específica, podem “*preencher qualquer espécie de função ideológica*” (Bakhtin/Volochinov, 1929/2004:37). Os

conteúdos das palavras, componente verbal do comportamento do homem, são determinados

“por fatores objetivo/sociais pois foi o meio social que deu ao homem as palavras e as uniu a determinados significados e apreciações; o mesmo meio social não cessa de determinar e controlar as ações verbalizadas do homem ao longo de sua vida” (Bakhtin/Volochinov, 1927/2004:86).

A relevância das considerações de Bakhtin/Volochinov ao conceituar ideologia concentra-se na ênfase em seu caráter dialético. Ele afirma que

“toda explicação de uma dada transformação ideológica deve levar em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca e seguir passo a passo todas as etapas de transformação. Apenas sob essa condição, a análise desembocará num processo de evolução social que procede da infra-estrutura e vai tomar forma nas superestruturas” (Bakhtin/Volochinov, 1929/2004:40).

Ao refletir sobre a obra de Bakhtin e seu Círculo, mais especificamente sobre o conceito de ideologia, Miotello (2005) considera que na sua concretude, ou seja, na realidade objetiva ou encarnação material, estabelece-se uma relação dialética entre essas duas estruturas: de um lado, a ideologia oficial ou superestrutura (o Departamento de Trânsito, o Conselho Regional de Psicologia e a Sociedade de Psicologia de São Paulo que patrocina a divulgação da Revista de Psicologia), no caso específico dos textos aqui analisados, como conteúdo relativamente estável e, de outro, a ideologia do cotidiano ou infra-estrutura (as limitações e dificuldades com as quais os psicólogos se defrontam na situação concreta que envolve a tarefa de produzir um psicodiagnóstico ou um artigo científico), como acontecimento relativamente instável, *“ambas formando o contexto ideológico completo e único, em relação recíproca, sem perder de vista o processo global de*

produção e reprodução social” (Miotello, 2005:169).

3.3.1 a materialização das relações dialógicas na concretude do texto

O desvelamento do ‘diálogo entre interlocutores’ e do ‘diálogo entre discursos’ na materialidade lingüística e discursiva foi realizado neste estudo com o recurso das categorias de pessoa, de tempo e de espaço cuja escolha deveu-se no fato de que

“para fazer parte de nossa experiência, que é social, os sentidos, quaisquer que sejam devem assumir uma expressão, uma forma semiótica audível, visível para nós: um hieróglifo, uma fórmula matemática, uma expressão verbal, lingüística, um desenho, etc. Sem ela, mesmo a reflexão mais abstrata é impossível. Como conseqüência, toda penetração na esfera do sentido só pode se fazer passando pela porta das expressões espácio-temporais” (Bakhtin, 1978:398).

Essas categorias, ou expressões espácio-temporais, no âmbito da abordagem dialógica do discurso, foram utilizadas de acordo com as imposições das condições materiais de execução e recepção dos textos, isto é, de acordo com os limites da estrutura do material que as suporta e com as normas que regulam a execução de tarefas no interior da esfera em que tiveram lugar. Essa interação, ou diálogo, com as condições de produção consiste em característica constitutiva de qualquer fala. Bakhtin cita como exemplo a organização dos recursos para compor o texto em uma obra literária que impõem ao locutor a sua divisão *“em partes (contos, capítulos, etc.) divisões estas que recebem uma expressão exterior”* (Bakhtin, 1978:395).

Isso significa que ao destacar características da personalidade de pessoas interessadas em conduzir veículos automotores, isolando-as de sua eventicidade

e organizando-as “de um modo novo, subordinado a uma nova unidade, condensadas numa imagem auto-contida e acabada” (Faraco, 2005:38) como, por exemplo, nos formulários do teste PMK e nas tabelas construídas no artigo acadêmico, os psicólogos que subscrevem o psicodiagnóstico e o artigo acadêmico, constroem significados específicos para as pessoas, tempos e espaços ali representados.

Considerando que a análise dialógica do discurso leva em conta as relações dos textos/enunciados com o contexto sócio-histórico em que estão inseridos, a observação das formas através das quais as expressões espaço-temporais presentes em textos se encadeiam com os tempos e espaços sociais extralingüísticos, torna-se essencial. Bakhtin chamou essas expressões espaço-temporais de cronotopos. Este termo – cronotopo – foi introduzido por ele na história literária como uma metáfora da expressão utilizada por Einstein, na teoria da relatividade. Apesar de tecer considerações sobre o cronotopo específico da arte literária, Bakhtin afirma que a

“linguagem em geral é, essencialmente, cronotópica já que a forma interna da palavra, isto é, o signo mediador que contribui para transportar as significações espaciais iniciais nas relações temporais (em sentido mais amplo), é igualmente cronotópica” (Bakhtin, 1978:391).

Ele complementa que

“no tempo e espaço reais onde a obra se faz presente, onde se situa o manuscrito ou o volume, o homem real, que compôs esse discurso, esse escrito, esse livro, se encontram também os seres verdadeiros que escutam, ou lêem os textos. Autores, ouvintes, leitores podem se situar (e frequentemente situam-se) em tempos e espaços diferentes, separados às vezes por séculos ou distância enormes, mas pouco

importa: eles são reunidos em um mundo único, real, inatingível, histórico, separado por uma fronteira brutal e rigorosa do mundo representado no texto” (Bakhtin, 1978:393).

Quaisquer enunciados dirigem-se sempre para fora “*em direção ao ouvinte/leitor cujas reações eventuais, eles antecipam, em certa medida*” (Bakhtin, 1978:397).

Esclareço que, a partir desse ponto de vista, considere que na composição dos textos que compõem o corpus, foram antecipadas as reações daqueles a quem se dirigem, isto é, as formas de utilização das expressões espaço-temporais, ou cronotopos, no interior das instituições em que têm lugar, cria significados que respondem a expectativas/exigências de seus interlocutores.

Os estudos de Bakhtin, no que diz respeito aos cronotopos, são especialmente relevantes por sua profundidade e riqueza de exemplos. Ao discutir as formas cronotópicas dos romances gregos da antigüidade, ele demonstra como os enunciadorees daquele época representavam “*a intrusão de forças irracionais na vida humana: intrusão do destino, dos deuses, dos demônios, dos magos e mágicos*” (Bakhtin, 1978:246) por meio de um número imenso de índices gramaticais como “*‘um dia’, ‘uma hora’, mesmo ‘um minuto mais cedo’ ou ‘um minuto mais tarde’, minuto este que pode ser decisivo e fatal*” (idem). Ele afirma ainda que essas manifestações simultâneas ou consecutivas fortuitas são indissolúvelmente ligadas ao espaço mensurado antes de tudo pela distância ou proximidade (em diferentes graus). Para ele, nesses romances, o espaço é diverso e de dimensões abstratas – distância ou proximidade, em diferentes graus – pouco importando qual porque “*as peripécias aventurescas do romance grego não têm nenhuma ligação material com as particularidades dos países que lá figuram com suas estruturas sócio-políticas, suas culturas, suas histórias*” (1978:251).

Parti das considerações levantadas por Bakhtin nesses estudos, para pressupor que os psicólogos que criaram os textos que compõe o corpus que analiso, recorreram a índices semântico-gramaticais, ou às categorias de pessoa, de tempo e de espaço, para criar significados implícitos e/ou explícitos cuja interpretação revelaria posições valorativas implicadas na atividade desses profissionais na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito.

Um exemplo de estratégia para construir significados com o recurso das relações tempo/espaço em enunciados que, segundo Bakhtin (1978), exerceu influência decisiva sobre a evolução das formas e imagens literárias, é a ‘inversão histórica’. Na materialidade lingüística, trata-se da tendência a representar um tempo que pode ou deve se realizar no futuro (um objetivo, um imperativo) como uma realidade do passado.

“Essa ‘inversão’ singular dos tempos [...] se define por uma noção toda especial de tempo e, em particular de porvir, O presente e, sobretudo, o passado se enriquecem por conta do futuro. O caráter forte e decisivo da realidade e da atualidade, pertence somente ao presente e ao passado: ‘é’ e ‘foi’. Ao futuro pertence uma realidade de outra espécie, mais efêmera de alguma forma: ‘será’ não tem essa materialidade, essa solidez, esse peso real que são próprios a ‘é’ e ‘foi’ [...] Esse futuro desprovido de conteúdo concreto, vazio, rarefeito, ideal, necessário e desejado é relatado no passado por meio da ‘inversão’ porque através desta estratégia tudo se torna mais concreto e convincente” (Bakhtin, 1978:294).

Essa tendência a representar tempos e espaços com o propósito específico de criar certos significados foi igualmente observada nos textos que compõem o corpus, especialmente a tendência a projetar para o futuro algo que pertence ao presente, situação em que se enquadra a produção de psicodiagnósticos ou documentos que representam a previsão de ocorrência de certos comportamentos

ao longo da tarefa de condução de veículos automotores.

Para estudar essas estratégias de construção de sentidos na concretude dos textos que escolhi, recorri a uma pesquisa desenvolvida por Fiorin (2002) cujos aspectos relevantes para este trabalho discuto nos itens seguintes, que trata das formas de realização das categorias de pessoa, espaço e tempo em textos da língua portuguesa. A importância de seu trabalho diz respeito ao fato de que consiste em adaptação, para a língua portuguesa, dos estudos desenvolvidos por Benveniste (1974) a respeito da utilização dessas categorias em língua francesa. Fiorin (2002) aponta nesse trabalho, por exemplo, que em português, ao contrário do que acontece em língua francesa, é comum elidir pronomes pessoais quando a pessoa aparece implícita na desinência verbal.

3.3.1.1. A categoria de pessoa

Para Fiorin “a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso” (Fiorin, 2002:41) e “como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do ‘sujeito’, tomado como ponto de referência” (Fiorin, 2002:42). Em suas reflexões a respeito da obra de Benveniste (1974), afirma que “todo ato de enunciação supõe [...] um trabalho individual de conversão da língua em discurso por um processo de apropriação” (Brandão, 2001:61). O processo de enunciação implica a constatação de que “a língua só penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam” (Bakhtin, 1979/2000:282).

Partindo desses pressupostos, a identificação do sentido subjacente aos recursos utilizados para construir a categoria de pessoa se faz no interior do contexto sócio-histórico em que esses textos estão inseridos. Segundo Fiorin (2002), a categoria de pessoa diz respeito à criação de estratégias de aproximação ou afastamento dos interlocutores ou discursos que estão representados no seu texto/enunciado.

Para ele, “no que concerne à categoria de pessoa, a aproximação apresenta-se num nível mais superficial como subjetividade e o distanciamento como objetividade” (Fiorin, 2002:99).

Essa categoria permite que um enunciador construa, nos seus textos/discursos, diálogos com seus interlocutores na medida em que representa tanto a si próprio quanto aqueles com os quais pretende estabelecer algum tipo de relação. As formas gramaticais que permitem a sua criação no discurso, além dos nomes, são os pronomes e o discurso reportado. Os pronomes pessoais ‘eu’ e ‘tu’ (você) permitem a construção da subjetividade sendo a primeira pessoa (‘eu’) “o lugar privilegiado da subjetividade e a segunda (‘tu’) o lugar tanto da não subjetividade quanto da não-objetividade” (Fiorin, 2002:100). O ‘eu’ refere-se a quem fala e o ‘tu’ refere-se àquele com quem se fala. Assim sendo, busco identificar, no interior do psicodiano e do artigo acadêmico, representações daqueles que os construíram, os psicólogos, e daqueles a quem eles se dirigem: pessoas ou instituições.

Além disso, procuro identificar as formas utilizadas pelos profissionais para representar fenômenos que não estejam necessariamente ligados a agentes ou causas, fenômenos esses que geralmente são representados com o recurso da terceira pessoa, do pronome ‘ele’ que, segundo Fiorin, pode ser empregado quando “um processo é relatado enquanto puro fenômeno cuja produção não está ligada a qualquer agente ou causa” (Fiorin, 2002:59), razão pela qual é também chamada de não-pessoa.. A terceira pessoa, ou não-pessoa, pode constituir-se em uma infinidade de sujeitos ou nenhum. Ela “é a única com que qualquer coisa é predicada verbalmente” (Idem). A subjetividade pode não se manifestar no texto através da forma explícita ‘eu’, no entanto, ela está sempre presente nas formas verbais ou nos recursos utilizados para organizar o texto.

Ainda em relação à terceira pessoa, Fiorin observa que no interior de certos

contextos de produção, o falante usa a terceira pessoa do singular com o valor de primeira, como no exemplo em que reproduz uma fala do Papa ao se despedir do povo brasileiro em 1991: “O Papa leva no fundo do coração o desejo e a esperança de que a Nação brasileira trilhe sempre a senda da valorização da dignidade do homem” (O Globo, 22/10/1991, p.7) (Fiorin,2002:85). Esta estratégia permite que o referido falante se apresente apenas como papel social, esvaziado de toda e qualquer subjetividade. Esse distanciamento, expressão que metaforiza perfeitamente a não-expressão da fonte enunciativa em relação à qual se ordenam tempos e espaços, apresenta-se como objetividade. Esta consiste em palavra polissêmica que

“pode significar tanto neutralidade quanto justeza, isto é, adequação a um referente. Na linguagem, na verdade, não há nem uma nem outra. O que há são efeitos de sentido produzidos, no primeiro caso, por um apagamento das marcas de enunciação no enunciado e, no segundo, por um controle dos termos mais nitidamente avaliativos. Objetividade lingüística não existe, mas, por meio de certos procedimentos, chega-se ao efeito de sentido de objetividade” (Fiorin, 2002:99-100).

No estudo que aqui desenvolvo, considero relevante verificar a importância que os psicólogos atribuem a valores de objetividade pois a atividade da qual os textos derivam, é realizada com o auxílio de um instrumento de mensuração de fenômenos psíquicos o qual implica neutralidade similar àquela implicada em atividades que incorporam tarefas de mensuração de objetos materiais.

É muito comum, em trabalhos científicos, que se pretendem objetivos, evitar a utilização de índices de subjetividade pois a palavra que lá aparece

“é uma palavra que demanda ser esclarecida por alguma coisa de superior, de impessoal (por uma argumentação científica, uma experimentação, dados objetivos, a inspiração, a iluminação, o poder,

etc.). O autor primeiro, com seu dizer direto, não pode pura e simplesmente ser escritor: em seu próprio nome o escritor não pode dizer nada. A condição mesma da escrita é que a dimensão pessoal do autor se faça muda. Para que as vozes do texto falem, um silêncio deve ser ouvido. Esse silêncio se refere àquilo que, em relação à estrutura do texto, poderia ser identificado à pessoa do autor e aos destinatários reais ou primeiros” (Amorim, 2004,118/9),

isto é, a imagem do autor é criada pelo leitor, ela é exterior a essa estrutura. Segundo a mesma autora, a identificação absoluta do meu ‘eu’ com o ‘eu’ de que falo é impossível (Amorim, 2004).

É possível também subverter o significado do ‘eu’ utilizando-o com o valor de terceira pessoa, isto é, substitui-se a forma indeterminada por uma forma de primeira pessoa. Fiorin fornece um exemplo do uso dessa estratégia em comentário de um segurado a respeito do serviço público de saúde do Estado: “*Se eu [=alguém] preciso do serviço público de saúde, quero ser bem atendido, pois para isso eu pago*” (2002:91). Similarmente, há casos em que a primeira pessoa do singular é utilizada com valor de segunda do plural, o que ocorre quando o falante, dirigindo-se a um enunciatário múltiplo, descreve o que este fez como se ele o tivesse feito: “*Então, é assim, tomo iniciativas sem consultar ninguém?*” (Fiorin, 2002:98); ou, ainda, a primeira pessoa do singular com valor de primeira do plural, quando uma posição coletiva é assumida por alguém que se coloca como seu porta-voz, recurso muito utilizado em discursos políticos.

A construção do sentido de aproximação ou afastamento, seja do interlocutor ou do discurso, pode ser realizada, também, com o recurso do discurso reportado, ou citação, usado com frequência nos discursos jornalístico e científico, entre outros. Bakhtin/Volochinov (1929/2004) discorre a respeito do discurso reportado ao longo da terceira parte de sua obra ‘Marxismo e filosofia da linguagem’ atestando sua

importância para que o falante estabeleça relações de cumplicidade ou, pelo contrário, de oposição, com outros interlocutores ou discursos, em diferentes graus para “*fundamentar-se nele[s] ou polemizar com ele[s]*” (Bakhtin, 1979/2000:291).

O discurso reportado consiste na citação, pelo falante, do discurso de outrem. Nesse caso, há um discurso citante e um discurso citado. Para Amorim (2004), o recurso da citação pode ser usado de diferentes formas: através dele é possível integrar o outro ao discurso ou ignorá-lo, colocá-lo no corpo principal do texto ou no rodapé. Segundo Fiorin (2002), há três estratégias tradicionalmente apresentadas pelos gramáticos para fazer citação: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. Cada uma delas apresenta especificidades que decorrem da relação que se estabelece entre discurso citante e discurso citado.

A estratégia do discurso direto consiste em um simulacro da enunciação que permite ao falante delegar voz a um actante do enunciado. Como apresenta duas instâncias enunciativas, dois sistemas enunciativos autônomos, cada uma conserva seu ‘eu’ e seu ‘tu’, assim como suas referências dêiticas e marcas de subjetividade próprias. As aspas ou os dois-pontos e o travessão marcam a fronteira entre as duas situações de enunciação distintas. O discurso citante não tem apenas a função de criar a situação de enunciação, mas também a de comentar os elementos concernentes a outra semiótica presentes no discurso verbal ou, ainda, os elementos relativos à oralidade, quando se trata de textos escritos (sotaque, intensidade da voz, etc.). O discurso direto, em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o falante está apenas repetindo o que disse o interlocutor. No entanto, quando se reporta um discurso anterior, “*o discurso citado pode ser deformado por uma entoação, uma contextualização, uma escolha do fragmento a ser citado, e assim por diante. Portanto, ele deve criar um efeito de realidade, não ser real*” (Fiorin, 2002:75). Sua função varia: pode estar associada ao desejo do enunciador de parecer

objetivo ou, mesmo, de não se responsabilizar por um enunciado que rejeita.

Há uma ocorrência de discurso direto no corpus, mais especificamente na ficha de identificação que faz parte do psicodiagnóstico, em que uma fala manuscrita pelo próprio candidato à carteira de habilitação foi aposta no espaço 'relatório'. A inclusão dessa fala naquele espaço teve como propósito comprovar o fato de que o candidato era capaz de ler e escrever (a frase foi copiada de um quadro na clínica em que o teste foi aplicado). Nessa situação específica, é provável que o Psicólogo do Trânsito recorreu ao discurso direto para comprovar a capacidade do candidato perante a autoridade a que deve se reportar, o DETRAN, mediante o registro direto de sua fala.

No discurso indireto, por sua vez, não há dois 'eu', mas há uma fonte enunciativa que não diz 'eu' (locutor), responsável por parte da enunciação de um 'eu', isto é, o enunciador dá sua versão do plano de expressão ou do plano de conteúdo do discurso de um locutor. As interrogações, as exclamações, as interjeições e outros elementos expressivos da enunciação do interlocutor devem ser eliminados porque, no texto, só existe a subjetividade do narrador. Este recurso discursivo tem apenas um meio para a introdução do discurso citado, tanto no discurso oral, quanto no escrito: o verbo introdutor, um *verbum dicendi*, ou de locução, que, além de conter o significado 'dizer', fornece informações sobre o ato de dizer. O narrador pode se apropriar do discurso indireto, quer para subordinar a expressão do interlocutor à sua enunciação, com a finalidade de revelar certas características suas que se manifestam no texto (a expressão é colocada entre aspas), quer para dar sua versão do conteúdo do texto do interlocutor, situação esta que permite ao falante mostrar suas posições ideológicas ou seu modo de ser psicológico. Tal estratégia só se torna possível porque o recurso do discurso indireto permite ao falante analisar a fala de outrem; ao fazê-lo, ele faz emergir do texto os seus próprios "*modos de ser psicológico ou posições ideológicas*" (Fiorin,2002:76).

Para Bakhtin/Volochinov, o discurso indireto se apresenta sob duas formas: a primeira, que ele chama de variante ‘analisadora de conteúdo’ consiste em uma forma de apreensão do discurso em que a enunciação de outrem é

“apreendida como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso e, nesse caso, através da construção indireta, transpõe-se de maneira analítica sua composição objetiva exata (o que disse o falante). O sentido, aqui, é decomposto em constituintes semânticos, em elementos objetivos” (Bakhtin/Volochinov, 1929/2004:160).

Por exemplo, em textos científicos, como um artigo acadêmico no qual os autores são levados a analisar conteúdos de falas de outrem sobre um determinado assunto.

A segunda, que ele nomeia variante ‘analisadora de expressão’ consiste em forma que permite analisar

“o próprio falante: sua maneira de falar (individual ou tipológica, ou ambas); seu estado de espírito, expresso não no conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua capacidade ou incapacidade de exprimir-se bem, etc. Neste caso, a própria enunciação, enquanto tal, é analisada em níveis lingüístico-estilísticos” (Bakhtin, 1929/2004:160).

Na linguagem escrita aparece, ainda, um tipo de recurso reportado que não se classifica nem na modalidade ‘direto’, nem na modalidade ‘indireto’, já que nele os discursos citante e citado encontram-se em perfeita integração. A única demarcação percebida entre um e outro é a tipográfica – aspas ou grifo. Se este tipo de discurso for lido, em voz alta, o enunciatário não poderá fazer distinção alguma entre eles. No entanto, é preciso notar que a escolha das citações e sua

colocação num dado contexto, revelam o ponto de vista do narrador.

3.3.1.2. A categoria de tempo

A categoria de tempo, da mesma forma que a categoria pessoa deve ser vista como parte do processo em que se articulam língua e contexto sócio-histórico. Assim, a presença de um tempo verbal específico em enunciados de profissionais psicólogos, só pode ser interpretada no interior do contexto em que o referido enunciado foi produzido. Bronckart (1994) considera que além dos tempos verbais específicos, existe *“uma variável tempo definida pelo momento físico a partir do qual a produção é acessível (situado em calendário cronológico convencional)”* (1994:30) que está relacionado à dêixis (referências à pessoa e indicadores espaciotemporais) como resultado *“de um conjunto complexo de operações que são geradas pelos parâmetros da interação social”* (Bronckart, 1994:30/1). Fiorin corrobora a afirmação de Bronckart ao afirmar que *“o meio de tornar inteligíveis os marcadores do tempo lingüístico é a ancoragem numa divisão do tempo crônico por exemplo, a data”* (idem), cujo registro é encontrado em calendário cronológico convencional.

Para explicitar a construção desta categoria no enunciado, Koch (1993) afirma que sua função é apresentar o ‘mundo’, entendido como possível conteúdo de uma comunicação lingüística, de forma que o ouvinte entenda o referido conteúdo ou como mundo comentado - o que ocorre quando o falante se comunica através de ensaios, diálogos ou comentários - ou como mundo narrado, situação em que o falante emprega relatos, literários ou não. No entanto, seja qual for a forma deste conteúdo, o tempo lingüístico não será, absolutamente, o tempo do mundo mas, sim, *“um efeito de sentido produzido na e pela enunciação”* (Fiorin, 2002:191). Isso significa que o tempo consiste em mera construção do falante que, em muitos casos, *“presentifica o passado ou torna o futuro presente”* (idem). Koch, em suas reflexões a respeito de estudo de Weinrich, atribui ênfase ao ponto de vista do

autor no que diz respeito à categoria tempo. Ela sublinha o fato de que para Weinrich *“tempo verbal deve ser entendido como comportamento do falante articulado nos dois grupos temporais, o do mundo comentado e o do mundo narrado”* (Koch, apud Weinrich, 1993:41). A forma através da qual o falante estabelece essa articulação, com a finalidade de construir significados no texto, depende dos efeitos que ele pretende ali produzir.

Esse tipo de construção de sentido, em que o passado, o presente, o real e o virtual encontram-se imbricados, foi objeto de estudo de Deleuze (2005), ao interpretar as formas pelas quais tempo e espaço são construídos em imagens cinematográficas. Segundo esse autor, a impossibilidade de discernir passado do presente ou real do virtual, não se produz *“de modo algum, na cabeça ou no espírito, mas constitui o caráter objetivo de certas imagens existentes, duplas por natureza”* (Deleuze, 2005:89). Ele afirma ainda que

“a indiscernibilidade constitui uma ilusão objetiva; ela não suprime a distinção de duas faces, mas torna impossível designar um papel e outro, cada face tomando o papel da outra numa relação que temos de qualificar de pressuposição recíproca ou de reversibilidade. Com efeito, não há virtual que não se torne real em relação ao real, com este se tornando virtual sob esta mesma relação: são um avesso e um direito perfeitamente reversíveis” (Deleuze, 2005:89).

O estudo de Deleuze consiste em contribuição para a compreensão do sentido atribuído ao tempo nas configurações desenhadas por sujeitos que se submetem ao teste PMK. Nesse caso, o tempo não é realizado com o recurso de categorias gramaticais mas ele encontra-se implicado naquilo que a configuração representa: a cristalização de um fenômeno psíquico, isto é, o congelamento desse fenômeno no tempo representado pela data em que o teste é aplicado.

Como categoria gramatical, isto é, como categoria pertencente ao conjunto de

regras que rege o funcionamento da língua, o tempo é realizado no discurso exclusivamente pelo verbo. No entanto, como categoria lexical, ou seja, como categoria cujo significado é determinado pelo uso, ele pode ser realizado por expressões várias entre as quais estão incluídas: (a) os nomes (por exemplo, as expressões ‘milênio’ ou ‘século’), integrados em grupos preposicionais equivalentes a advérbios de tempo; (b) adjetivos cujo significado lexical configura tempo como em ‘antigo’ ou ‘atual’; (c) advérbios formados com base nestes adjetivos (‘antigamente’, ‘atualmente’); (d) advérbios de tempo como ‘hoje’, ‘outro dia’ ou ‘já’ e, ainda, outros processos gramaticais.

Assim sendo, os sentidos criados pelo uso dessas expressões só podem ser determinados no interior do contexto em que o discurso foi produzido. Por exemplo, o uso de um advérbio como ‘hoje’ não consiste mais em signo do presente lingüístico, em sentido estrito, “*pois o leitor não pode, a rigor, precisar quando foi proferido, já que, podendo ser dito em qualquer dia do calendário, aplicar-se-á indiferentemente a todo e qualquer dia*” (Fiorin, 2002:143). Essa relação temporal entre o momento da fala (=tempo do discurso) e o acontecer representado (tempo da ação representada) constitui o ‘tempo absoluto’. Por exemplo, a data, ou tempo crônico, aposta nos documentos que compõem o exame psicotécnico aqui analisado, incorpora um valor de futuro: ela representa o início do período de validade do exame que é de quatro anos, período esse em que a sanidade psicológica para conduzir veículos automotores é atestada pelo DETRAN e psicólogos credenciados por esse órgão na carteira de habilitação.

Os tempos verbais que realizam o ‘tempo absoluto’ no discurso são: o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito, o futuro do pretérito (condicional) e as locuções verbais formadas com eles utilizados, em geral, para narrar; e o indicativo presente, o pretérito perfeito composto e o futuro do presente composto, mais as locuções verbais formadas com eles utilizados, em geral, para comentar (Koch, 1993). Apesar de possuírem as funções específicas

de comentar e narrar, é somente no contexto mais amplo que se pode identificar a situação comunicativa pois se observa, com freqüência, o uso de um ou mais tempos do mundo narrado no mundo comentado, ou vice-versa.

Por exemplo, há situações, como no artigo acadêmico, em que os psicólogos-pesquisadores usam o imperfeito para criar um sentido de incerteza em relação a tarefas realizadas por psicólogos do trânsito. Ao trazer ao contexto comentador aquilo que é peculiar ao mundo narrado, esses profissionais limitam a validade do discurso dos psicólogos do trânsito atribuindo a ele matizes que exprimem incerteza e irreabilidade. Por outro lado, segundo a autora, os tempos do mundo comentado

“levam algo de sua tensão, compromisso e seriedade, dilatando a validade do relato ou insistindo sobre ela. É o que acontece quando, numa narrativa, se usa o presente histórico, por exemplo. Isto é, comenta-se como se se narrasse ou narra-se como se se comentasse” (Koch, 1993:41).

Para mostrar a relevância do contexto sócio-histórico na determinação do valor dos tempos verbais, ela acrescenta que, apesar do imperfeito constituir, em narrativas, o tempo do segundo plano *“ele ganhou terreno, na época do realismo, quando o pano de fundo da narrativa apresentava maior importância que o próprio desenvolvimento da trama”* (Koch, 1993:41).

Essa posição é compartilhada por Fiorin (2002) que considera a possibilidade de se subverter o tempo no discurso, construindo efeitos de sentido mais amplos do que aqueles propostos pela análise exclusivamente lingüística dos textos. O referido autor mostra que, por exemplo, costuma-se empregar o tempo presente, em lugar do passado, para *“enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais. Por isso, é a forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião, pela*

sabedoria popular (máximas e provérbios)” (Fiorin, 2002:151). É por essa razão que este tipo de presente, chamado de omnitemporal ou gnômico, é utilizado pelos psicólogos-pesquisadores para referir-se às falas dos autores em quem se apóiam para construir seu ponto de vista. Esses psicólogos também recorrem ao tempo verbal pretérito imperfeito descritivo para justificar a pesquisa cujos resultados são discutidos no artigo que subscrevem: ela justifica-se porque seu propósito é verificar ações discutíveis praticadas por psicólogos do trânsito ao longo do tempo. Fiorin mostra, também, que o tempo verbal futuro do pretérito “*tem, na maior parte das vezes, o caráter de uma antecipação imaginária, pois surge como expectativa e tem, assim, um valor hipotético*” (Fiorin, 2002:160), isto é, ele incorpora o valor da hipótese levantada pelos psicólogos-pesquisadores de que os psicólogos do trânsito não estão exercendo a sua atividade de acordo com as normas que a regulam.

Além do conjunto de verbos que realizam o tempo absoluto, há recursos lexicais para realizar o ‘tempo relativo’ cuja função é relacionar dois ou mais acontecimentos no enunciado, isto é, criar significados como simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Segundo Vilela (1999), o papel dos tempos na representação desses significados, ou relações temporais, é mínimo; é que eles são realizados sobretudo por advérbios e conjunções. A simultaneidade pode ser expressa por tempos verbais idênticos e por determinadas conjunções, sobretudo ‘quando’ e ‘enquanto’; a posterioridade ou representação de um fato como posterior a outro no enunciado pode, igualmente, ser realizada pelos mesmos tempos verbais e por advérbios como ‘*consequentemente*’; a anterioridade, ou seja, a representação de um acontecimento como anterior a outro no enunciado, pode ser realizada com o recurso de advérbios, como ‘*anteontem*’.

Ressalto que as conjunções e advérbios consistem em recursos explícitos para realizar algum tipo de relação entre eventos e acontecimentos, portando um valor argumentativo que só pode ser estabelecido no mundo extra-verbal, no espaço e

tempo concretos em que a fala tem lugar (Koch, 1993). A necessidade de se recorrer ao mundo extra-verbal, no âmbito da análise do discurso, aponta para a existência de índices implícitos que atribuem significados relacionais entre eventos. No psicodiagnóstico, por exemplo, não foram identificados índices explícitos que relacionassem dois eventos: o resultado obtido pelo sujeito no teste e a sua capacidade psicológica de conduzir veículos automotores no futuro (o Psicólogo do Trânsito não registrou os resultados na forma de síntese, conforme as normas do PMK e as normas do DETRAN que regulam a aplicação de testes psicotécnicos). No entanto, os números obtidos a partir da mensuração da configuração desenhada por esse sujeito indicam uma personalidade emocionalmente estável e, conseqüentemente, capaz de conduzir um veículo automotor com segurança no futuro.

Antes de relacionar outra categoria que realiza o tempo no verbo, o aspecto, cabe aqui esclarecer uma noção que será considerada não só na discussão dessa categoria como também nas seguintes: a de verbo auxiliar. Este, segundo Vilela (1999) é um verbo

“em que o peso gramatical é preponderante e, por essa razão, necessita de um verbo pleno (verbo cujo conteúdo se dirige diretamente para a configuração da processualidade existente no mundo extralinguístico e que gramaticalmente pode funcionar como predicado da frase sem qualquer apoio ou suporte) para funcionar como predicado” (Vilela, 1999:67/8).

Há (i) verbos auxiliares de tempo (ter e haver), (ii) verbos auxiliares de modo os quais exprimem valores como necessidade (‘ter de’) ou possibilidade (‘poder’), como na fala ‘os motoristas podem ter feito o teste PMK em condições inadequadas’, extraída do artigo acadêmico, (iii) verbos auxiliares copulativos (que verbalizam predicados nominais), como ‘ser’ e ‘estar’, e (iv) verbos auxiliares de

suporte, entre outros, os quais servem de apoio ao verdadeiro predicado como, por exemplo, em 'dar beijos', sendo que 'dar' consiste no verbo suporte ou 'por em risco', situação em que o verbo 'por' consiste no verbo suporte (Vilela, 1999).

Como as expressões com verbo-suporte podem ser expressas por outras construções com o mesmo significado básico, é necessário entender porque o falante as escolheu. Essa compreensão é relevante pois "*com o emprego do verbo suporte ele obtém algum efeito especial*" (Moura Neves, 2000:55-6). Alguns efeitos possíveis, com a utilização do verbo-suporte são: (i) adjetivar um substantivo associado ao verbo para que ele possa ser qualificado, como na construção: '*o guarda fez uma vistoria mais caprichada*' (ao invés desse tipo de construção, ele poderia ter utilizado o verbo 'vistoriar'); (ii) indicar posse reflexiva, como em 'ele deu a sua risadinha' ; (iii) restringir o nome que entra na construção com verbo-suporte como em 'Artur nunca tomou decisões que pudessem magoar os outros'; (iv) construir expressões com maior adequação comunicativa, por exemplo, utilização de fala coloquial ('dar uma surra'); (v) construir jargões em certas áreas como em 'ele fez o acabamento'; (vi) obter um efeito pragmático ('dar um beijo' cria sentido de menor grau de compromisso do que 'beijar'); (vii) construir representações de gestos/movimentos, de maneira mais eficiente, como em 'soltar um grito'; (viii) definir melhor a natureza semântica da ação, processo ou estado, como em ,; (ix) transformar o tipo semântico do verbo como em *temos suspeita de que ocorreram as mesmas irregularidades citadas em artigo de Quintela*', exemplo extraído do artigo acadêmico em que os psicólogos que o subscrevem, ao invés de utilizarem o verbo 'suspeitar', recorrem à expressão 'ter suspeita'; (x) acentuar o papel semântico do participante, como em 'ele fez uma saudação à mulher'.

Os verbos auxiliares podem também ser utilizados para configurar o aspecto, elemento que consiste no tempo interno do verbo. Ele diz respeito "*às noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim e pode ser realizado, entre outros elementos, com o recurso do gerúndio e do particípio*" (Vilela.

1999:171). O aspecto, segundo Moura Neves (2000), pode ser realizado por verbos que apontam (a) o início de um evento (aspecto inceptivo), como ‘começar’, (b) o término de um evento (aspecto terminativo), como ‘parar’, (c) a repetição do evento, sem idéia de freqüência, como ‘tornar a + infinitivo’, (d) a intensificação de um evento, como ‘cansar de + infinitivo’; (e) o desenvolvimento de evento (aspecto cursivo) pode se realizar com o recurso de um verbo auxiliar + infinitivo como em ‘o *desvio-padrão tende a ser muito grande*’, exemplo extraído do artigo acadêmico, utilizado pelos psicólogos para comentar a respeito dos resultados de seus sujeitos no teste PMK, em que o verbo ‘tender’ exerce o papel de verbo auxiliar de aspecto; (f) a progressão de um evento (aspecto progressivo), por sua vez, pode ser realizada, igualmente, com o recurso de verbo auxiliar e gerúndio como em ‘o uso do cartão está evoluindo’, em que o verbo ‘estar’ exerce o papel de verbo auxiliar. Observe-se que o verbo evoluir, por si só pode ser considerado um verbo aspectual na medida em que constrói o sentido de progressão. Para construir (g) aspecto habitual, o falante pode, também, recorrer a verbo auxiliar e gerúndio como em ‘ela vive fazendo besteiras’, em que o verbo ‘viver’ exerce o papel de verbo auxiliar; (h) o resultado do evento (aspecto resultativo) pode ser realizado com um verbo auxiliar e o particípio como em ‘o problema está resolvido’, em que o verbo ‘estar’ exerce o papel de verbo auxiliar; (i) um verbo auxiliar seguido de particípio também serve como recurso para construir sentido de repetição de evento com idéia de freqüência (aspecto iterativo ou freqüentativo), como em ‘*atualmente há muito poucas publicações sobre o teste, tendo sido feitas algumas pesquisas no âmbito acadêmico com por exemplo, as de Custódio (1972)*’, em que o verbo ‘ter’ exerce o papel de verbo auxiliar de aspecto.

O verbo possui, ainda, a propriedade de realizar ‘voz’ no discurso. Esta categoria é realizada essencialmente por dois processos gramaticais: a ‘voz ativa’ e a ‘voz passiva’. A chamada voz passiva pode ser realizada com os verbos ‘ser’ e ‘estar’, seguidos de verbo no particípio. Nas construções ativo-passiva intervêm os

seguintes elementos: (a) processo ou atividade dirigida para um alvo; (b) agente, autor, ou ator, a fonte e origem de uma ação; e, (c) paciente, ou ponto de encontro de uma ação, pólo passivo de uma relação de atividade. A ativa e a passiva distinguem-se pela 'perspectivação da ação', ou seja, a perspectiva assumida pelo falante em relação ao acontecer verbal. A ativa perspectiva o acontecer verbal a partir do agente: a nomeação do agente é obrigatória e acontece como sujeito como, por exemplo, em '*ele estudou em profundidade os hábitos de uma comunidade na África*'. A passiva com o verbo 'ser' inclui uma preposição (por, entre, de). Ela perspectiva a ação verbal a partir do paciente sendo que o agente é, estruturalmente, facultativo, tornando-se um circunstante como, por exemplo, em '*os hábitos de uma comunidade na África foram estudados em profundidade [por ele]*'. Percebi uma tendência a recorrer à voz passiva para perspectivar ações, com elisão do agente, no artigo acadêmico, procedimento esse que teve como propósito criar um sentido de objetividade, habitual em textos de caráter científico.

Há, ainda um outro recurso semântico-formal realizado no verbo, que permite a construção da "*atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado, que é apresentado como coincidente ou não coincidente com a realidade*" (Vilela, 1999:172): a modalidade é expressa em dois tipos fundamentais, a epistêmica cuja função é realizar opinião, crença e conhecimento, e a deôntica cuja função é realizar obrigação ou permissão. A modalidade constitui uma recurso que realiza escalas de validade que se situam entre duas categorias básicas: realidade e irrealidade. Algumas dessas escalas são 'certeza' e 'incerteza', 'suposição', 'condição', 'necessidade', 'exigência' e 'possibilidade' ou 'impossibilidade' de um dado acontecer. Essas escalas podem ser realizadas no texto pelos modos verbais e por outros processos lingüísticos, como verbos auxiliares de modo (alguns exemplos foram relacionados acima, na explicitação da categoria de verbo auxiliar), palavras modais como 'enfim', expressões modais como 'salvo melhor opinião'; adjetivo como 'certo'; e determinadas entoações,

entre outros recursos (Vilela, 1999).

A realização do modo no verbo, se faz por meio da forma: (a) indicativa, que consiste na forma básica dos modos representando o conteúdo do enunciado como um fato existente, previsível ou em vias de se realizar como nesse extrato do artigo acadêmico: *'este teste [o PMK] avalia características da personalidade importantes para um motorista'* onde o conteúdo do enunciado é representado como um fato existente; (b) a conjuntiva, modo do não-realizado ou ainda não-realizado (por exemplo, *'quando ele for procurar, verá como é fácil encontrar'*); e, (c) a imperativa, que supõe a presença de um *partner* de que o falante pode esperar a realização do que é ordenado e indica em que medida o que é pedido se caracteriza como pedido, ordem, conselho, ameaça, advertência e assim por diante. O sentido de ordem, conselho ou outra possibilidade qualquer de enunciados na forma imperativa só pode ser determinado no contexto de produção. Esse fato pôde ser constatado nos documentos que compõem o psicodiagnóstico, mais especificamente nas folhas do teste em que ordens para iniciar e interromper o desenho de configurações dadas pelo psicólogo ao candidato à carteira de habilitação, só podem ser identificados por aqueles que têm acesso às normas que regulam a aplicação do teste PMK.

A ocorrência desses significados temporais, aspectuais e modais acontecem, segundo Vilela (1999), de forma hierárquica, isto é, apesar dos três estarem presentes em enunciados, o sentido de um deles predomina. Assim, no segmento *'optou-se por verificar se o nível de escolaridade seria uma variável relevante do desempenho no PMK'*, extraído do artigo acadêmico, predomina o significado modal 'incerteza' construído no tempo verbal futuro do e no extrato 'ele dorme bem', extraído de um dos documentos que compõem o psicodiagnóstico, predomina o significado aspectual frequentativo no conteúdo lexical do verbo 'dormir'. No entanto, o significado temporal passado e o significado aspectual frequentativo estão presentes no primeiro extrato enquanto que o significado

temporal presente e o significado modal 'certeza' estão presentes no segundo.

A construção desses significados temporais, aspectuais e modais podem, ainda, variar dependendo do significado lexical do verbo. Isso significa que variações nesse tipo de significados também afetam a construção de sentidos no discurso. Esse fato me conduziu a buscar a classificação dos verbos quanto ao seu significado nos estudos de Vilela (1999) e Moura Neves (2000). Os resultados dessa busca estão relacionados a seguir.

Vilela (1999) considera que, de um ponto de vista genérico, os verbos podem ser classificados em:

- (a) verbos de ação, os quais são utilizados para construir processos que tem como ponto de partida um agente e implicam um 'fazer' como 'trabalhar', 'andar', 'medir', entre outros. Esse tipo de verbo foi utilizado no artigo acadêmico para representar as ações dos pesquisadores ao longo do processo de pesquisa;
- (b) verbos de processo que designam mudanças nas entidades às quais se aplicam e implicam um 'acontecer', um 'passar-se com' como florescer, chover, mudar, brotar e outros; e, também,
- (c) verbos de estado, com os quais se configura, verbalmente, a duração de um ser ou a permanência de um estado, sem que, com isso, se implique a completa imutabilidade (por exemplo, os verbos permanecer, dormir, viver e outros). Esses verbos possuem diferentes valores: (i) o verbo ser, no seu emprego como indicativo de estado, indica 'estado natural. Esse tipo de verbo esteve implicado na construção da identificação do candidato à carteira de habilitação na clínica que emite laudos para o DETRAN; (ii) os verbos estar e achar-se, indicam 'estado adquirido'; (iii) os verbos 'viver' e 'continuar' indicam 'estado permanente; (iv) os verbos 'ficar', 'virar', 'tornar-se' indicam 'mudança de estado' Esse tipo de verbo foi utilizado no artigo acadêmico para construir representações de mudanças nas avaliações do estado psicológico de motoristas realizadas na USP em

comparação àquelas realizadas em clínicas por psicólogos do trânsito; (v) o verbo 'parecer' indica 'dúvida de estado. Moura Neves (2000) considera, ainda, que o verbo haver, quando é realizado no sentido de existir, classifica-se igualmente como um verbo de estado.

De um ponto de vista mais específico, os verbos podem ser classificados segundo outros critérios como, por exemplo, sua capacidade de abrir 'casas' para serem preenchidas por outros elementos. Nesse tipo de classificação incluem-se verbos (a) factivos, os quais permitem construções que pressupõem a verdade no termo com o qual se relaciona no enunciado e cujas sub-categorias são: verbos epistêmicos ('saber' e 'conhecer', por exemplo); verbos de atitude sentimental ('admirar-se' e 'deplorar', por exemplo); alguns verbos de elocução ou *dicendi*, como 'desculpar-se' ou 'gabar-se' e avaliativos, como 'relevar' ou 'estranhar'; (b) verbos de elocução (ou *dicendi*), que introduzem discurso os quais sub-classificam-se em 'verbos de dizer', os quais introduzem atos de fala como 'dizer' ou 'falar', forma à qual os produtores do artigo acadêmico recorreram com frequência para representar as falas de autores no quais se apoiaram ou com os quais estabeleceram relações de confronto, e verbos como 'garantir' ou 'ameaçar' que introduzem discurso mas não atos de fala; (c) intencionais, como 'pretender' os quais não permitem inferências acerca da realização ou da existência das situações e objetos representados nos termos com os quais se relacionam, utilizados no artigo acadêmico para representar os objetivos da pesquisa; (d) verbos direcionais, indicadores de movimento em direção a uma meta como 'entrar em' ou 'chegar a'; (e) situativos, os quais apontam para uma posição no espaço como 'morar em' ou 'encontrar-se em'. Vilela (1999) distingue, ainda, entre outros, dois pequenos grupos de verbos: de percepção (ver, ouvir, por exemplo) e verbos de atividade mental (pensar ou calcular, por exemplo). Os psicólogos-pesquisadores recorreram a um cruzamento entre verbos de percepção e verbos de atividade mental na forma 'constatar' tanto para representar reflexões ao longo do processo que conduziu à pesquisa quanto as suas conclusões.

Apesar dessas distinções, um mesmo verbo pode carregar diferentes significados e, assim, pertencer a uma ou outra categoria, dependendo da forma como foi utilizado pelo falante. Esse fato aponta para a existência de uma complexa teia de significados em que 'tempo', 'aspecto' e 'voz', e 'modo' se imbricam nos processos de construção de sentidos.

3.3.1.3. A categoria de espaço

Naquilo que diz respeito à organização dos elementos que realizam a categoria espaço deve-se considerar, da mesma forma que em situações que dizem respeito a qualquer outra categoria, que o seu sentido emerge na relação que estabelecem com os espaços concretos em que se encontram inseridas pois os leitores

“não se confrontam nunca com textos abstratos ideais: eles manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura e compreensão, partindo do texto lido. Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentidos e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura” (Chartier, 1991:178).

Para Amorim *“O espaço é a dimensão que permite fixar, inscrever o movimento ou, dito de outra forma, a dimensão em que o movimento pode se escrever e deixar suas marcas. A fixação é o resultado de todo trabalho de objetivação [...] que, por mais provisória que possa ser, implica sempre o extrair-se do puro movimento” (2006:102).*

Bakhtin considera o material em que as falas estão inseridas como um elemento que constringe a liberdade de criação ao afirmar que a criação de qualquer texto

é concatenada tanto por suas leis próprias quanto pelas leis do material sobre o qual esse processo de criação tem lugar pois *"toda criação é determinada por seu objeto e sua estrutura e por isso não admite o arbítrio e, em essência, nada inventa mas apenas descobre aquilo que é dado no próprio objeto"* (Bakhtin, 1929/2005:65) . E, mais adiante, ele complementa que *"quando nos propomos a uma determinada tarefa, temos de nos submeter a suas leis"* (idem).

A influência de fatores externos sobre as condutas verbais, naquilo que diz respeito à categoria espaço foi discutida por Bronckart (1994). Este afirma que qualquer fala constitui o quadro que organiza e controla as interações do organismo com seu meio, em um 'lugar social', definido como *"zona de cooperação na qual se desenrola uma atividade humana específica à qual se articula a atividade languageira"* (Bronckart, 1994:33). Esta consiste em práticas discursivas no interior da qual circulam valores que estão relacionados a propósitos ou intenções comunicativas. Esses propósitos portam valores na medida em que representam o desejo de informar, esclarecer, persuadir, criar um contato e assim por diante (Bronckart, 1994). Então, considero como lugar social os espaços onde psicólogos criam textos com a finalidade de prevenir acidentes de trânsito ao impedir que pessoas que não possuam competência emocional sejam autorizadas a conduzir veículos automotores.

Bronckart estabelece, ainda, uma distinção entre a noção de 'lugar social' conforme acima explicitada e a noção de instituição no sentido sociológico do termo:

"instituição é um conceito muito amplo, que cobre não só diferentes tipos de instituições e aparelhos ideológicos da sociedade (econômica, política, literária, escolar, acadêmico-científica e assim por diante) mas também outras zonas, como o lugar das práticas de contato cotidiano" (Bronckart, 1994:33).

Isso significa que um lugar social deve ser compreendido não só como o espaço onde se desenvolve a atividade humana mas, também, nas relações que estabelece com as instituições que abrigam essa atividade. Por exemplo, o DETRAN, visto como um órgão associado a uma instituição política, a secretaria dos transportes do Estado de São Paulo ou, em instância Federal, o ministério dos transportes, regula atividades realizadas em clínicas psicológicas credenciadas enquanto que a instituição acadêmico-científica representada pela Universidade de São Paulo estabelece as diretrizes que regulam a atividade dos psicólogos-pesquisadores.

Naquilo que se refere às especificidades do espaço em textos concretos como o psicodiagnóstico e o artigo acadêmico, Fiorin esclarece que se realiza por meio do estabelecimento de “*uma posição fixa em relação a um ponto de referência, ou um movimento em relação a uma referência*” (Fiorin, 2002:262). Esse ponto de referência pode estar inscrito no enunciado ou pode remeter à distância entre dois pontos no interior de uma figura à qual este enunciado se refira. Nesse caso específico, a distância é representada por um numeral, recurso utilizado em situações em que “*é necessária uma determinação definida, numérica*” (Moura Neves, 2000:587). Nos dois textos que compõem o corpus, a representação de distâncias é realizada por meio de numerais. A escolha desse tipo de representação espacial está relacionado aos princípios que regulam as técnicas de mensuração psicológica, isto é, na objetividade e precisão que caracterizam a pesquisa na esfera das ciências exatas.

É imprescindível, portanto, que se estabeleça o significado dessas marcas espaciais no interior do contexto em que são utilizadas pois elas podem assumir valores diversos. Por exemplo, apesar das noções de direita e esquerda representarem, tradicionalmente, uma posição em relação a um ponto de referência, elas podem ser utilizadas com o propósito de designar, respectivamente, algo propício ou funesto ou, ainda, designar certos pontos de

vista frente a políticas governamentais. Nos textos derivados da aplicação do teste PMK, as noções 'esquerda' e 'direita' incorporam ainda outros tipos de significados: 'esquerda', nas referências aos movimentos realizados com a mão esquerda por indivíduos destros, representam o lado instintivo da personalidade enquanto que 'direita', nas referências aos movimentos realizados com a mão direita por indivíduos destros, representam uma dimensão da personalidade controlada por fatores ambientais ou pela aprendizagem .

Os elementos que realizam o espaço lingüístico são os pronomes demonstrativos, os advérbios espaciais e as preposições (ou locuções prepositivas), entre outros, podem também ser utilizados com propósitos diversos daqueles a que estão destinados. Por exemplo, apesar dos pronomes demonstrativos terem como finalidade designar seres singulares e seu posicionamento no espaço, eles podem funcionar como recursos para retomar aquilo que foi dito anteriormente. Além dos pronomes demonstrativos 'este' e 'esse' cuja função é indicar o espaço da cena enunciativa e do pronome 'aquele' cuja função é enunciar o que está fora dela há, na língua portuguesa, demonstrativos neutros – 'isto', 'isso' e 'aquilo' – que “*caracterizam-se por não ter nunca a função de determinantes e por referir-se sempre a coisas*” (Fiorin, 2002:269). O emprego destes últimos em referências a seres humanos, produz um efeito de sentido de coisificação. Os psicólogos que subscrevem o artigo acadêmico tendem a recorrer à forma 'isto' para retomar uma fala imediatamente anterior como em ‘*o PMK tornou-se uma técnica comumente usada [,,] na seleção de motoristas. Isto provavelmente ocorreu em função de sua natureza não verbal*’.

O distanciamento do enunciador em relação àquilo que ele está dizendo, se realiza com o recurso dos advérbios espaciais. São eles: 'aqui', que pode significar 'neste ponto da história' ou 'nesta passagem'; 'aí', que pode significar 'nessa passagem'; 'lá', que pode significar 'naquela passagem'; 'daí', que pode significar 'desse fato apontado'. Ainda no artigo acadêmico, o índice espacial 'daí' é utilizado

para representar a diminuição de frequência de um fato a partir de um marco temporal: *‘O PMK foi largamente usado no Brasil principalmente nas décadas de 50 e 60, tanto para avaliação psicológica como em pesquisas. Porém a partir daí, houve um declínio na sua popularidade’*. Entretanto, da mesma forma que os pronomes, eles podem ser utilizados, uns em lugar dos outros, como estratégia para construir determinados sentidos. Por exemplo, quando o falante pretende incorporar à sua fala um matiz de insolência, ele pode utilizar o advérbio lá para referir-se a alguém que se encontra à sua frente. É possível, também, utilizar o aqui em lugar do aí, para referir-se a alguma coisa de que se fala, com a finalidade de estabelecer relação de concomitância entre o ver e o comentar. Novamente, observa-se aqui que o elemento gramatical não representa necessariamente um espaço físico mas serve para atender um propósito do falante naquilo que diz respeito à relação que pretende estabelecer com seu interlocutor.

A aspectualização do espaço, por sua vez, é realizada pelas preposições que, entre outras funções, marcam a posição de um objeto em relação a outro, a partir do ponto de vista de um sujeito observador como, por exemplo, no caso da preposição em. Ela pode ser usada para marcar uma posição que coincide com um lugar. As locuções prepositivas ‘dentro de’ e ‘no interior de’ têm como função mostrar que o espaço é considerado em sua bi- ou tridimensionalidade; a locução prepositiva ‘em frente’, por sua vez, marca visão de orientação horizontal enquanto que a preposição ‘sobre’ marca visão de orientação vertical. Por outro lado, a locução prepositiva ‘ao pé de’ indica visão de proximidade. As preposições podem, também, ser usadas para expressar movimento como no caso das preposições ‘para’ ou ‘de’ as quais, associadas a advérbios, podem significar movimento em direção a um ponto de chegada como em ‘para cima’ ou deslocamento a partir de um ponto de referência como em ‘de cima’ ou ‘de baixo’ casos em que a preposição ‘de’ assinala o ponto de partida de um objeto.

As expressões que realizam movimentos são frequentemente utilizadas em textos

derivados da aplicação do teste PMK pois este avalia aspectos da personalidade com base na amplitude dos movimentos das mãos. Assim, expressões como 'desvio primário horizontal', desvio primário vertical' e 'desvio primário sagital' encontram-se apostas nas tabelas que compõe os textos do corpus.

Os elementos gramaticais que realizam o espaço na língua, como os relacionados acima, articulados ao contexto de produção, têm como função “*criar uma ambientação - o conjunto de processos conhecidos ou possíveis, destinados a provocar na narrativa a noção de um determinado ambiente*” (Fiorin, 2002:259) pois, segundo Fiorin, “*o espaço lingüístico não é o espaço físico, analisado a partir das categorias geométricas, mas sim aquele onde se desenrola a cena enunciativa*” (2002:266). Essa ambientação é criada na medida em que os elementos que realizam o espaço na linguagem se articulam ao contexto de produção para construir representações que caracterizam um mundo interior ou exterior, fechado ou aberto, fixo ou móvel (Fiorin, 2002). As medidas de desvios dos movimentos das mãos em formulários de aplicação do PMK, representam o desvelamento do mundo interior, de aspectos emocionais da personalidade cuja manifestação pode provocar acidentes de trânsito.

Em seguida, apresento uma síntese de estudos em que são estabelecidas relações entre a psicologia e os estudos da linguagem cuja leitura contribuiu para que eu compreendesse as distinções e possíveis intersecções que se estabelecem entre os dois campos do conhecimento.

CAPÍTULO 4

ESTUDOS DA LINGUAGEM E PSICOLOGIA

Este capítulo tem a finalidade de esclarecer a relação que se estabelece entre a Psicologia, ciência que fundamenta a atividade dos psicólogos que subscrevem os textos que compõem o corpus desta tese e os estudos da linguagem no âmbito da qual se situa a perspectiva da qual parto para analisar esse corpus. Ele está estruturado em três partes: na primeira, apresento a definição do objeto de estudo em cada um dos campos do conhecimento, estabelecendo relações entre o objeto da atividade dos psicólogos que subscrevem os textos que analiso e o meu objeto de estudo; na segunda, discorro a respeito das intersecções entre os dois campos mostrando de que forma elas se realizam aqui; e, na terceira, registro considerações sobre duas pesquisas realizadas no campo da Psicologia com fundamento nos estudos de Bakhtin, mostrando a sua relação com minha pesquisa.

4.1. Distinção entre psicologia e linguagem quanto ao objeto de estudo

No que concerne ao objeto de estudo da psicologia Bakhtin/Volochinov (1929/2004) afirma que uma ciência com essa denominação só pode ter como objeto o conteúdo do psiquismo tomado em sua relação com o organismo individual. Ele considera que *“o fenômeno psíquico, uma vez compreendido e interpretado, é explicado exclusivamente por fatores sociais os quais determinam a vida concreta de um dado indivíduo nas condições do meio social”* (Bakhtin/Volochinov, 1927/2004:48). Ele desenvolveu esse ponto de vista argumentando a respeito das posições do psicólogo Dilthey (1831-1911) e do psicanalista² Freud (1923/1958).

² As referências à psicanálise devem-se ao fato de que a técnica utilizada pelos psicólogos que subscrevem os textos que compõem o corpus fundamenta-se na noção psicanalítica de inconsciente.

Apesar de Dilthey (1894/2002) considerar o conteúdo do psiquismo como objeto de estudo da Psicologia, Bakhtin/Volochinov (1927/2004) discorda da sua metodologia a qual propõe explicar as manifestações verbais (signos/palavras) com a ajuda do psiquismo. Dilthey considera que o conhecimento de mundo deriva de “*uma síntese das percepções sensíveis que dimana de dentro*” (Dilthey, 1894/2002:55). Segundo Bakhtin/Volochinov, essa posição trata o mundo material como um espaço privado de “*todo sentido em benefício de um ‘espírito’ fora do tempo e do espaço*” (Bakhtin/Volochinov, 1927/2004:51) quando, na verdade, é esse espaço material, na forma de fatores sociais, que explica o fenômeno psíquico.

Quanto à posição de Freud, Bakhtin/Volochinov considera que ele foi bem sucedido em perceber a luta, o caos e o infortúnio da vida psíquica mas afirma que ele equivocou-se ao estudar esse aspecto da constituição humana fundado exclusivamente na dimensão orgânica, no lado animal da vida. Ele confronta essa posição ao registrar:

“nenhum ato do homem integral, nenhuma formação ideológica (o pensamento, a imagem artística, até o conteúdo de um sonho) pode ser explicado sem que se incorporem as condições socioeconômicas. Além do mais, nem as questões específicas da biologia encontrarão solução definitiva sem que se leve plenamente em conta o espaço social do organismo humano em estudo” (Bakhtin/Volochinov, 1927/2004:11).

A atividade dos psicólogos que subscrevem os textos que compõem o corpus apóia-se no princípio de que movimentos de mãos e braços revelam conteúdos psíquicos. Isso significa que, para eles, esses conteúdos estão incorporados a uma dimensão orgânica, perspectiva esta que confronta o ponto de vista bakhtiniano. No entanto, considerando que o propósito da atividade desses

profissionais é identificar fatores da personalidade que possam incapacitar pessoas para a condução de veículos automotores, não lhe compete oferecer explicações sociológicas.

Quanto ao objeto de estudo da linguagem, aquele que contemplo nesta tese, consiste nos enunciados proferidos por esses profissionais (Psicólogo do Trânsito e psicólogos-pesquisadores). Bakhtin (1979/2000) define enunciado como “*um elo na cadeia de comunicação verbal de uma dada esfera da realidade humana ou da vida cotidiana*” (Bakhtin, 1979/2000:307) que se caracteriza por (a) fronteiras claramente delimitadas pela alternância dos sujeitos nas suas extremidades: por uma fala que serviu como fator desencadeante e pela fala de um interlocutor em direção ao qual está orientado; (b) está em contato imediato com a realidade (com uma situação de fato no mundo real); (c) está em relação imediata com os enunciados de outros; (d) possui uma significação plena; (e) suscita uma resposta, isto é, está orientado para o outro (Bakhtin, 1979/2000).

A relação que se estabelece entre a psicologia e a linguagem é sintetizada por Bakhtin/Volochinov (1926/1976) na afirmação de que o sistema da língua e os conteúdos psicológicos, apesar de conservarem um valor individual, só podem ser compreendidos na relação que estabelecem com o conjunto de valores presumidos no meio social. Assim, para compreender o sentido dos textos que compõem o meu corpus, provenientes do campo da psicologia, eu os analiso e interpreto, no âmbito dos estudos da linguagem, (a) na relação que estabelecem com falas antecedentes e posteriores; (b) na relação que estabelecem com a realidade de onde emergem, isto é, com a situação imediata de produção; e, (c) na relação que estabelecem com as condições históricas que lhes determinam na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito.

4.2. A compreensão de textos derivados do campo da psicologia no âmbito dos estudos da linguagem

A relação que se estabelece entre a atividade dos psicólogos que criaram os textos que compõem o meu corpus e a minha é que a sua linguagem é constituída por avaliações do agir humano derivado de fenômenos psíquicos e a minha é constituída por reflexões a respeito das formas por meio das quais eles realizam essas avaliações.

Para explicar essa relação busquei primeiro na obra do estudioso da linguagem Benveniste (1966), considerações a respeito da linguagem em sessões de psicanálise. A partir de diálogos com o psicanalista Lacan, Benveniste considerou que a análise que o psicanalista faz da pessoa que ele analisa encontra-se ancorada no discurso proferido por este: *“sua expressão é a da linguagem. A relação do analista com o sujeito é a relação do diálogo”* (Benveniste, 1966:77). No entanto, é por meio de outro discurso que o analista irá explicar os conteúdos inconscientes, não expressos, velados, ignorados por essa pessoa (Benveniste, 1966). Apesar dos psicólogos que criaram os textos que aqui analiso atuarem no âmbito de uma perspectiva empirista em psicologia o teste PMK, utilizado por eles para realizar sua atividade, encontra-se ancorado na noção de inconsciente, derivada da psicanálise.

Nas palavras de Lacan (1966/1978) aquilo que o psicanalista ensina o sujeito a reconhecer como seu

“inconsciente, é sua história; o psicanalista o auxilia a perfazer a historização atual dos fatos que determinaram em sua existência um certo número de volteios históricos [...] enquanto reconhecidos em certo sentido ou censurados numa certa ordem” (Lacan, 1966/1978:126).

Mais adiante, ele complementa que o inconsciente do sujeito é o discurso do

outro, denominado 'telepatia na experiência analítica' por Freud (Lacan, 1966/1978). Os fatos do inconsciente se movem "*sempre nas ligações de uma outra experiência da qual o psicanalista é interlocutor*" (Lacan, 1966/1978:129-130).

A idéia de que o inconsciente do sujeito é reconstituído no discurso do analista está relacionada às reflexões de Deleuze e Guattari (1995/2005) os quais afirmam que há um agenciamento coletivo do inconsciente na linguagem. Eles definem *agenciamento coletivo* como sendo o "conjunto das *transformações incorpóreas em curso em uma sociedade dada, e que se atribuem aos corpos dessa sociedade*" (1995/2005:18) e citam como exemplo de transformação incorpórea por meio de agenciamento coletivo a sentença de um magistrado que transforma um acusado em condenado no campo do Direito Penal.

Partindo desse ponto de vista a utilização do teste PMK pelos psicólogos que criaram os textos que compõem o corpus consiste, em certa medida, em estratégia para agenciar coletivamente um dado velado, ignorado na memória do sujeito, isto é, um conteúdo inconsciente. Através desse agenciamento, candidatos à carteira de motorista ou ao cargo de motorista na Universidade de São Paulo, podem ser transformados os primeiros em motoristas habilitados e os segundos em funcionários da USP.

O ponto de vista segundo o qual representações grafo-motoras resultantes de movimentos de braços e mãos consistem em configurações portadoras de sentidos foi discutida por Vygotsky (1935/1991), no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, em texto que trata da pré-história da linguagem. Esse pesquisador afirma que a linguagem escrita resulta da evolução

"de gestos manuais e que gestos constituíram as primeiras representações de significados e que é somente mais tarde que,

independentemente, a representação gráfica começa a designar algum objeto. A natureza dessa relação é que aos rabiscos já feitos no papel, dá-se um nome apropriado” (Vygotsky, 1935/2991:125).

A partir desse ponto de vista, os gestos e suas representações gráficas constituiriam uma dimensão embrionária, primitiva da linguagem escrita, perspectiva cujos princípios, da mesma forma que no âmbito da psicanálise, estão fundamentados na teoria da evolução.

Bakhtin em obra na qual discute os significados atribuídos aos fenômenos psíquicos afirma que *“tudo que ocorre no organismo pode tornar-se material para a expressão da atividade psíquica posto que tudo pode adquirir um valor semiótico, tudo pode tornar-se expressivo”* (1979/2000:52). Para ele, *“a exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase nada, enquanto que a exclusão de todos os outros movimentos expressivos a diminuiriam muito pouco”* (Bakhtin (1979/2000:52). Então, é na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito e nas palavras/enunciados do Psicólogo do Trânsito e dos psicólogos-pesquisadores que eu busco analisar/interpretar a forma como o psiquismo adquire um valor semiótico.

4.3. Pesquisas realizadas no campo da Psicologia com fundamento nos estudos de Bakhtin e seu Círculo

A busca de estudos no campo da Psicologia, com fundamento na perspectiva teórico-metodológica desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo, me conduziu a dois títulos: “O estudo da linguagem pela psicologia: a contribuição de uma aproximação entre B.F. Skinner e M. Bakhtin”, tese de doutorado defendida por Maria Eliza Mazzilli Pereira, em 1999, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e “O uso das palavras como mediadores intersubjetivos: a presença de vozes subjacentes em enunciados de pacientes”, artigo assinado pelo psicólogo

Mikael Leiman, publicado na revista 'Dialogues on Bakhtin: Interdisciplinary Readings', em 1998.

O estudo dos textos que compõem o meu corpus se distancia da pesquisa realizada por Pereira (1999) primeiro por esta tratar-se de uma pesquisa de natureza teórica e, segundo, por considerar a noção de 'social' como um fenômeno que condiciona a linguagem a partir de uma perspectiva externa enquanto que na abordagem de que parto, o social está imbricado na linguagem. Porém, ele aproxima-se do estudo de Leiman cujo propósito foi compreender uma dimensão da realidade social por meio da análise de textos que derivam dessa realidade. Neste estudo, ele descreve de que forma o embate entre psíquico e ideológico, se realiza na arena da palavra proferida por pacientes na clínica psicológica onde atua.

Ele considera que qualquer fala nasce da comunhão entre indivíduos e que, por esta razão, a fala do interlocutor está sempre embutida na estrutura da fala do locutor. Em um contexto psicoterapêutico, a resposta do terapeuta é que traria à tona vozes ocultas, esquecidas, que ecoam tanto as experiências passadas do paciente quanto, muitas vezes, as experiências de seus ancestrais que estariam embutidas nas hesitações e reservas que atribuem uma aparente incoerência à fala do paciente, tornando-a obscura e que é a atitude responsiva do terapeuta que atribui sentido a elas um sentido ao considerá-las como parte de um vívido diálogo interno. Esse sentido é revelado "*nas letras do inconsciente que irrompem dos tropeços e desfalecimentos da fala*" (Santaella, 1998:68). As letras do inconsciente são reformuladas na fala de interlocutores que atuam no campo da psicanálise e da psicologia de forma a atribuir-lhes um sentido que justifique o agir humano.

No capítulo seguinte, após situar os textos que constituem o meu corpus no mesmo campo de onde emergiram os textos de Pereira e Leiman, a Psicologia,

mais especificamente no âmbito de uma abordagem em que são utilizadas técnicas de mensuração psicológica, apresento uma descrição de ambos para, em seguida, discorrer a respeito do método a que recorri para desvelar as relações dialógicas entre as forças sociais vivas ali representados.

CAPITULO 5

CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

Este capítulo é composto por três partes sendo que cada uma corresponde a um passo em direção à minha meta: compreender a atividade de psicólogos que atuam na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito e na esfera acadêmica por meio da análise/interpretação de textos produzidos por esses profissionais. O primeiro passo consistiu em situar o teste PMK, utilizado pelo Psicólogo do Trânsito e pelos psicólogos-pesquisadores para mensurar fatores emocionais que interferem no desempenho de motoristas, no âmbito da categoria a que pertence, a de técnicas de mensuração psicológica; o segundo foi apresentar uma descrição detalhada dos documentos que compõem o corpus; e, finalmente, o terceiro passo foi descrever o método a que recorri para a análise desses documentos e detalhar os procedimentos analíticos por meio dos quais procurei alcançar os objetivos da pesquisa.

5.1. o psicodiagnóstico miocinético (PMK) como técnica de mensuração em psicologia

As técnicas de mensuração em psicologia consistem em medidas objetivas e padronizadas de uma dimensão específica dos processos mentais. Essas técnicas derivam, principalmente, dos trabalhos realizados por Titchener no campo da Psicofísica. A incorporação desse tipo de procedimento em psicologia deveu-se a uma aspiração de estudiosos nesse campo do conhecimento a, por meio de pesquisas caracterizadas pela precisão e objetividade, transformá-lo em ciência autônoma. A precisão e a objetividade, caracterizam as ciências exatas, em especial a matemática, que era vista pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704) como o único caminho para se chegar à verdade absoluta e pelo filósofo prussiano Emmanuel Kant (1724-1804), como um ideal científico a ponto de afirmar que

havia mais ciência em cada ramo do saber quanto de matemática ele contivesse (Herrnstein e Boring, 1971).

Um dos primeiros estudos em que foram utilizadas técnicas de mensuração para a compreensão de fenômenos psíquicos determinantes da personalidade, foi realizado pelo neuro-anatomista francês Franz Joseph Gall (1758-1828). Ele desenvolveu uma teoria denominada frenologia cuja idéia central era que faculdades e qualidades primitivas e fundamentais do homem estariam associadas a funções cerebrais específicas. Ele afirmava que as variações na dimensão de certas partes do crânio seriam reveladoras das “*causas mais secretas da diferença do caráter de espécies, nações, sexos e idades, desde o nascimento até a velhice*” (Herrnstein e Boring, 1971:269). A tipologia desenvolvida no século 20 pelo psiquiatra alemão Ernst Kretschmer (1888-1964), divulgada em seu livro ‘Físico e Caráter’(1921), foi considerada como derivada da frenologia.

O esquema criado por Kretschmer era baseado na correlação do tipo físico com características psicológicas básicas. Ele concluiu que uma pessoa com um físico delicado tem maior probabilidade de ser introvertida, enquanto que pessoas com baixa estatura e corpo arredondado tenderiam a ser temperamentais³. No entanto, esse tipo de medida não apresentou avanços consideráveis, a ponto de não ser citada na maior parte da bibliografia que trata da história das técnicas de mensuração psicológica. Provavelmente isso aconteceu em função do uso que dele foi feito pela Alemanha nazista onde a certificação crâniométrica para empregar pessoas, ou mesmo autorizar casamentos, tornou-se obrigatória⁴.

É possível que seja esse o motivo para que Francis Galton (1822-1911) seja considerado o precursor dos testes psicológicos na maioria dos textos que tratam do assunto. Esse pesquisador, influenciado pelos estudos de Darwin, concluiu que

³ Fonte: Cérebro e Mente. Revista eletrônica de divulgação científica em neurociência – www.cerebroemente.org.br

⁴ Idem

as variações nos dotes genéticos mentais dos seres humanos seriam transmissíveis por hereditariedade. Como argumento a favor de sua teoria da desigualdade dos dotes mentais, ele descreveu o resultado de pesquisa que lhe permitiu identificar

“a grande diversidade na capacidade de solucionar problemas matemáticos apresentada por estudantes da Universidade de Cambridge que, sob sua supervisão, trabalharam competitivamente, sob motivação comparável durante três anos” (Herrnstein e Boring, 1971:510).

As pesquisas desenvolvidas por Galton, serviram de fundamento para os estudos do pesquisador norte-americano James McKeen Cattel (1860-1944), criador da expressão ‘teste mental’ para referir-se às técnicas de avaliação da capacidade humana (Herrnstein e Boring, 1971). Cattel baseou-se nas pesquisas realizadas por Galton para estabelecer relações entre discriminação sensorial e inteligência. Por outro lado, o pesquisador francês Alfred Binet (1857-1911), com base no associacionismo de Stuart Mill, considerava que a discriminação sensorial não poderia ser interpretada como índice de desempenho intelectual. Para ele, a inteligência só poderia ser detectada através da medida de processos mais complexos como a memória, a imaginação, a atenção, a compreensão e a sugestibilidade. Com a finalidade de estabelecer relações entre inteligência e esses processos. Binet e outro pesquisador francês, Theodore Simon (1873-1961), publicaram a primeira escala, ‘escala Binet-Simon para a mensuração da inteligência’, no boletim nº 70 da Sociedade Independente para o Estudo Psicológico da Criança no ano de 1905 (mais tarde, em 1917, essa sociedade passou a ser denominada Sociedade Alfred Binet) .

Os pesquisadores James McKeen Cattel, nos Estados Unidos, e Alfred Binet, na França, foram provavelmente os mais prolíficos no campo da mensuração de

fenômenos psicológicos. A partir de seus trabalhos os testes psicológicos tiveram uma expansão considerável: Zurfluh (1976) constatou a existência de 195 diferentes tipos de testes até 1976 enquanto que Van Kolck (1977), em estudo no qual pesquisou a utilização e aplicação de testes no Brasil, relacionou 97 tipos de testes entre os quais alguns criados no país.

Apesar de Zurfluh (1976) considerar a possibilidade de utilização de técnicas padronizadas de mensuração psicológica com o propósito de compreender o processo de formação e evolução do ser humano, esse procedimento confronta o ponto de vista de estudiosos que discutem a psicologia a partir de uma perspectiva sócio-histórica já que, a partir dela, a relação do homem com o mundo consiste em um vir a ser constante caracterizado por um movimento dinâmico, dialético e transformador (Clot, 2006). Nesse caso, qualquer tentativa de medir um fragmento de conduta ou classificar um ser humano se tornaria inviável.

5.1.1 Caracterização e classificação dos testes psicológicos

O teste mental, ou psicológico se caracteriza por “um estímulo, ou grupo de estímulos padronizados por seu conteúdo, condições de aplicação, método e avaliação, que tem a finalidade de medir um segmento de comportamento de um indivíduo de forma a poder compará-lo a outros indivíduos” (Zurfluh, 1976:36). A padronização de conteúdos e métodos deve estender-se às condições de administração do teste, ou seja,

“a situação em que o teste é aplicado deve ser idêntica em seus diversos aspectos (sala, mobília, claridade) e, sobretudo, quanto ao comportamento do psicólogo (recepção, orientações e atitudes devem ser semelhantes de um sujeito a outro ou de um grupo a outro)” (Zurfluh, 1976:36).

A expansão desse tipo de técnica de mensuração conduziu à criação de inúmeros critérios de classificação de testes entre os quais Zurfluh (1976) destaca:

- (1) quanto ao objeto de estudo: características próprias de uma fase específica do desenvolvimento, desde a primeira infância até a maturidade;
- 2) quanto à forma de expressão: verbal, gráfica ou manual;
- 3) quanto ao segmento de conduta a ser medido: aptidão, interesse, inteligência, personalidade, conhecimentos, nível mental, distúrbio mental;
- 4) quanto ao método de aplicação: individual ou coletivo;
- 5) quanto ao objetivo do psicólogo: diagnóstico ou prognóstico;
- 6) quanto à ênfase na instituição social onde o psicólogo opera: escolar, organizacional, e assim por diante.

Pessoas que se submetem a esses testes por imposição de instituições nas quais pretendem atuar podem sentir-se constrangidas. De acordo com Zurfluh (1976), quando a realização do teste é imposta por uma instituição, o sujeito testado vivencia um sentimento de frustração, principalmente em caso de reprovação, pois nem sempre é informado a respeito das causas dessa reprovação ou a respeito dos detalhes de seu desempenho. A experiência negativa pode advir, também, de situações em que o sujeito é classificado no âmbito de uma categoria comportamental específica:

“a classificação do sujeito em tipos caracteriológicos pode ser penosamente vivenciada. Esse fato, conjugado à padronização do ambiente e das provas, tende a frustrar o desejo de todo ser humano de ser reconhecido na sua individualidade” (Zurfluh, 1976:16).

Apesar dessa dimensão, a experiência de se submeter a um teste psicológico pode adquirir sentidos muito diferentes dependendo das suas possíveis consequências.

5.1.1.2. Testes projetivos para diagnóstico de personalidade

A princípio psicanalítico segundo o qual a associação de palavras por pacientes consiste em estratégia que auxilia o psicanalista a desvelar conteúdos inconscientes da personalidade provocou estudos centrados na concepção projetiva entre os profissionais que passaram a atuar nesse campo. Segundo Anzieu (1978),

“Silberer (1912-1913)⁵ provocava as associações inconscientes de seus sujeitos por meio da lecanomania – antigo método de adivinhação em que se olha fixamente uma bacia cheia d’água – e comparava os resultados com os do teste de associação de palavras de Jung” (Anzieu, 1978: 45) .

Os testes projetivos consistem em uma ramificação da referida concepção projetiva que prosperou no âmbito da psicanálise. Eles compõem o ramo principal dos testes de personalidade e se caracterizam por um conjunto de estímulos ambíguos que são apresentados a um sujeito para que ele os interprete. A ambigüidade do estímulo provoca interpretações subjetivas, derivadas da forma por meio da qual o sujeito percebe e organiza seu mundo individual. Assim, *“diz-se que o examinando projeta na imagem proposta suas próprias atitudes emocionais e suas idéias sobre a vida” (Tyler, 1963/1981:110).*

O primeiro teste projetivo a ser usado foi o teste de Rorschach constituído por uma série de cartões contendo cada um deles, um borrão de tinta com formatos diferentes. O princípio do qual parte o criador desse teste é o de que

“o homem dispõe de um registro de imagens mais amplo do que aquele do qual se serve na vida cotidiana e [...] ao lado do modo de ligação de

⁵ Silberer, H. (1959). On symbol formation. In: D. Rapaport (ed.) Organization and Pathology of Thought, pp.208-33. New York: Columbia University Press [original work published 1912]

uma percepção a outro por associação, existe um modo mais direto: o sistema cinestésico. As percepções visuais são conservadas logo abaixo do limiar da consciência, sob forma de imagens cinestésicas; tais perceptos podem ser conscientemente re-experimentados como percepções cinestésicas, ou percepções inconscientemente re-traduzidas em imagens visuais. As manchas de tinta serão como um espelho onde os estímulos visuais ativam as imagens cinestésicas do sujeito as quais são projetadas sobre as manchas que, por sua vez, são percebidas como reflexos enviados de volta pelo espelho” (Anzieu, 1978:49).

Esse tipo de teste, quando usado como complemento de “*outras técnicas de avaliação da personalidade, como as entrevistas e a coleta de informações sobre os antecedentes do examinando, fornece pistas que podem vantajosamente exploradas ao estudar-se um caso individual*” (Tyler, 1963/1981:112)

Outra técnica projetiva disponível para psicólogos é o Teste de Apercepção Temática (T.A.T.) constituído por pranchas contendo imagens de pessoas em situações intencionalmente indefinidas. Ele baseia-se no princípio de que o examinando interpreta as situações ali representadas fundamentado em suas próprias atitudes e maneiras de perceber o mundo já que

“sua tarefa é compor uma história para cada quadro, incluindo em seu relato uma explicação do que levou à situação representada, um relato dos prováveis pensamento e sentimentos das pessoas envolvidas na referida situação e a criação de um desfecho” (Tyler, 1963/1981:112).

Além de testes como o Rorschach e o T.A.T., os psicólogos podem recorrer a testes de desenho, ou seja, a testes cujo propósito é fornecer recursos para que o psicólogo interprete representações gráficas criadas pelo sujeito que se submete a eles. Souza Campos (2002), considera que a representação gráfica, como

qualquer outro traço expressivo da personalidade, tende a integrar-se ao processo de maturação psíquica, isto é, ela se transforma na medida em que os processos psíquicos evoluem. A interpretação desses traços expressivos da personalidade como um reflexo de motivações latentes depende de ser realizada por psicólogos experientes, capazes de identificar fatores da personalidade nos traços produzidos pelo examinando. Freud (1905), ao levantar considerações a respeito da sensibilidade estética para identificar esses fatores em qualquer forma de expressão humana, afirma que *“aqueles que têm olhos para ver e ouvidos para escutar constatam que os mortais não podem esconder nenhum segredo. Aqueles cujos lábios se calam fala com as pontas dos dedos e se traem por seus poros”* (Freud, 1905:15).

Baudrillard (1968/2000), a partir de uma perspectiva sócio-cultural ou crítica, ao refletir sobre as estruturas por meio das quais as pessoas organizam objetos em um determinado espaço físico, considerou que mesmo objetos arranjados de forma aparentemente incoerente em um espaço específico, refletem um sistema cultural de signos constituindo um ‘discurso ambiental’ que refletiria as *“conotações ideológicas e as motivações latentes do referido sistema cultural”* (Baudrillard, 1968/2000:47). A figura reproduzida a seguir é um exemplo do reflexo do sistema cultural na percepção de uma criança, submetida a um teste de desenho, à qual se pediu que representasse um cientista.

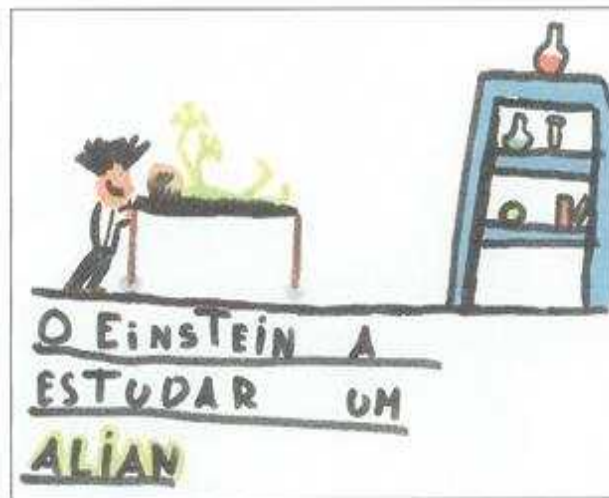


Fig. 1: Desenho de criança em teste projetivo⁶

Os testes projetivos, quando utilizados como instrumento auxiliar para a elaboração de psicodiagnósticos, constituem recurso para que os psicólogos aprofundem seus conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento da personalidade de forma a poderem tomar decisões que interfiram na vida prática de seus pacientes. A principal vantagem dos testes projetivos em comparação a outros instrumentos psicodiagnósticos, reside no fato de que permitem que os *“psicólogos obtenham pistas sobre coisas de que as pessoas não são capazes de falar diretamente – seus motivos ocultos, suposições e maneiras de encarar o mundo”* (Tyler, 1963/1981:114)

5.1.1.3. o teste PMK: técnica grafo-motora, empregada na forma de abordagem projetiva

Apesar do teste PMK consistir em técnica de expressão grafo-motora, ele pode ser empregado

⁶ Fonte: Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 5 Nº 1 (2006)

“como forma de abordagem projetiva à personalidade [...] tendo-se como dificuldade a de distinguir, em um único movimento as influências sócio-culturais, os fatores ligados à maturação neurofisiológica e os aspectos nitidamente pessoais” (Anzieu, 1978:224).

Ainda, segundo Anzieu,

“os trabalhos de Binois e Lefetz⁷ demonstraram que o PMK era praticamente o único teste capaz de contribuir com informações de conjunto sobre as relações entre a personalidade e o tônus muscular donde decorre sua utilidade para a identificação de desajustamentos espaço-motores em funções de segurança” (Anzieu, 1978:226);

Os textos que compõem o corpus derivam da aplicação desse teste por psicólogos pesquisadores em candidatos a uma vaga de motorista para a reitoria da USP e por um Psicólogo do Trânsito em candidato à carteira de habilitação com a finalidade de avaliar fatores da personalidade que interferem na habilidade de dirigir veículos automotores. A opção por esse instrumento deve-se ao fato de que ele foi criado, pelo médico Emílio Mira y Lopez em 1939, com a finalidade de avaliar fatores da personalidade responsáveis pela eficácia no manuseio de veículos de grande porte: a sensibilidade cinestésica e as reações musculares mais sutis de aspirantes à posição de pilotos da aviação militar do Exército Republicano de Barcelona. Mira y Lopez usou, em princípio, um aparelho chamado ‘axistereômetro’ para medir a precisão dos movimentos no espaço (Galland de Mira, 2004). A análise dos erros cometidos pelos aviadores indicava o desequilíbrio entre tensões de músculos antagonistas, isto é, músculos flexores e extensores cujos movimentos alternados de contração e descontração asseguram a precisão no manuseio de equipamentos eletro-mecânicos.

⁷ Binois, R. & Lefetz, M. (1962). Deterioration psychologique dans l’intoxication étilique chronique. Paris:Masson & Cie

Ao correlacionar os gráficos obtidos por meio da avaliação cinética com gráficos obtidos por meio de testes que mediam aspectos da personalidade, Mira y Lopez percebeu haver uma relação entre eles:

“os sujeitos excitados realizavam movimentos mais extensos. Os sujeitos deprimidos realizavam movimentos descendentes no plano vertical enquanto que os exaltados, pelo contrário, realizavam movimentos ascendentes; os agressivos avançavam nos movimentos que realizavam na direção sagital” (Galland de Mira, 2004:22).

A partir de então, ele passou a utilizar esse método para explorar tendência da personalidade.

Nesse mesmo ano, 1939, Myra Y Lopez foi convidado pela *Society for Protection and Learning*, em Londres, Inglaterra, para exercer atividades como *Research Fellow*. Lá, ele

“solicitou verba para fazer um novo axistereômetro mas diante das dificuldades que precederam a eclosão da 2ª Guerra Mundial, viu-se forçado a substituir o aparelho por um teste de lápis e papel, para que pudesse avaliar a execução dos movimentos nas diferentes direções do espaço” (Galland de Mira, 2004:22).

O examinador deveria medir as configurações deixadas nas folhas do teste como resultado dos movimentos que o examinando era solicitado a executar no papel, com o auxílio do lápis, em diferentes vetores do espaço. Essa técnica passou a ser chamada de PMK (Psicodiagnóstico Miocinético).

Os princípios do PMK estão fundados na Teoria Motriz da Consciência (TMC) segundo a qual a estrutura corporal de um indivíduo em contato com o mundo reflete a sua personalidade. A partir dessa perspectiva *“toda idéia é acompanhada*

de um movimento e, acompanhando o movimento podemos inferir o tipo de idéia” e, inclusive, possíveis distúrbios de personalidade pois *“os transtornos emocionais não se refletem de modo isolado mas repercutem corporalmente, a nível muscular, produzindo bloqueios que afetam a livre circulação de energia”* (Galland de Mira, 2004:24/25). Ghiglione (1986), em estudo em que analisa o significado dos gestos, afirma que nas pessoas consideradas normais há equilíbrio entre as forças de aproximação e distanciamento em direção a outras pessoas enquanto em pessoas com distúrbios mentais esse equilíbrio é inexistente. O PMK mede, justamente, a distância entre uma linha padronizada e linhas desenhadas pelo candidato. Quanto maior é essa medida, menor é a possibilidade do examinando ser avaliado como ‘normal’.

Segundo Galland de Mira (2004), essas variações nos movimentos musculares estariam associadas às diferenças existentes entre os dois hemisférios cerebrais. Essas diferenças seriam expressas na forma por meio da qual a lateralidade se manifesta, no ser humano:

“a metade dominada (mão esquerda para os destros e mão direita para os canhotos), em consequência de potencial genotípico profundo e inconsciente, é menos desenvolvida que a metade dominante; esta se mostra mais evoluída apesar de encontrar-se mais diretamente submetida a flutuações tensionais da consciência individual, o que gera maior instabilidade” (Galland de Mira, 2004:27).

A partir dessa descoberta a metade dominada passou a ser vista como aquela que manifesta os traços ocultos da personalidade enquanto que a metade dominante foi considerada como aquela que levava em si a expressão consciente (ver figura seguinte).

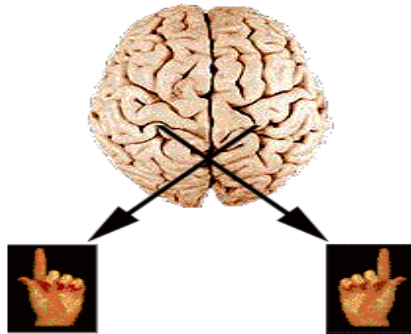


Fig. 2: Esquema demonstrativo dos hemisférios do cérebro responsáveis pela lateralidade

Um psicodiagnóstico, elaborado como resultado da aplicação do PMK, permite que sejam identificados traços como tendência à depressão, agressividade, impulsividade, reações a situações inesperadas, ou seja, características associadas à dimensão emocional da personalidade. Os fatores mensurados pelo PMK que correspondem a esses traços da personalidade são:

a) Tônus vital, na sua bipolaridade relação-depressão: corresponde ao nível de energia vital disponível circulando no sentido vertical, nos músculos dorsais elevadores ou descensores. Essa energia *“representa uma medida de potencial biológico capaz de ser liberada ante qualquer situação de emergência”* (Galland de Mira, 2004:49). A mensuração do tônus vital permite que se verifique a resistência do examinando à ação da gravidade nos músculos elevadores ou descensores da omoplata. Quando predominam *“os músculos elevadores, de acordo com sua intensidade, obtém-se um valor de relação; quando predominarem os músculos descensores, também de acordo com a intensidade, obtém-se um valor de depressão”* (Galland de Mira, 2004:51).

b) Agressividade, nas suas duas vertentes: hetero-agressividade e auto-agressividade. Esse fator é diagnosticado a partir da observação do movimento dos músculos extensores e flexores na direção sagital. A agressividade representa *“a força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio”*

peçoal, perante qualquer situação” (Galland de Mira, 2004:49). O predomínio do grupo muscular extensor (sentido sagital) indica tendência à hetero-agressividade enquanto que o predomínio do grupo muscular flexor (sentido horizontal) indica tendência à auto-agressividade.

c) Reação vivencial, nos sentidos vetoriais externo (extratensão) e interno (intratensão). Esse fator que corresponde ao nível de energia psíquica dirigida para fora, através dos músculos abdutores no sentido sagital, em atitude de exteriorização (extratensão); ou no fator que corresponde ao nível de energia psíquica dirigida para dentro, através dos músculos adutores no sentido horizontal de interiorização (intratensão). O resultado da mensuração desse fator permite que o examinando seja classificado como “normotenso, extratenso ou intratenso” (Galland de Mira, 2004:51).

d) Emotividade: corresponde à reação reflexa postural (reação de emergência) que se produz quando o organismo não tem pautas pré-estabelecidas para reagir a uma situação. Esse fator diz respeito a uma *“repercussão geral com vibração somatopsíquica que pode revelar falhas no sistema adaptativo de uma pessoa”* (Galland de Mira, 2004:50). Quando essa reação reflexa se dirige para fora (reacional) indica extratensão. Quando, pelo contrário, se dirige para dentro (endógena), revela intratensão.

e) Dimensão tensional (excitação-inibição): essa dimensão revela *“um processo fisiológico básico e complexo do sistema nervoso que se manifesta pelas vias neuroelétricas dos músculos abdutores (excitação) ou adutores (inibição), na direção horizontal como reação a algum tipo de estimulação”* (Galland de Mira, 2004:50). Esse fator aponta para tendências ao equilíbrio tensional, à excitabilidade ou à inibição.

f) Predomínio tensional deriva do próprio processo fisiológico. Os movimentos dos músculos abdutores ou adutores, na direção horizontal “*podem se manifestar de forma estável, irregular ou caracterizada por alterações tão significativas que prenunciam crises convulsivas*” (Galland de Mira, 2004:50). A mensuração desse fator aponta para diferentes índices de impulsividade ou rigidez.

A mensuração desses fatores é realizada em configurações desenhadas pelo examinando nas seis folhas que compõem o teste. Em cada uma dessas folhas há um modelo distinto de configuração que deve ser encoberta pelo examinando. As seis folhas, designadas de acordo com a configuração impressa, seguindo a ordem de aplicação, são as seguintes, para ambas as mãos:

Folha 1: lineogramas horizontais, sagitais e verticais;

Folha 2: ziguezagues,;

Folha 3: escadas e círculos ;

Folha 4: cadeias sagitais egocífugas e egocípetas e cadeias verticais ascendentes e descendentes;

Folha 5: paralelas e Us verticais: paralelas egocífugas e Us verticais;

Folha 6: paralelas e Us sagitais: paralelas egocípetas e Us sagitais.

Todas as medidas do PMK são calculadas em milímetros e convertidas em tetrons, cuja unidade corresponde à quarta parte do desvio-padrão. “*O tetron, como unidade concreta, indica a posição relativa de um dado valor em função da média. Os valores da curva normal são representados $\pm 3\delta$ mas na escala de tetronagem esses valores são de ordem $\pm 12 \delta$* ” (Galland de Mira, 2004:111). As conversões são realizadas com o auxílio de tabelas criadas pelo ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) da Fundação Getúlio Vargas a partir dos resultados da aplicação do PMK em 230 pessoas do sexo masculino, com idade entre 18,5 e 50 anos. Os direitos autorais do teste foram cedidos pelo ISOP à Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda em 1985. Esta incorporou ao manual de

aplicação do PMK tabelas resultantes de estudos com outras categorias: adultos do sexo feminino, adolescentes de ambos os sexos e adultos de diferentes categorias profissionais e regiões do país, entre outros.

5.2. Descrição do exame psicotécnico e do artigo acadêmico

Antes de proceder à descrição dos textos, esclareço que a sua escolha deveu-se ao fato de ambos serem derivados de atividades de psicólogos que atuam na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito, constituindo portanto um corpus adequado para o alcance de meu objetivo mais amplo de pesquisa: ampliar a compreensão a respeito da atividade de psicólogos nessa esfera.

5.2.1. o exame psicotécnico

Esse texto foi disponibilizado por clínica situada em cidade nos arredores da capital do Estado de São Paulo e é composto por 7 documentos que remetem uns aos outros por relações de complementaridade e cujas cópias anexo. Dentre estes, optei por analisar apenas quatro, a ficha de identificação, o relatório que contém a tabela, o relatório que contém os gráficos e o lineograma vertical esquerdo, na folha dos lineogramas. Essa opção deveu-se ao fato de que as tarefas que os psicólogos executam em cada uma das configurações são repetitivas. Partindo do princípio de que a minha finalidade é compreender a atividade do Psicólogo do Trânsito nas tarefas concretizadas em seu texto, a descrição/análise de uma configuração é suficiente para atingir essa meta. Assim sendo, descrevo abaixo os quatro documentos analisados e apenas cito os três restantes cuja cópia anexo.

(a) ficha de identificação do candidato à CNH (anexo 1) onde constam dados do examinando resultantes da entrevista que precede a aplicação do teste, quais sejam, CPF (Cadastro de Pessoa Física), RENACH (Registro Nacional de

Carteiras de Habilitação), categoria pretendida (profissional ou amador), nome do candidato, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, a cidade e Estado de origem, profissão, escolaridade, endereço completo, bairro em que reside, CEP, nº da carteira de identidade, nº. da carteira de habilitação (prontuário, cidade, Estado, data da emissão), local de trabalho e telefone. Logo abaixo, sob o título 'declaração', há um quadro composto por três linhas onde se encontra o seguinte texto manuscrito pelo examinando: '*é dever do motorista conhecer as leis de trânsito*'. Esta observação é seguida de espaço onde estão apostas sua assinatura e data. Em seguida, sob o título 'relatório da entrevista' há um quadro, composto por 14 linhas, onde se encontram registradas, pelo Psicólogo do Trânsito, em letra cursiva, as seguintes informações:

Fuma ± 2

Bebe socialmente

Nega medicamento, acidente, fratura

Dorme bem

Saúde boa

Na parte inferior da ficha, sob o título 'testes aplicados', encontram-se impressos cinco títulos de testes psicológicos cada um deles seguido por um espaço no qual deve ser registrada a pontuação obtida. O PMK não consta dessa relação. Mais abaixo, estão impressas as expressões 'apto' e 'inapto' sendo cada uma delas seguida de um espaço no qual o examinador deverá apor uma marca de acordo com o resultado da avaliação. Finalmente, há uma linha para o registro da 'data' e outra na qual está registrada a assinatura do psicólogo. No canto inferior esquerdo da folha encontra-se impressa a expressão Vetor Editora Psico-Pedagógica, nome da empresa responsável pela produção e distribuição do teste PMK;

(b) relatório de análise do teste PMK (anexo 2). Este documento consiste em tabela impressa onde, além do título, aparecem os seguintes dados:

- na coluna da esquerda, o nome do examinando; a expressão “dados quantitativos”, encabeçando a relação dos fatores mensuráveis do PMK: tônus vital (elação ou depressão), agressividade (hetero ou auto-agressividade), reação vivencial (extratensão ou intratensão), emotividade (presença ou ausência), dimensão tensional (excitação-inibição) e predomínio tensional (impulsividade-rigidez), a nomenclatura das mensurações correspondentes a cada fator, DPv; DPs e DSh;;DPH e DSs; DSv; CL; e, CL max – CL min;
 - na segunda coluna, estão registrados os títulos das configurações impressas em cada uma das folhas do PMK (lineogramas, escadas, Us, paralelas, zigzagues);
 - na terceira coluna, sob o título ‘ME’ (mão esquerda), estão registradas as medidas de comprimento, em milímetros, das configurações desenhadas pelo examinando com a mão esquerda;
 - na quarta coluna, sob o título tetrons, estão registrados os valores das conversões das medidas em milímetros para tetrons;
 - as duas últimas colunas correspondem, respectivamente, às medidas de comprimento, em milímetros, das configurações realizadas pelo examinando com a mão direita e aos valores destas últimas medidas convertidos em tetrons;
- (c) relatório de análise do teste PMK (anexo 3). Este documento contém:
- no canto superior esquerdo, o nome do examinando, abaixo do qual está registrado o grupo a que ele pertence (adulto/masculino);
 - no canto superior direito, o título ‘relatório de análise do teste PMK’ abaixo do qual estão registrados os títulos ‘idade’ e ‘data’;

- no centro superior da folha, na mesma direção do 'grupo', o título 'identidade', abaixo do qual se observa o título 'escolaridade';

- no corpo da folha aparecem seis gráficos: três formando uma coluna à esquerda e três formando uma coluna à direita. Cada um deles corresponde a um dos fatores emocionais mensurados. Abaixo de cada uma dessas colunas aparecem impressas as expressões mão esquerda e mão direita, respectivamente. No canto inferior esquerdo da folha observa-se novamente o título 'Vetor Editora Psico-Pedagógica'.

(d) folha do teste contendo lineogramas (anexo 4). Trata-se de folha de papel cartão na cor branca, medindo 31,5cm de comprimento e 26 cm de largura. Ali há quatro linhas verticais, medindo 4cm cada uma, distando 7cm das laterais. Duas dessas linhas distam 5,5cm da extremidade superior e as outras duas 6,5cm da extremidade inferior da folha; na parte central da folha encontram-se duas linhas horizontais distando 8cm uma da outra e 5 cm das extremidades laterais.

O ponto central de cada uma dessas linhas é atravessado por um traço de 0,5cm. A linha vertical, na parte superior esquerda da folha, é chamada de 'lineograma vertical mão esquerda'; a da parte superior direita, de 'lineograma vertical mão direita'; as duas linhas verticais na parte inferior da folha são chamadas, a da esquerda, 'lineograma sagital mão esquerda' e a da direita 'lineograma sagital mão direita'; finalmente, as duas linhas horizontais no centro da folha são chamadas, a da esquerda 'lineograma horizontal mão esquerda' e a da direita 'lineograma horizontal mão direita'. No canto inferior esquerdo da referida folha, encontra-se o logotipo da Vetor Editora, na extremidade inferior central um número de série e no canto inferior direito as informações "Direitos Reservados" e "Reprodução Proibida" impressas a primeira logo abaixo da segunda.

Para realizar esse lineograma o examinando deve primeiro “cobrir três vezes o lineograma completo com controle visual. Considera-se um movimento completo quando o examinando volta ao ponto de partida; portanto, no lineograma, o movimento é de ida-e-volta. Ao completar o terceiro movimento, o examinador deve colocar o anteparo⁸ e o examinando deverá realizar mais dez movimentos completos. Ao iniciar o décimo-primeiro, o examinando deve ser solicitado a parar” (Galland de Mira, 2004:37); em seguida, o examinador deve marcar as extremidades do 10^o movimento com o lápis vermelho.

O lineograma selecionado para análise encontra-se reproduzido na figura seguinte. Ao lado dele foram registradas pelo psicólogo as seguintes abreviações seguidas de números: CL, que corresponde ao comprimento linear da 10^a linha desenhada pelo examinando, seguida do número 38; DSv, que corresponde ao desvio secundário vertical, seguida do número 11 e, finalmente, DPv ou desvio primário vertical, seguida do número -9.



Fig. 3: Lineograma vertical mão esquerda, preenchido pelo examinando e as medidas registradas pelo psicólogo

Construí a representação esquemática apresentada em seguida para uma melhor visualização das mensurações realizadas pelo psicólogo no lineograma. O fator

⁸ Cartão que permite ao aplicador cobrir a folha para que o examinando continue a realizar o teste sem controle visual.

emocional mensurado por cada uma das medidas encontra-se identificado ao lado, ou abaixo, de cada uma delas.

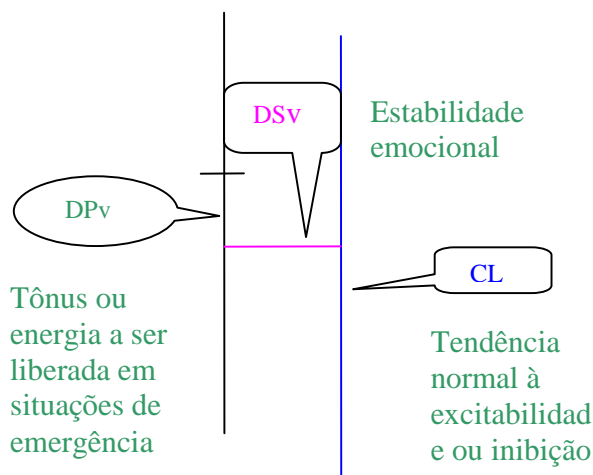


Fig. 4: representação esquemática da mensuração do lineograma vertical esquerdo

Segundo o manual de aplicação do PMK, o comprimento linear consiste na medida da 10ª linha desenhada pelo examinando no lineograma vertical esquerdo que, no teste analisado, mede 38mm (3 tetrons). Essa medida posiciona o sujeito na zona média, quanto à dimensão tensional. Isso significa que sua tendência à excitabilidade ou inibição, de acordo com a tabela de interpretação dos dados quantitativos, é normal. Se a medida resultasse em um valor entre 45 e 56mm, o indivíduo seria classificado como alguém com tendência à excitabilidade aumentada. Se, por outro lado, o valor obtido estivesse no intervalo entre 21 e 35mm, ele seria classificado como um indivíduo com tendência à excitabilidade diminuída. Por outro lado, valores acima de 56 mm e abaixo de 21mm, indicariam tendências patológicas naquilo que diz respeito ao grau de excitação. Como exemplo, reproduzi na figura seguinte, uma configuração desenhada por um candidato à carteira de motorista, testado na mesma clínica, cuja medida do comprimento linear da última linha indicou tendência patológica à inibição.

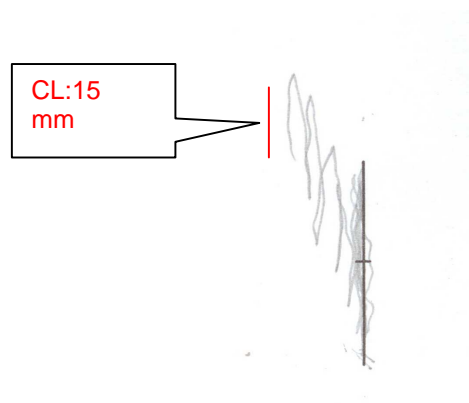


Fig. 5: lineograma vertical esquerdo indicando tendência patológica à inibição

Outra medida que não está registrada na folha dos lineogramas mas que foi incluída na tabela, foi a média do comprimento linear (MCL). Essa medida é obtida a partir da média aritmética entre os valores obtidos pela mensuração da (1) 10ª linha no 'lineograma vertical mão esquerda', (2) 10ª linha no 'lineograma horizontal mão esquerda' e (3) 10ª linha no 'lineograma sagital mão esquerda'. As medidas CL e MCL permitem classificar o examinando quanto ao fator dimensão tensional, ou seja, o tipo de músculos predominantes ao realizar o movimento: abdutores ou adutores, utilizados para elevar ou abaixar os braços, respectivamente. O predomínio dos músculos abdutores é identificado como tendência a aumentar o comprimento da linha, em relação à linha modelo de 40mm, e indica excitação enquanto que o predomínio dos músculos adutores é identificado como tendência a diminuir o comprimento da linha em relação ao mesmo modelo e indica inibição. A manutenção do mesmo comprimento de linha, em relação ao modelo, indica equilíbrio. A MCL obtida pelo examinando nas configurações realizada com a mão esquerda foi de 45 mm (tetron 3), valor que segundo o manual, o posiciona dentro da faixa da normalidade.

A medida do desvio secundário vertical (DSv), por sua vez, revela a emotividade, ou seja, a tendência à estabilidade ou instabilidade emocionais. Essa medida

corresponde ao comprimento, em milímetros, entre a 10ª linha desenhada pelo examinando e a linha modelo. Esse desvio corresponde a maior ou menor emotividade, tanto endógena (tensão dirigida para dentro) como reacional (tensão dirigida para fora). O sentido do desvio linear para a direita, em relação à linha modelo, no caso do lineograma vertical esquerdo, indica tendência à intratensão, ou emotividade endógena; o sentido para a esquerda, em relação à linha modelo, pelo contrário, indica tendência à extratensão, ou emotividade reacional. O examinando foi igualmente considerado normal no que diz respeito a essa medida: o seu desvio foi de 11mm pois, segundo informações constantes no manual do PMK, resultados no intervalo entre -20mm e 40mm posicionam o indivíduo na zona normal.

Em casos de obtenção de valores maiores que 40mm, a tendência à instabilidade emocional pode ser classificada como aumentada, forte ou intensa e a obtenção de valores menores que -20mm indica emotividade escassa como no lineograma reproduzido a seguir em que a medida correspondente ao desvio secundário vertical (-15 mm) classifica o candidato como disrítmico⁹, ou seja, há instabilidade emocional com flutuação visível na direção da mão endógena.

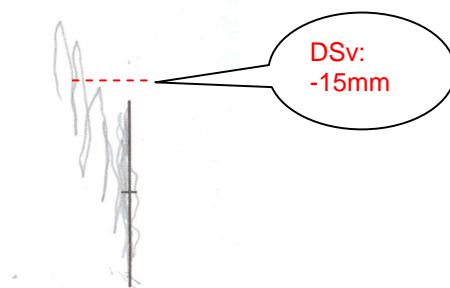


Fig. 6: lineograma que indica presença de disritmia

⁹ A disritmia consiste em alteração da frequência da pulsação neuroelétrica do sistema nervoso, por segundo (ROJAS BOCCALANDRO, Efraim (1998). Diagnóstico da disritmia no PMK. 2ª ed. São Paulo: Vetor)

Por fim, a medida do desvio primário vertical (DPv), que representa a quantidade de energia capaz de ser liberada em situações de emergência (tônus vital), cujo resultado foi igual a -9mm, o que classifica o examinando, mais uma vez, na categoria 'normal' pois encontra-se no intervalo entre 11mm (acima do centro da linha padrão) e -21mm (abaixo da linha padrão). Essa medida corresponde à distância vertical entre o centro da linha modelo e o centro da 10ª linha desenhada pelo examinando. Caso os centros das duas linhas não coincidam, uma linha reta horizontal deverá ser projetada da linha desenhada pelo examinando até a linha modelo. A distância entre o ponto que a linha projetada atingiu na linha modelo e o ponto central desta última, corresponderá ao Desvio Primário Vertical (DPv).

Segundo recomendações de Galland de Mira (2004), para o cálculo desse valor,

“marca-se o centro da última linha traçada pelo sujeito (a 10ª linha de volta, cujas extremidades devem ser assinaladas em vermelho) e projeta-se esse centro sobre a linha modelo ou seu prolongamento. A distância linear obtida, em milímetros, entre esses dois pontos na linha modelo, é o valor do Desvio Primário. Todo Desvio Primário tem um ou outro sentido e, de acordo com a direção, deve ser indicado pelos sinais positivo ou negativo. O DPv terá sinal positivo (+) quando o centro da linha marcada estiver acima do centro da linha modelo e terá sinal negativo (-) quando o centro da linha marcada estiver abaixo do centro da linha modelo” (Galland de Mira, 2004:50).

Esse índice mensura o tônus vital, ou seja, o potencial para liberar energia ante qualquer situação de emergência. Um valor com sinal positivo indicará predomínio dos músculos elevadores da omoplata e tendência à elevação; um valor com sinal negativo, pelo contrário, indicará predomínio dos músculos descensores da omoplata e tendência à depressão.

Examinandos cuja DPv resulta em valores acima de 11mm classificam-se em posição potencial para liberar uma quantidade maior de energia do que seria considerada normal em situações de emergência. O inverso acontece caso o examinando obtenha um valor menor que -21mm. Na configuração apresentada em seguida, a mesma reproduzida nas duas figuras anteriores, o potencial de energia a ser liberado pelo indivíduo em situações de emergência encontra-se 26 mm acima da linha padrão, o que significa que ele possui potencial de liberar uma quantidade maior de energia do que seria considerado normal, em situação de emergência.

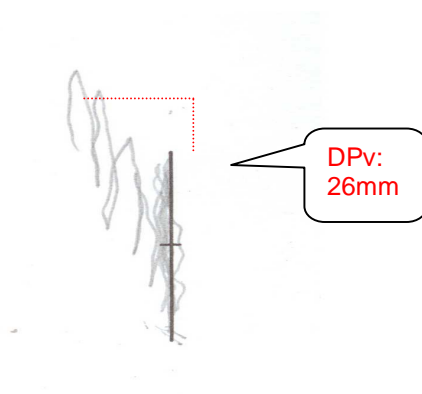


Fig. 7: Lineograma que indica tendência a liberar mais energia do que os padrões considerados normais, em situações de emergência

(e) folha do teste contendo ziguezagueus (anexo 5);

(f) folha do teste contendo paralelas egocífugas e Us verticais (anexo 6);

(g) folha do teste contendo paralelas egocípetas e Us sagitais (anexo 7).

Para a realização de testes com candidatos à CNH, o manual do PMK aponta para a possibilidade de utilização da versão reduzida. Esta é composta pelas folhas lineogramas, ziguezagues, escadas, círculos, cadeias sagitais, paralelas

egocífugas/Us verticais e paralelas egocípetas/Us sagitais. No entanto, observou-se que no teste que deu origem ao laudo objeto da presente análise as folhas correspondentes a escadas e círculos e cadeias sagitais não foram aplicadas, ou seja, a orientação do manual para aplicação dessa versão não foi seguida, ou seja, a redução sugerida foi ampliada pelo psicólogo.

5.2.2. o artigo acadêmico

O artigo acadêmico foi publicado no nº 109, v. XLVIII, correspondente ao período julho/dezembro do ano de 1998, da revista Boletim de Psicologia. Esta é produzida e divulgada pela Sociedade de Psicologia de São Paulo cujo logotipo, do qual faz parte o símbolo da Psicologia, aparece impresso no canto inferior direito da capa desse número da revista (ver figura seguinte).

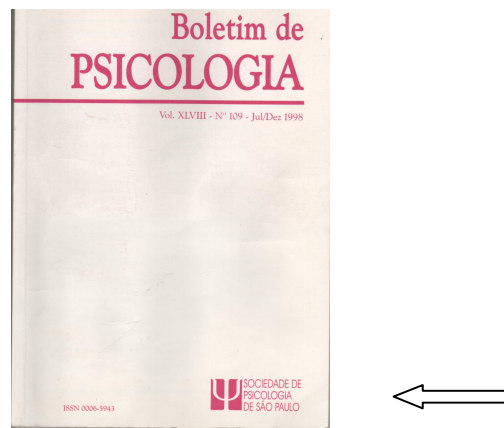


Fig. 8: Capa da revista Boletim de Psicologia (seta aponta para o logo da Sociedade de Psicologia de São Paulo)

Esse símbolo remete ao tridente que o deus Poseidon, ou Netuno em latin, porta em representações presentes em textos da mitologia grega. O tridente é interpretado por alguns estudiosos como a representação de um cetro e, por

outros como uma arma. O termo Poseidon, ou Netuno, significa 'senhor das águas subterrâneas' e é possível que esta seja uma das razões que permitiu associar as três pontas do tridente com as pulsões sexualidade, auto-conservação e espiritualidade, no âmbito da Psicologia. Outra razão, mais provável, é o fato de que ele representa, igualmente, a vigésima terceira letra do alfabeto grego 'psi' que quando composta com o sufixo 'que' ('psique') significa 'estudo da alma. Com o advento do 'behaviorismo', ou comportamentalismo, corrente de estudos que elegeu os comportamentos observáveis do homem como objeto de estudo da Psicologia, esse símbolo passou a ser interpretado como um tripé representando as três principais correntes constitutivas da Psicologia como ciência autônoma: a comportamentalista, a psicanalítica e a humanista¹⁰ (ver figura seguinte). A Sociedade de Psicologia de São Paulo, ao incorporar esse símbolo ao seu logotipo se apresenta como instituição que abriga estudiosos de Psicologia pertencentes às três correntes.



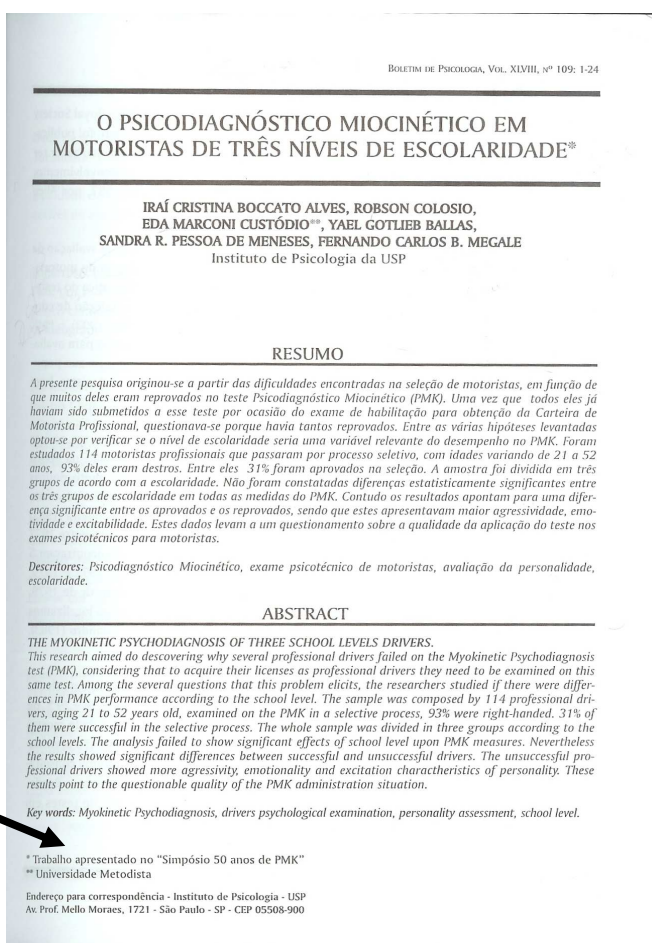
Fig.9: o símbolo da Psicologia

¹⁰ Fonte: foro.traducegratis.com/traduccionen-portugues/3415-simbolo-de-psicologia.html

A revista Boletim de Psicologia encontra-se indexada na Base de Dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Esta consiste em base de dados cooperativa da rede BVS (Biblioteca Virtual da Saúde) a qual compreende a literatura relativa às ciências da saúde publicada nos países da América Latina e Caribe, a partir de 1982. Ela atinge mais de 400.000 registros e contém artigos de cerca de 1200 revistas da área da saúde das quais aproximadamente 730 continuavam a ser indexadas no ano 2006. Essa revista recebeu classificação 'B', no Qualis, Essa classificação é feita pela CAPES nos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da avaliação da pós-graduação realizada por aquela agência.

A referida avaliação é feita por 44 comissões de consultores, cada qual focalizando um conjunto específico de áreas do conhecimento e se baseia nas informações fornecidas pelos programas, por meio da Coleta de Dados/Capes, sobre os trabalhos publicados por seus docentes e discentes. Anualmente, cada comissão analisa a lista de veículos (periódicos, revistas) citados pelos programas de sua área, referentes às publicações efetuadas no ano anterior, e adota os seguintes procedimentos: a) em relação àquelas anteriormente citadas e classificadas, verifica se a classificação está adequada e efetua os ajustes que considera necessários; b) em relação àqueles ainda não classificados, procede à sua classificação enquadrando-o em uma categoria indicativa de sua qualidade - "A" alta, "B" média, ou "C" baixa - e em outra referente ao âmbito de sua circulação - internacional, nacional ou local. Para que uma revista seja indexada no QUALIS é preciso ter publicado trabalhos de docentes ou discentes de Programas de Pós-Graduação avaliados pela CAPES e ser citada pelos programas de pós-graduação de instituições brasileiras, cadastrados nesta Agência, no Aplicativo anual Coleta de Dados.

O artigo 'O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade', aprovado pela comissão editorial da revista para constar do número 109, v. XLVIII, se estende da página um até a página vinte e quatro desse exemplar. Ele contém uma chamada para nota de rodapé (sob a forma de asterisco), indicando que o trabalho havia sido apresentado no "Simpósio 50 anos do PMK" (ver figura seguinte).



Trabalho apresentado no
'Simpósio 50 anos de PMK'

Fig. 10: 1ª página do artigo 'O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade'

No índice, o referido artigo encabeça uma relação de quatro outros sob o título 'artigos originais': 'Sofrimento psicológico de pacientes com câncer avançado', de

Maria Júlia Kovács, 'O subteste de semelhanças do WISC como instrumento de investigação da abstração humana', de Paulo Francisco de Castro, 'Estudo exploratório das propriedades psicométricas do teste Raven - escala avançada informatizado', de Ricardo Primi, Carmen E. Flores-Mendoza e Adail V. Castilho; 'Modelos de atendimento à criança psicótica', de Maria Cristina Kupfer. O editorial, que precede os artigos, é assinado pela secretária de publicações, Iraí Cristina Boccato Alves, e contém uma síntese de cada um desses trabalhos

O artigo está subdividido em: resumo, abstract, introdução, metodologia, procedimento, resultados/discussão e referências bibliográficas. Ele respeita as normas para publicação de trabalhos científico/acadêmicos, mais especificamente as normas que regulam a publicação de artigos em revistas indexadas, de acordo com Gehlen¹¹ que afirma que esse tipo de trabalho deve possuir: (1) um título que em poucas palavras revele o conteúdo do mesmo; (2) uma justificativa ou relato dos motivos que conduziram à escolha do tema, argumentando a respeito de sua relevância com experiências pessoais e idéias de outros autores; (3) objetivos a partir dos quais foi possível identificar as ações que foram desenvolvidas no trabalho de pesquisa. O propósito desses objetivos deve ser a resposta a uma questão desencadeadora, que atenda a uma demanda da realidade social; (4) levantamento de bibliografia, publicações de diferentes autores referentes à pesquisa realizada; (5) descrição dos procedimentos de pesquisa os quais devem revelar os resultados de atividades metódicas e sistemáticas para explicar aquilo que se propõe; e, por fim, (6) produzir um princípio explicativo que oriente e esclareça as relações entre fatos e os fenômenos relacionados ao objeto a ser estudado.

O formato da apresentação segue as normas divulgadas nas duas últimas páginas onde consta, sob o título 'notas para os autores' que a revista recebe para

¹¹ <http://www.enioghlen.com.br> (site do professor Enio Gehlen da Universidade de Caxias do Sul – campus Universitário da Região dos Vinhedos (UCS-CARVI))

avaliação e posterior publicação, caso sejam aprovados, artigos originais, trabalhos de pesquisa, resenhas bibliográficas, textos de resumos de conferências, correspondências de caráter científico e notícias de ordem geral que sejam de interesse para os associados. As características que esses trabalhos devem portar para que sejam aceitos estão relacionadas no mesmo item e encontram-se reproduzidas abaixo:

(a) escritos em língua portuguesa e, eventualmente, em inglês, alemão, francês, italiano ou espanhol, desde que consideradas de excepcional valor pela comissão editorial;

(b) gravados em disquetes 3 ½”, digitados com processador MS-Word, padrão IBM-PC ou Macintosh e acompanhados de impressão em três vias;

(c) escritos até o limite máximo de 40.000 toques, a não ser em casos excepcionais a critério da comissão editorial;

(d) acompanhados de folha de rosto contendo título do artigo, nome(s) do(s) autor(es), filiação ou vínculo institucional, endereço completo para correspondência, incluindo telefone, fax e e-mail;

(e) acompanhados de uma página contendo apenas o título do artigo, sem referência a autor(es) ou outros dados de identificação pessoal, para que seja assim enviado para os assessores responsáveis pelo parecer;

(f) isentos de nota de rodapé, com exceção de nota na primeira página para atribuição de créditos;

(g) introduzidos por resumos em português e inglês, contendo 120 palavras no máximo contendo uma síntese do trabalho (objetivos, método, resultados e conclusões) sob os títulos resumo e *abstract*, respectivamente. Logo após o resumo devem ser adicionadas as palavras-chave e após o abstract, as *key-words*;

(h) organizados na seguinte ordem, caso a apresentação refira-se a relato de pesquisa ou experimento: introdução, método (sujeitos, material e procedimento), análise e comentário dos resultados e discussão, a qual deve incluir conclusões. Tratando-se de outros tipos de trabalho (revisão de literatura, artigos teóricos,

comentários científicos) o autor tem a liberdade de organizar o conteúdo da maneira que lhe parecer mais adequada;

(i) para dissertações de mestrado e teses de doutorado, possuir registro bibliográfico onde conste sobrenome dos autores referidos nos textos, seguidos da(s) iniciais do(s) prenome(s), ano da publicação entre parênteses, título em itálico, indicação 'dissertação de mestrado' ou 'tese de doutorado', universidade onde foi apresentada e cidade; para livros marcar sobrenome(s) do(s) autor(es), iniciais do(s) prenome(s), ano de publicação entre parênteses, título, número da edição, caso não seja a primeira, local de publicação e editora; para artigos, registrar primeiro o sobrenome do(s) autor(es), iniciais do(s) prenome(s), ano de publicação entre parênteses, título, nome do periódico por extenso, em itálico, volume, número, páginas inicial e final separadas por hífen;

(j) ilustrações ou tabelas inseridas com legenda posicionada acima do texto, linhas horizontais para marcar a linha de cabeçalho e a base, sem utilização de linhas verticais entre as colunas. As tabelas devem constituir um complemento e não uma duplicata do texto.

Há duas exceções no artigo analisado naquilo que diz respeito às normas de divulgação: o número máximo de palavras do resumo/abstract é ultrapassado e o número de páginas contendo tabelas que corresponde a mais da metade do espaço total do artigo: de vinte e quatro páginas: catorze delas contém tabelas. No entanto, dessas catorze páginas, apenas cinco foram incorporadas ao artigo. As nove páginas restantes foram incluídas como anexos. Na figura que segue reproduzo as tabelas que resultaram das mensurações dos 'lineogramas mão esquerda' desenhados pelos sujeitos da pesquisa, divulgadas nas páginas 6 e 7 do artigo.

BELA 2 - Médias e desvios-padrão em função da escolaridade

TÔNUS VITAL					
Mão Esquerda					
		Total	Até 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau
Lineograma	\bar{X}	-5,70	-8,45	-4,56	-5,91
	DP	13,59	13,71	14,50	11,84
U.	\bar{X}	-7,12	-6,45	-7,37	-7,12
	DP	28,85	21,76	30,62	30,47
Mão Direita					
		Total	Até 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau
Lineograma	\bar{X}	-6,78	-8,95	-5,10	-8,33
	DP	16,01	19,71	14,79	15,58
J.	\bar{X}	-5,56	-5,68	-5,10	-6,30
	DP	31,22	32,54	29,31	34,48

BELA 3 - Médias e desvios-padrão em função da escolaridade

AGRESSIVIDADE					
Mão Esquerda					
		Total	Até 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau
Lineograma	\bar{X}	21,70	17,23	23,10	22,18
	DP	15,38	13,07	16,69	14,16
Zig-Zag	\bar{X}	-8,20	-8,45	-5,69	-12,51
	DP	29,12	35,43	28,04	26,73
Paralelas	\bar{X}	2,58	-0,50	-2,61	13,91
	DP	36,32	39,21	35,98	33,37
U.	\bar{X}	30,22	30,64	28,90	32,30
	DP	25,15	29,41	22,85	26,67
S.H.	\bar{X}	6,09	4,04	6,39	6,91
	DP	9,61	11,47	8,50	10,25

Mão Direita				
		Total	Até 4ª série	5ª a 8ª série
Lineograma	\bar{X}	24,81	22,64	24,83
	DP	13,21	11,76	14,25
Zig-Zag	\bar{X}	-7,09	-8,86	-5,34
	DP	31,19	38,21	29,59
Paralelas	\bar{X}	19,14	19,86	19,47
	DP	36,06	39,43	36,68
U.U.	\bar{X}	33,90	26,36	33,88
	DP	23,28	22,81	21,12
D.S.H.	\bar{X}	8,61	7,86	8,90
	DP	9,26	8,05	9,94

TABELA 4 - Médias e desvios-padrão em função da escolaridade

REAÇÃO VIVENCIAL				
Mão Esquerda				
		Total	Até 4ª série	5ª a 8ª série
Lineograma	\bar{X}	-0,06	3,82	0,86
	DP	15,57	17,40	14,91
D.S.S.				
Lineograma	\bar{X}	-5,71	-10,86	-3,85
	DP	14,25	15,89	12,84
Zig-Zag ▲	\bar{X}	8,05	5,91	8,88
	DP	17,87	19,00	18,15
Zig-Zag ▼	\bar{X}	-10,17	-11,54	-8,49
	DP	17,77	16,40	16,78
Paralelas ▲	\bar{X}	-3,09	0,54	-5,32
	DP	34,34	41,52	34,37
Paralelas ▼	\bar{X}	-3,58	-2,95	-2,47
	DP	29,59	30,29	30,14
U.U.	\bar{X}	-13,26	-8,45	-16,42
	DP	25,75	30,14	25,79

Fig. 11: Tabelas referentes a mensurações dos 'lineogramas mão esquerda' desenhados pelos sujeitos da pesquisa da qual derivou o artigo acadêmico

5.3. Metodologia para a análise do corpus

Como a abordagem teórico-metodológica selecionada para estudar os textos descritos no item precedente foi a análise dialógica do discurso, os procedimentos cujos resultados explicito no capítulo seguinte, seguem a proposta de Voloshinov/Bakhtin (1929/2004). Isso significa que, primeiro, descrevo ali as condições concretas em que os textos foram criados, ou seja, (a) os profissionais responsáveis pela sua criação e os seus interlocutores; (b) a finalidade imediata das atividades desses profissionais; e (c) os espaços onde essas atividades tiveram lugar.

Em segundo lugar, mostro como esses textos se relacionam com o contexto social mais amplo, ou com a corrente sócio-político-econômica implicada no funcionamento das instituições que abrigaram a atividade da qual derivaram: demanda social que conduziu à necessidade de se criar um mecanismo de avaliação psicológico para candidatos a carteiras de motorista; a colaboração da ciência naquilo que diz respeito às habilidades humanas necessárias para a condução de veículos automotores; as políticas governamentais criadas para garantir que as carteiras de habilitação sejam atribuídas somente a pessoas cuja personalidade incorpore essas habilidades; as implicações econômicas relacionadas à produção e comercialização de veículos automotores.

Em terceiro, busco os sentidos criados nos textos nos pontos em que as categorias linguísticas de pessoa, de tempo e de espaço se articulam com as condições concretas de realização e com o contexto social mais amplo. Para desvelar sentidos na concretude desses textos, procurei compreender como os enunciadores organizaram as categorias de tempo e espaço em torno da pessoa em partes específicas dos textos de forma a contribuir com o sentido mais global que os caracterizou.

Assim, ao longo da análise, ao identificar os índices espaciais 'Paris' e 'Londres', na parte introdutória do artigo acadêmico, como referências a espaços em que o teste PMK foi apresentado pelo seu criador, busco na situação concreta de enunciação quem são os falantes, o lugar que abriga sua atividade e os elementos na história dessa atividade que possam justificar essa escolha. O resultado dessa busca me conduziu à descoberta do prestígio atribuído ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no mundo acadêmico, à época em que contrataram docentes europeus e norte-americanos para contribuir com o início da sua produção acadêmica (capítulo 2, item 2.4).

Da mesma maneira ao avaliar o significado atribuído ao índice de não-pessoa 'PMK' no mesmo texto verifiquei que representava um instrumento de medida considerado eficaz para avaliar o equilíbrio emocional de candidatos a cargo de motorista. Busquei, então, a conexão que se estabelecia entre ele e a Sociedade de Psicologia de São Paulo à qual a revista em que o artigo foi publicado pertence. A busca revelou que essa sociedade recebeu Emilio Mira Y Lopez, criador do referido teste e também criador e diretor do ISOP, instituto responsável pela aplicação de testes psicológicos em candidatos a cargo de motorista no Rio de Janeiro, como convidado para proferir palestra a respeito do diagnóstico psicológico na sessão solene relativa à posse da primeira diretoria (ver capítulo 6, item 6.2.3). Ressalto que a relação entre os fundadores da Sociedade de Psicologia de São Paulo e o criador do teste PMK é aqui referida por consistir em um ponto na teia dialógica que constitui o texto e que, eventualmente, pode afetar a forma como os psicólogos-pesquisadores que compõem essa sociedade avaliam esse instrumento. No entanto, conforme já apontado aqui, o foco desta pesquisa consiste na atividade dos profissionais que utilizam o teste como instrumento e não o teste PMK.

Ainda, de acordo com a mesma estratégia, ao identificar a presença de índices numéricos, em ambos os textos, representando medidas e desvios, procurei identificar o seu significado na situação concreta de enunciação, mais especificamente nas normas que regulam a aplicação do teste PMK, o instrumento de medida ao qual os referidos índices encontram-se relacionados. Ao constatar que representavam a amplitude de movimentos dos braços, busquei o sentido atribuído a essas representações nos princípios em que esse teste se fundamenta para descobrir que revelam fatores emocionais da personalidade: hetero-agressividade/auto-agressividade, extratensão-intratensão, emotividade, excitação/inibição, impulsividade/rigidez (ver neste capítulo item 5.1.1.3), fatores cuja avaliação se torna relevante em candidatos à carteira de motorista.

É importante ressaltar que apesar dos pontos em que conecto um índice semântico-gramatical às condições concretas de realização e às tendências ideológicas constituírem sentidos possíveis, essas conexões resultam de minha tentativa em atribuir coerência ao conjunto de informações que disponho de forma que é o meu ponto de vista que determina e valida a análise (ver introdução).

CAPITULO 6

ANÁLISE DIALÓGICA DO EXAME PSICOTÉCNICO E DO ARTIGO ACADÊMICO

Este capítulo está estruturado em quatro partes: na primeira, descrevo as condições concretas de realização de cada um dos textos; na segunda, discorro a respeito das correntes da consciência oficial que regulam atividades na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito e na esfera acadêmico-científica às quais os textos encontram-se vinculados; na terceira, apresento os resultados da análise dos sentidos incorporados pelas categorias de pessoa, de tempo e de espaço em cada um dos textos na medida em que constituem relações dialógicas com as condições concretas de realização e com as correntes da consciência oficial às quais os textos encontram-se vinculados.

6.1. condições concretas de realização

6.1.1. o exame psicotécnico

Os documentos que compõem o exame psicotécnico, obrigatório para candidatos à carteira de habilitação, foram criados por um Psicólogo do Trânsito credenciado pelo órgão executivo do trânsito do Estado de São Paulo, o DETRAN. A condição para o credenciamento, regulamentada pela Resolução nº. 51, de 21 de maio de 1998 do Código de Trânsito Brasileiro, é que o psicólogo tenha concluído curso de capacitação para 'Psicólogo Perito Examinador' (nomeado Psicólogo do Trânsito no catálogo brasileiro de ocupações) ministrado por universidades públicas ou privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação e do Desporto, com carga horária de 120 horas, sendo 80 horas de atividades teóricas e 40 horas de atividades práticas, de acordo com as normas do setor de psicologia do trânsito do Estado de São Paulo com a supervisão e parceria do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, ao qual o psicólogo deve estar vinculado por meio de registro, e dos órgãos representativos da classe.

A clínica psicológica onde o exame psicotécnico foi realizado está situada em um município próximo à cidade de São Paulo. Sua estrutura física atende às normas estabelecidas na mesma resolução citada no parágrafo anterior quais sejam: possui sala de recepção e espera, sala para avaliações psicológicas coletivas, sala para avaliação psicológica individual e/ou entrevista e demais instalações exigidas pela Vigilância Sanitária, além dos materiais necessários para a realização de testes psicológicos, incluindo mesas para a aplicação do teste PMK. Nessa clínica são aplicados, em média, 20 exames psicotécnicos por dia. Ela funciona de segunda a sexta-feira das 8 às 17 horas e no sábado, dia da semana em que a clínica funciona até as 14 horas, são aplicados em torno de 40 exames. O exame psicotécnico aqui analisado resultou da aplicação do teste PMK em um candidato à carteira de habilitação no dia 15/12/2003.

6.1.2. o artigo acadêmico

Esse texto, foi assinado por psicólogos pesquisadores da Sociedade de Psicologia de Paulo, instituição responsável pela produção e divulgação da revista Boletim de Psicologia, onde o artigo foi publicado. Alguns desses pesquisadores, Irai Cristina Boccato Alves, Eda Marconi Custódio e Yael Gotlieb Ballas, possuem trabalhos publicados no campo da Psicologia Escolar e do Desenvolvimento; outro pesquisador, Robson Colósio, possui trabalhos no campo da Psicologia Social; os outros dois, Sandra R. Pessoa de Meneses e Fernando Carlos B. Megale, não possuíam outros trabalhos publicados até a data de publicação do artigo: dezembro de 1998..

À época da publicação do artigo, Irai Cristina Boccato Alves e Eda Marconi Custódio ocupavam cargos na Sociedade de Psicologia de São Paulo e no Boletim de Psicologia: a primeira, além de exercer o cargo de secretária de publicações da referida sociedade, era presidente da comissão editorial e assessora da revista; a segunda, além de exercer o cargo de segunda tesoureira

da referida sociedade, compunha a comissão editorial e assessorava a revista Boletim de Psicologia.

A produção/divulgação de pesquisas consiste em uma das atribuições de psicólogos segundo o documento 'Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho', enviado em 17/10/1992: "*o psicólogo realiza divulgação e troca de experiências nos eventos da profissão e comunidade científica e, à população em geral difunde as possibilidades de utilização de seus recursos*". Os psicólogos que produziram esse artigo e, portanto, atuaram no âmbito de suas atribuições, o fizeram como complemento a uma comunicação apresentada no 'Simpósio 50 anos do teste PMK'. A comunicação divulgou uma pesquisa, realizada por eles, com a finalidade de verificar se o grau de escolaridade afetava o desempenho das pessoas que se submetiam a esse teste.

Ao aprofundar seus conhecimentos a respeito de uma técnica psicológica de avaliação eles agiram, igualmente, no âmbito de uma atribuição do psicólogo: participar da "*elaboração, adaptação e construção de instrumento e técnicas psicológica através da pesquisa nas instituições acadêmicas, associações profissionais e outras entidades cientificamente reconhecidas*" ('Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho', enviado em 17/10/1992).

A Sociedade de Psicologia de São Paulo, que abrigou a pesquisa, é uma entidade científica reconhecida e é provavelmente esse atributo que conduziu o setor de seleção da reitoria da Universidade de São Paulo a disponibilizar a participação de 114 motoristas profissionais, com idades entre 21 e 52 anos, que se candidataram a uma vaga de motorista no setor, como sujeitos da pesquisa realizada por eles.

6.2. correntes da consciência oficial na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito e na esfera acadêmico-científica

6.2.1. os acidentes de trânsito e suas causas: fundamentos filosófico/científicos

A demanda social para a avaliação psicológica tanto de pessoas que pretendem obter licença para conduzir veículos automotores quanto de pessoas que se candidatam à posição de motorista em empresas públicas ou privadas surgiu, provavelmente, em resposta ao número de acidentes com vítimas no Brasil. Segundo pesquisa realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no ano de 2003, a taxa de mortes por 10 mil veículos evidenciava “*um quadro preocupante, sobretudo em comparação com os países desenvolvidos: Japão 1,32; Alemanha 1,46; E. Unidos 1,93; França 2,35; Turquia 5,36; Brasil 6,80*”¹² O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, ao certificar-se de que 90% dos acidentes de trânsito com vítimas fatais são provocados por imprudência, atribui ao Psicólogo do Trânsito a responsabilidade de ser guiado por conduta ética muito rígida não só naquilo que diz respeito aos padrões técnicos dos testes escolhidos para esse fim, como também na construção de avaliações qualitativas detalhadas¹³.

É provável que a imprudência ao conduzir veículos automotores se deva ao fato de que estes consistem em objetos que despertam no homem a sensação de controle sobre os outros homens ao mesmo tempo em que funciona como arma e armadura na competição por espaços no mundo. Segundo Baudrillard, o homem “*projeta nos objetos automatizados, a autonomia de sua consciência, seu poder de controle, a idéia de sua pessoa*” (1968/2000:120) e tende a alienar nesses objetos “*os laços afetivos da permanência no grupo*” (idem, 1968/2000:22). Ao discutir a forma por meio da qual o homem estabelece relações com outros homens no

¹² Fonte: Ipea, Brasília/2003 (Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas)

¹³ Jornal de Psicologia (nº 149 – out/dez 2006), publicado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª região

interior dos espaços que partilham, Ghiglione considera que por ser um ser territorial, o homem

“se apropria de espaços, estabelece vínculos com lugares e exclui outras pessoas desses espaços, seja pela simples presença, seja por diferentes meios de comunicação ou, se isso não for suficiente, pelo confronto direto” (Ghiglione, 1986:115).

Além disso, existem limitações psico-físicas no que se refere à capacidade humana de manusear equipamentos sejam eles mecânicos, elétricos, eletrônicos ou outros quaisquer pois as máquinas *“pressupõe o homem como organizador e intérprete”* (Baudrillard, 1968/2000:119) e a capacidade de organizar e interpretar nem sempre está presente porque *“a racionalidade dos objetos luta com a irracionalidade das necessidades humanas”* (Baudrillard, 1968/2000:13-4).

6.2.2. o controle e a prevenção de acidentes de trânsito: políticas implementadas

A participação de psicólogos em exames de aptidão mental, ou psicotécnicos, foi vetada pela Lei nº 9602 de 21 de janeiro de 1998, regulamentada pela Resolução nº 52, de 21 de maio de 1998. A responsabilidade por esses exames foi atribuída aos médicos. No entanto, esse veto foi retirado e a resolução foi primeiro alterada, e posteriormente revista pela resolução nº 80 de 19 de novembro de 1998, naquilo que diz respeito aos anexos I e II, que informam a respeito da apresentação dos exames de aptidão física e mental realizados por médicos credenciados pelo Detran e os exames de avaliação psicológica realizados por psicólogos credenciados pelo Detran. É provável que essa providência tenha sido tomada em função de ações como a movida pela Sociedade Brasileira de Psicólogos em Prol da Segurança de Trânsito, com sede em Ribeirão Preto. Essa sociedade, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3351), entrou com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal contra a resolução do Conselho Nacional de

Trânsito por autorizar médicos a realizarem exames psicológicos para obtenção ou renovação de carteiras de habilitação. Alegaram que os médicos são desqualificados profissionalmente, para realizar o exame de aptidão psicológica e que, ao autorizá-los a realizar o procedimento, o Contran afrontaria o artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal.

Assim, a obrigatoriedade do exame psicotécnico para candidatos à obtenção de carteira de habilitação, estabelecida no Código de Trânsito Brasileiro, consistiu em resultado de providências tomadas por um órgão político/administrativo, o Conselho Nacional do Trânsito (CONTRAN) e pelos órgãos de classe criados por profissionais psicólogos. Além do exame psicotécnico realizado por psicólogos credenciados pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), os candidatos à carteira de habilitação devem submeter-se a exame de aptidão física com médicos credenciados pelo mesmo órgão, que tem lugar após a aprovação do candidato no exame psicotécnico, na mesma clínica onde este se realiza. O exame de aptidão física deve ser renovado a cada cinco anos (ou três, para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade), na cidade de residência ou domicílio do motorista. Não há obrigatoriedade do exame psicotécnico em situação de renovação desse documento.

Naquilo que diz respeito ao exame psicotécnico, a Resolução 80/98 determina ainda que: (a) utilização de técnicas padronizadas para avaliar o equilíbrio psíquico de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação; há sugestão implícita para que o psicólogo recorra ao teste PMK no registro da relação dos traços da personalidade a serem avaliados por essas técnicas: *estabilidade emocional, hetero e auto-agressão, depressão e elação, traços da personalidade indicativos de quadros reconhecidamente patológicos, ajustamento pessoal-social e outros problemas correlatos que possam detectar contra-indicações para a segurança do trânsito*; (b) realização de entrevista psicológica para investigar a história de vida familiar, escolar, profissional de saúde e outros fatos julgados relevantes pelo

'Psicólogo Perito Examinador', ou Psicólogo do Trânsito; (c) os valores a serem considerados para atestar o candidato à CNH como apto na categoria de habilitação¹⁴ pretendida remetem igualmente às tabelas divulgadas no manual do teste PMK: para categorias A e B até tetron +/- 8 e, para as categorias C, D e E até tetron +/- 6.

A resolução 80/98 determina também que o psicólogo preencha o seu parecer em planilha própria distribuída pelo RENACH (Registro Nacional de Carteiras de Habilitação), órgão associado ao DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) e que, em seguida envie essa planilha, via Internet, por meio de um sistema de gerenciamento eletrônico, onde deve constar o parecer psicológico que avalia o candidato à renovação de carteira, como:

- (a) apto, quando apresentar desempenho condizente na avaliação psicológica;
- (b) apto temporariamente, quando apresentar distúrbios que estejam, à época da avaliação, sob controle, fazendo constar o prazo para revalidação da CNH;
- (c) inapto temporariamente, quando apresentar deficiência nos aspectos psicológicos avaliados que sejam passíveis de recuperação ou correção; ou,
- (d) inapto, quando apresentar deficiência intelectual, praxica ou desequilíbrio psicológico que esteja fora dos padrões de normalidade e de natureza não recuperável.

A mesma resolução determina, ainda, que os resultados do exame psicotécnico sejam arquivados na clínica em formulário do qual deve constar súmula, parecer final, data, a assinatura e carimbo do psicólogo.

¹⁴ Tipos de categorias: A, para condutor de veículos motorizado de 2 ou 3 rodas, com ou sem carro lateral; B, para condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a 3.500kg e cuja lotação não exceda a 8 lugares, excluído o do motorista; C, para condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a 3.500 kg; D, para condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a 8 lugares, excluído o do motorista; E, condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B,C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, sem-reboque ou articulada, tenha 6.000kg ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria *trailer*.

Para que o Psicólogo do Trânsito possa enviar o parecer via Internet, o DETRAN disponibiliza um sistema que denominou de gerenciamento eletrônico de formação de condutores (GEFOR). Este integra todos os procedimentos e informações naquilo que diz respeito à formação, habilitação e desempenho de candidatos à carteira de habilitação. O DETRAN, as CIRETRANS (Circunscrições Regionais de Trânsito), os peritos médicos e psicólogos credenciados, os centros de formação de condutores (CFCs) e a prestadora de serviços em informática consistem em partes integrantes do GEFOR. A prestadora de serviços em informática consiste em uma empresa credenciada pelo DETRAN que cria condições para que dados seja trocados de forma homogênea e segura entre os elementos que compõem o GEFOR e o DETRAN por intermédio do PRODESP (Processamento de Dados do Estado de São Paulo).

A pesquisa de dados no GEFOR, é efetuada por meio do número do CPF do candidato através de senha confidencial conferida aos médicos, psicólogos e diretores gerais dos CFCs aos quais cabe a responsabilidade civil, criminal e administrativa das informações inseridas no sistema. Na clínica que forneceu os documentos para o presente estudo, o candidato à carteira de habilitação submete-se ao exame psicotécnico com o psicólogo que, em seguida, o inscreve no GEFOR e ali registra o resultado do exame tornando a informação disponível no sistema e evitando que outro diagnóstico possa ser dado para o mesmo candidato.

Após esse procedimento o candidato é encaminhado ao médico que, igualmente, registra o resultado do exame de aptidão física e mental no GEFOR; finalmente psicólogo e médico expedem o laudo na mesma planilha RENACH que é impressa e entregue ao candidato que, então, procura um CFC que deverá dar prosseguimento ao seu processo de habilitação (encaminhamento do processo físico para conferência e cadastramento na repartição de trânsito e agendamento do programa de aulas o qual deverá ser comunicado previamente ao DETRAN,

por meio do GEFOR). O psicólogo possui um contrato com a prestadora de serviços que o obriga a pagar um valor específico por cada candidato à carteira de habilitação que é incluído no GEFOR. O valor a ser pago pelo psicólogo é informado pela prestadora de serviços mediante relatório mensal via Internet, contendo o número de transações efetuadas.

6.2.3. A obrigatoriedade do exame psicotécnico e a demanda para a produção e comercialização do teste PMK

O suprimento de testes psicológicos para avaliação da aptidão mental de candidatos à obtenção da carteira de habilitação é realizado pela Vetor Editora Psicopedagógica Ltda, empresa que no ano de 2006 completou 40 anos de existência. Nesse ano seu catálogo contava com 150 publicações, incluindo livros nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Pedagogia e Psiquiatria. A Vetor foi inicialmente criada com a finalidade de suprir o mercado brasileiro de testes para avaliação psicológica. Como à época de sua fundação os testes eram todos importados, ela passou a priorizar a publicação de trabalhos de pesquisadores brasileiros. Além da edição de testes psicológicos e livros, a editora Vetor: (a) oferece cursos a respeito de técnicas de avaliação psicológica; (b) serviços de avaliação psicológica para seleção de pessoal em empresas; e (c) promove ações de incentivo e apoio a psicólogos, participando de eventos no setor como patrocinadora¹⁵

Este foi o caso do evento 'Simpósio 50 anos do PMK' em que os psicólogos que subscrevem o artigo aqui analisado apresentaram o trabalho de pesquisa do qual esse artigo derivou. Este foi publicado na revista Boletim de Psicologia (ISSN0006-5943) a qual consiste em publicação que tem sido divulgada ininterruptamente desde o ano de 1949, data em que foi criada pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, fundada em 1945 por um grupo de psicólogos, com o

¹⁵ <http://www.vetor Editora.com.br>

objetivo expresso de concorrer para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão por meio da promoção de intercâmbio entre profissionais e estudantes ligados à Psicologia e áreas afins. Essa sociedade contribuiu com a regulamentação da profissão e com a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Cabe aqui ressaltar que o psicólogo Emílio Mira y Lopez, criador do PMK, pronunciou conferência sob o título 'Modernas orientações no diagnóstico psicológico', na sessão solene relativa à posse da diretoria que regeu os destinos dessa sociedade no período 1951-1952.

Convém informar que houve uma tentativa de se eliminar a obrigatoriedade do exame psicotécnico realizado por psicólogos e atribuir exclusivamente a médicos o papel de realizar exames de aptidão mental na Resolução Contran 80/98. Essa tentativa deveu-se, provavelmente, a um confronto entre os órgãos que regulamentam o trabalho desses dois profissionais junto ao Detran. No entanto, a Portaria Detran 541/99 restaurou a obrigatoriedade da realização de exames psicotécnicos com psicólogos para a obtenção de carteira de habilitação.

6.2.4. O funcionamento da indústria automobilística e o tráfego de veículos

Apesar dos exames psicotécnicos responderem a uma demanda social cujo propósito é diminuir os acidentes de tráfego, observa-se que as empresas que produzem veículos automotores atendem uma demanda crescente naquilo que se refere ao consumo de veículos. Uma queda na produção de veículos, especialmente em São Paulo, teria conseqüências negativas na estrutura social, política e econômica do país pois esse setor do mercado industrial responde a aproximadamente 12% do PIB (ver tabela e gráfico na figura seguinte).

1.6 Faturamento - 1966/2006
Revenue - 1966/2006

Milhões de US\$ / US\$ million

ANO YEAR	FATURAMENTO LÍQUIDO / NET REVENUE			PARTICIPAÇÃO % NO PIB INDUSTRIAL* SHARE IN INDUSTRIAL GDP%*
	AUTOVEÍCULOS VEHICLES	MÁQ. AGRÍC. AUTOMOTRIZES AGRICULTURAL MACHINERY	TOTAL TOTAL	
1966	5.769	323	6.092	10,6
1967	5.863	245	6.108	10,3
1968	7.198	363	7.581	11,3
1969	8.515	427	8.942	11,9
1970	9.407	480	9.887	11,9
1971	10.994	748	11.742	12,7
1972	12.845	1.177	14.021	13,2
1973	15.002	2.420	17.422	14,1
1974	17.287	3.084	20.371	15,1
1975	19.384	4.286	23.670	16,8
1976	19.233	4.005	23.238	14,7
1977	19.167	3.517	22.684	14,0
1978	21.062	2.589	23.651	13,7
1979	19.400	3.251	22.651	12,3
1980	18.313	3.491	21.804	10,8
1981	14.031	3.200	17.232	9,4
1982	16.089	3.076	19.165	10,4
1983	15.228	2.599	17.827	10,3
1984	14.991	3.595	18.585	10,1
1985	19.043	4.229	23.273	11,7
1986	18.256	3.963	22.218	10,0
1987	19.622	5.080	24.702	11,0
1988	22.154	4.605	26.759	12,2
1989	20.541	4.553	25.094	11,1
1990	15.318	2.778	18.096	8,8
1991	15.745	2.507	18.252	8,8
1992	19.553	2.729	22.282	11,2
1993	22.650	2.667	25.317	11,9
1994	27.102	3.732	30.835	13,6
1995	27.259	1.898	29.157	12,6
1996	29.446	1.738	31.184	13,4
1997	32.286	2.149	34.435	14,2
1998	30.964	2.814	33.778	14,3
1999	25.727	2.461	28.188	12,1
2000	28.015	2.601	30.616	12,6
2001	28.482	2.990	31.472	13,0
2002	26.979	3.687	30.665	12,4
2003	26.131	3.976	30.107	12,0
2004	32.329	5.598	37.927	14,0
2005	34.891	4.005	38.896	14,1
2006*	37.361	3.786	41.147	14,5

(*) Estimativa. / Estimate.

Fontes / Sources: Faturamento/Revenue - Anfavea, Balanço Anual da Gazeta Mercantil / Anfavea, Gazeta Mercantil Annual Report; Produto Interno Bruto (PIB) Industrial/Industrial GDP (BGE).
1) Faturamento sem impostos. 2) Preços reais de 2006 (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI média) convertidos em dólar pela taxa média de 2006 (Bacen). 3) O ano-base do PIB industrial é 2006; para os demais anos, consideram-se as taxas reais de variação anual (nova metodologia 1996-2006) convertidas em dólar pela taxa média de 2006 (Bacen).
1) Tax free revenue. 2) Real prices in 2006 (General Price Index-Domestic Supply average) converted into dollars using the average exchange rate for 2006 (Central Bank of Brazil). 3) The base year used for the industrial GDP is 2006. The GDP for the other years is based on real rates of annual variation (new methodology 1996-2006) converted into dollars using the average exchange rate for 2006 (Central Bank of Brazil).

Faturamento - 1966/2006 / Revenue - 1966/2006

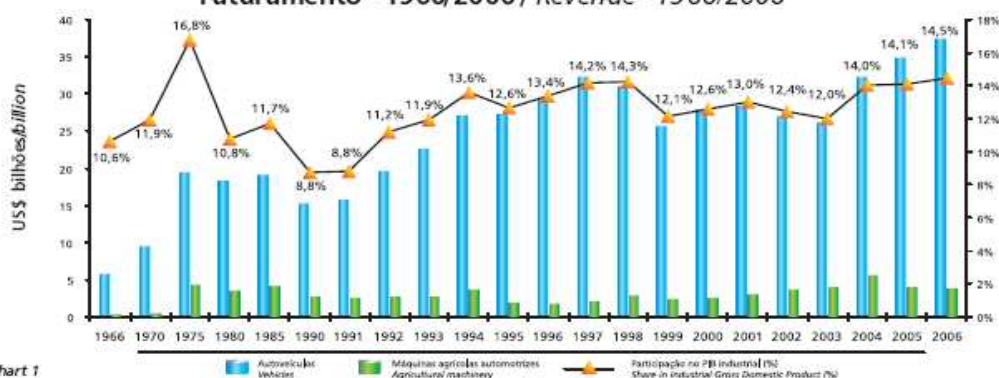


Gráfico / Chart 1

Fig. 12: Participação da indústria automotiva brasileira no PIB (%)¹⁶

A frota de veículos no Estado de São Paulo, em comparação com frotas de outros estados é representada no gráfico abaixo.

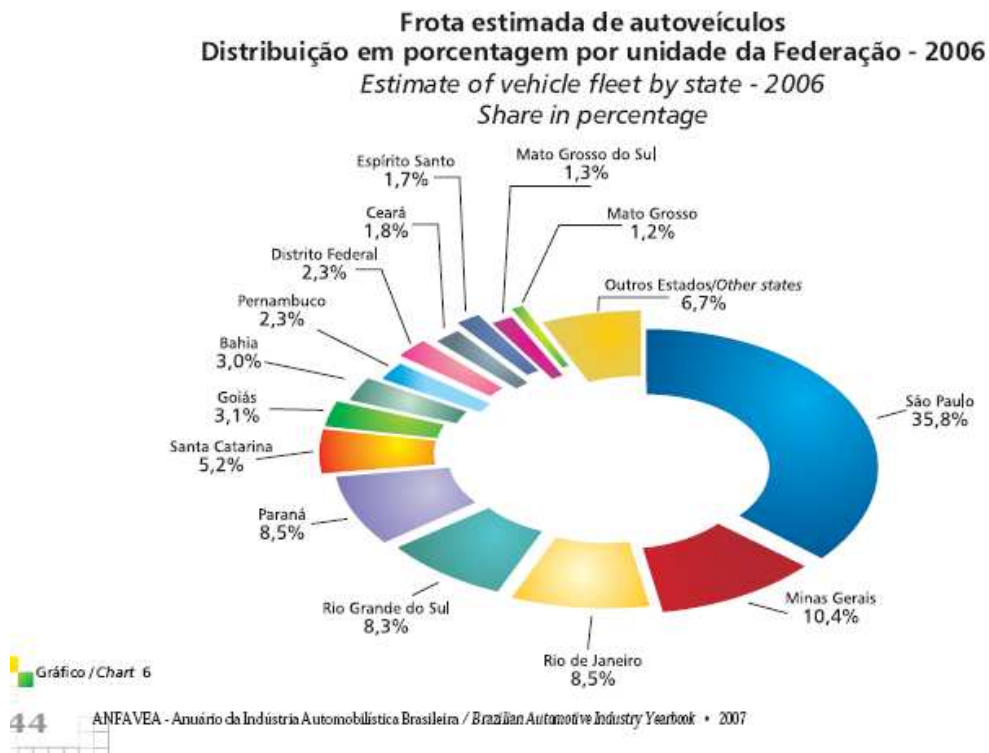


Fig. 13: Gráfico demonstrativo da distribuição percentual da frota de veículos automotores por unidade da federação¹⁷

A pressão do mercado de veículos automotores interferiu nas instruções divulgadas no manual de aplicação do teste PMK em candidatos à carteira de habilitação. Apesar das recomendações para que o teste seja aplicado em duas sessões, o manual levanta a possibilidade de aplicar uma versão reduzida, em uma sessão. Segundo o manual, esse procedimento é seguido “em larga escala

¹⁶ Fonte: Anuário 2007 da indústria automobilística brasileira, publicado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores)

¹⁷ Fonte: idem

no Brasil, principalmente nos exames psicotécnicos para obtenção da CNH e apesar de nunca ter sido recomendado por mutilar o teste e lesar o sujeito no processo avaliatório, prejudicando a profissão de psicólogo” (Galland de Mira, 2004:48), ele responde “às necessidades de uma evolução industrial que exigia resultados mais rápidos no processo de seleção de pessoal” (Idem). Essa redução permite o descarte das cadeias verticais, na folha 4, e dos Us nas folhas 5 e 6.

6.3. análise linguística dos textos

A organização dos resultados da análise de ambos os textos se deu de acordo com os sentidos implicados na relação que se estabelece entre os índices de pessoa, de tempo e de espaço e a dimensão do mundo extra-verbal que conduziu à sua criação, isto é, com os sentidos implicados na teia dialógica que os constitui.

6.3.1. o dialogismo no exame psicotécnico

A constatação de que a aplicação/interpretação do teste não seguiu os parâmetros relacionados no manual conforme recomendação do Conselho Regional de Psicologia implica que a clínica estabelece com este conselho um diálogo caracterizado por relação de confronto. Este mesmo tipo de relação se estabelece entre a clínica e o Detran já que a primeira não acata a determinação do Detran no que concerne as regras de arquivamento de registros sobre o desempenho do candidato: segundo o Código Brasileiro de Trânsito, o psicólogo deve manter uma síntese ou relatório nos arquivos da clínica. Essa ausência representa, provavelmente, a dificuldade do psicólogo em ampliar o tempo de atendimento a cada candidato em virtude do número total de candidatos que a clínica recebe diariamente e diz respeito ao uso da linguagem para realizar a ação, adequando-a à realidade da produção e comercialização de veículos automotores (ver capítulo 3, item 3.2).

Essa prática parece consistir em ideologia defensiva do trabalho pois para aplicar o teste na sua versão completa, incluindo uma síntese ou relatório, o candidato deveria dispor de pelo menos duas horas, em dois dias diferentes para se submeter ao teste. Esse procedimento provocaria uma redução drástica no número de candidatos a serem atendidos diariamente que, nessa clínica, é de aproximadamente vinte nos dias úteis e quarenta nos finais de semana conforme relatado em item precedente. Além disso, o custo de aplicação seria consideravelmente maior o que poderia conduzir o DETRAN a cancelar a obrigatoriedade de exame psicotécnico para a obtenção de carteira de habilitação em consequência do não-atendimento à demanda para esse tipo de documento. Outros campos afetados seriam o da produção e comercialização de veículos automotores, o da produção e comercialização do teste PMK. Além de todos os órgãos envolvidos no sistema que habilita pessoas interessadas em conduzir veículos automotores.

O tempo realizado no conjunto dos documentos é o tempo presente do indicativo e encontra-se subjacente à data em que o teste foi aplicado, 15 de dezembro de 2003, que corresponde à expressão 'hoje' e atribui valor factual informações ali registradas. Outro índice comum a todos os documentos que compõe o psicodiagnóstico é a razão social 'Vetor Editora Psicopedagógica Ltda'. A sua presença remete a um diálogo, ou interação, entre essa empresa e a clínica onde o exame foi aplicado, diálogo este caracterizado por uma relação de dependência mútua: o Psicólogo do Trânsito necessita da empresa para obter o teste PMK e esta depende da clínica para comercializar seu produto. A necessidade de recorrer a essa empresa, detentora dos direitos de produção e comercialização do teste PMK, está implicada nas normas do Detran que regulam a aplicação do exame psicotécnico. Nestas recomenda-se que o psicólogo avalie o conjunto de fatores da personalidade que o teste PMK propõe avaliar além de recomendar que os resultados sejam apresentados em *tetrons*, unidade de medida a que são convertidos os valores numéricos obtidos a partir da mensuração das linhas

criadas pelos sujeitos que se submetem ao teste (ver item 6.2.2 deste mesmo capítulo). Esse fato sugere que a aplicação desse teste em candidatos à carteira de habilitação conta com o apoio do referido órgão.

Passo agora a mostrar as relações dialógicas que emergiram de cada um dos documentos que compõe o exame psicodiagnóstico, iniciando com a ‘ficha de identificação’. Este apresenta uma descrição do candidato em termos de atributos que caracterizam um cidadão brasileiro: um índice de pessoa na forma do nome do candidato e índices numéricos que realizam registros obrigatórios em órgãos dos governos federal e estadual, como o registro geral (RG) na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o registro nacional de carteiras de habilitação (RENACH), e o cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda.

Além disso, encontram-se expressos ali índices espaciais – endereço residencial e endereço de local de trabalho – que juntamente com os índices que realizam registros em órgãos oficiais, constroem o perfil de uma pessoa cumpridora de deveres constitucionais, isto é, de uma pessoa que possui registros obrigatórios em órgãos do governo federal e estadual e possui endereços fixos que apontam para a disponibilidade de alguém que, provavelmente, nada deve aos órgãos de segurança nacionais. Todas as informações constantes nessa parte da ficha apesar de consistirem em descrição de atributos, não é realizada por meio de verbos de estado os quais estão implícitos na articulação entre os dados e as partes do formulário em que se encontram registrados os títulos ‘nome’, ‘endereço’, RG, e assim por diante (ver anexo 1). A presença desses índices remete à existência de um diálogo caracterizado por uma relação de subordinação do psicólogo aos órgãos governamentais: a necessidade do candidato apresentar esses documentos é determinada pela resolução 51/98 do Código de Trânsito Brasileiro

Pelo até então exposto observa-se a complexidade da rede dialógica que constitui o texto: relações caracterizadas pela obediência e pelo confronto às normas que regem a atividade. O psicólogo confronta exigências relacionadas à qualidade da aplicação, mensuração e interpretação do teste e submete-se à exigência que diz respeito à escolha do instrumento a ser utilizado na avaliação do candidato, escolha esta que envolve uma relação comercial com uma empresa. A questão que aqui se levanta é a da pertinência dessa escolha para avaliar um número tão grande de candidatos por dia. É justamente o atendimento dessa exigência que posiciona o psicólogo frente a demandas conflitantes: recorrer a esse teste no âmbito de padrões de qualidade adequados e emitir um número de laudos diários incompatíveis com esses padrões.

Ainda na 'ficha de identificação' observa-se o recurso do discurso direto no espaço cujo título é 'declaração'. Esse recurso linguístico realiza uma fala do candidato registrada de próprio punho em letra cursiva: "é dever do motorista respeitar as leis do trânsito". A elisão do verbo *discendi*, ou de locução ou de outros recursos gráficos como 'dois pontos' ou 'travessão', conforme textos que discorrem a respeito das formas de representação do discurso direto, em língua portuguesa (Vilela, 1999; Neves, 2000) foi possível porque essa fala foi registrada no espaço do formulário intitulado 'declaração'. Essa ocorrência mostra a importância da inter-relação entre os índices lingüísticos e o espaço físico onde estão registrados.

A finalidade da opção pelo recurso do discurso direto como forma de representação de pessoa, nesse caso específico, não está fundamentada nas regras de utilização da língua. O Psicólogo do Trânsito solicitou ao candidato que copiasse a frase de um quadro na clínica para certificar-se de que este era alfabetizado, uma exigência legal para a obtenção de carteira de habilitação. Essa exigência, entre outros fatores, pode estar relacionada à necessidade de interpretar placas de trânsito que incorporem textos escritos ou interpretar informações divulgadas em manuais de carros. Por outro lado, é possível que a

falta de domínio da linguagem escrita seja interpretada, nessa esfera específica, como incapacidade viso-motora do candidato para organizar e interpretar as demandas da máquina com a qual pretende lidar (ver item 6.2.1 neste capítulo).

Na terceira parte da ficha, sob o título 'entrevista', estão registradas informações sobre a saúde geral do examinando (por exemplo, no registro *fuma* [i.e., ele fuma]). O psicólogo registra ali as respostas do candidato a perguntas diretas. Esses registros correspondem a discurso indireto, uma das formas possíveis de representação de pessoa. Nesse caso, ele não é introduzido por verbo dicendi. No entanto, o mesmo está implicado em situações de entrevista. Ao recorrer ao discurso indireto o psicólogo se exime da responsabilidade de responder pela veracidade dos dados ali registrados. O fato de a entrevista ter tido lugar no espaço geográfico de uma clínica, condição essencial para o credenciamento do Psicólogo do Trânsito, onde são também realizados exames médicos em candidatos à obtenção ou renovação de carteira de habilitação, aponta para um diálogo com a área da saúde. Essa relação é reforçada pela presença de representações de processos relacionados ao funcionamento do organismo (beber, fumar, ingerir medicamentos). As informações a respeito da saúde física representam o candidato à carteira como paciente de clínica médica.

Por meio da forma 'apto', se se considerar apenas a interpretação das mensurações do 'lineograma vertical mão esquerda' segundo o manual do PMK, o psicólogo informa o DETRAN que o candidato à carteira de habilitação a que se refere não irá liberar energia vital acima ou abaixo da média em situações de emergência (a medida 'comprimento linear' revela essa tendência da personalidade); não irá excitar-se ou inibir-se fora dos padrões considerados normais (essa característica é inferida por meio da medida 'desvio primário vertical'); e, finalmente, não irá exibir comportamentos emocionais que ultrapassem os limites da normalidade (tendência revelada pela medida 'desvio secundário vertical').

O diálogo com a área da saúde, mais especificamente a medicina, se materializa também no formulário que é encaminhado ao Detran (planilha RENACH) em que consta o símbolo da medicina (ver figura 16). Nesse documento há espaços reservados para o laudo do médico (corresponde a aproximadamente 90% da planilha) e para o laudo do psicólogo (que corresponde a aproximadamente 5% do espaço total da planilha).



Fig. 14: Bastão de esculápio, símbolo da medicina
Fonte: <http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/saude/index.php>

A importância atribuída à atividade do psicólogo, se se considerar o espaço destinado ao exame psicotécnico na planilha RENACH, é inferior à importância atribuída à atividade do médico: além da planilha portar o símbolo da medicina, aproximadamente 90% de seu espaço é dedicado a resultados do exame médico. Parece assim que a atividade realizada pelo psicólogo deriva da atividade do médico.

De um ponto de vista sócio-histórico, é possível que essa forma de representação seja devida ao fato de que as primeiras pesquisas no campo da Psicologia realizadas no Brasil foram desenvolvidas por médicos. O médico Henrique Roxo desenvolveu a primeira tese fundamentada em estudos no campo da Psicologia,

na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1900 e Plínio Olinto defendeu uma tese a respeito da associação de idéias em 1911, na mesma faculdade. A Faculdade de Medicina da Bahia registra a defesa de quarenta e duas teses sobre temas vinculados à Psicologia, entre 1840 e 1900, enquanto que no mesmo período, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro registra doze trabalhos com fundamento na Psicologia. A consolidação da psicologia científica no Brasil, no começo do século XX, é devida a médicos brasileiros que realizaram estágios ou cursos de especialização em hospitais europeus dotados de laboratório de psicologia. Além disso, parece ter havido tentativas da área médica de impedir a transformação da medicina em ciência autônoma no Brasil (ver capítulo 2, item 2.2).

Além disso, o criador do teste PMK, Emilio Mira y Lopez, era médico que focalizou seu interesse na pesquisa de processos psicológicos, especialmente na relação existente entre movimentos motores e características da personalidade: ao correlacionar os gráficos obtidos por meio da avaliação cinética com gráficos obtidos por meio de testes que mediam aspectos da personalidade, ele percebeu que pessoas com tendência à excitação realizavam movimentos ascendentes; os sujeitos deprimidos realizavam movimentos descendentes; e, os agressivos avançavam os movimentos que realizavam na direção sagital (ver capítulo 5, item 5.1.1.3).

Os traços registrados na folha dos lineogramas, por sua vez, mais especificamente no 'lineograma vertical mão esquerda' constituem igualmente uma forma de expressão do candidato que remete a um aspecto primitivo e inconsciente da sua personalidade. Segundo os princípios que fundamentam o teste PMK, em consequência de seu potencial genotípico profundo e inconsciente, os movimentos realizados com a mão esquerda apresentam características menos desenvolvidas do que os realizados com a mão direita. A partir dessa descoberta

os movimentos realizados com a primeira passaram a ser associados a traços ocultos da personalidade (idem).

Apesar de não constituir uma fala no âmbito dos estudos da língua, as expressões dos movimentos do candidato no lineograma vertical mão esquerda são interpretados como manifestações do inconsciente pelo psicólogo que atua como interlocutor desse discurso ao reconstituí-lo em seu próprio discurso na tabela (anexo 2), nos gráficos (anexo 3) e na folha dos lineogramas (anexo 4). O psicólogo agencia o discurso do inconsciente na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito: os traços derivados de movimentos do braço e mão esquerda são interpretados como índices de traços da personalidade relevantes para avaliar a capacidade de conduzir veículos automotores. A expressão desses movimentos adquire um valor semiótico, espácio-temporal por intermédio da palavra do psicólogo registrada nos referidos documentos (ver capítulo 4, item 4.2).

Ao considerar certos aspectos do comportamento humano como sendo inconscientes, o psicólogo estabelece um diálogo com a psicanálise, e ao considerar os movimentos da mão esquerda, concretizados nos traços que constituem o referido lineograma, como derivados de uma dimensão primitiva da mente humana, o psicólogo se apóia igualmente na teoria da evolução (ver capítulo 5, item 5.1.1.3).

A palavra 'desvio' presente nas expressões 'desvio primário vertical' (que representa capacidade de agir em situações de emergência) e 'desvio secundário vertical' (que representa tendência a excitar-se ou deprimir-se), registradas nos documentos 'tabela' e 'gráficos', criam um sentido de afastamento da faixa de normalidade, naquilo que diz respeito às referidas características emocionais da personalidade. Nos gráficos, é possível conferir visualmente a amplitude desses desvios que representam o distanciamento da linha padrão impressa no folha do

teste na medida em que o examinando movimentava o braço esquerdo ao tentar cobrir essa linha com um lápis, sem controle visual. A partir de uma perspectiva histórica ao representar fatores emocionais da personalidade com o recurso de procedimentos técnicos de mensuração, o psicólogo se apóia em discursos do campo da Psicofísica, ciência no âmbito da qual foram realizadas pesquisas, no final do século XIX, que envolviam a mensuração de fenômenos psíquicos (ver capítulo 1, item 1.3.2).

Os registros numéricos e as linhas dos gráficos resultam da utilização de técnicas estatísticas como recurso para o desvelamento de distúrbios emocionais da personalidade e é por meio da mensuração dessas linhas que o psicólogo classifica o candidato como 'normal'. A utilização de medidas de extensão para avaliar aspectos emocionais da personalidade remete também a discursos no campo da matemática que, segundo Granger (1999), é uma ciência no interior da qual os objetos são classificados "*pela comparação de um com o outro, naquilo que diz respeito à categoria dimensão*" (Granger, 1999:147); além disso, remete também à geometria, "*ciência que trata de conhecer a medida de todos os corpos*" (idem:144) ou estudar "*as propriedades e as relações entre objetos no espaço, como as linhas, as superfícies, os sólidos*" (Oxford Dictionary).

Na figura a seguir construí uma representação possível do sentido da importância de se recorrer à atividade de um profissional que se apóia nas ciências exatas para avaliar habilidades associadas à condução de veículos automotores. Quanto maior a harmonia e a simetria dos traços, maior é a possibilidade de que o futuro condutor de veículos irá contribuir para manter a harmonia e a simetria nas situações em que será obrigado a partilhar espaços nas vias públicas. Ali reproduzi dois tipos diferentes de 'lineogramas mão esquerda': o primeiro foi criado por um sujeito diagnosticado como alcoólatra a quem o laudo seria negado e o segundo foi criado pelo candidato avaliado pelo Psicólogo do Trânsito que subscreveu o texto aqui estudado. A maior simetria nos traços pode também

representar racionalidade para lidar com instrumentos eletro-mecânicos complexos (ver item 6.2.1 neste capítulo) de forma que a luta, o caos e o infortúnio da vida psíquica estejam sob controle nas situações em que o candidato deve estabelecer relações com pessoas que, como ele, estão conduzindo veículos automotores.

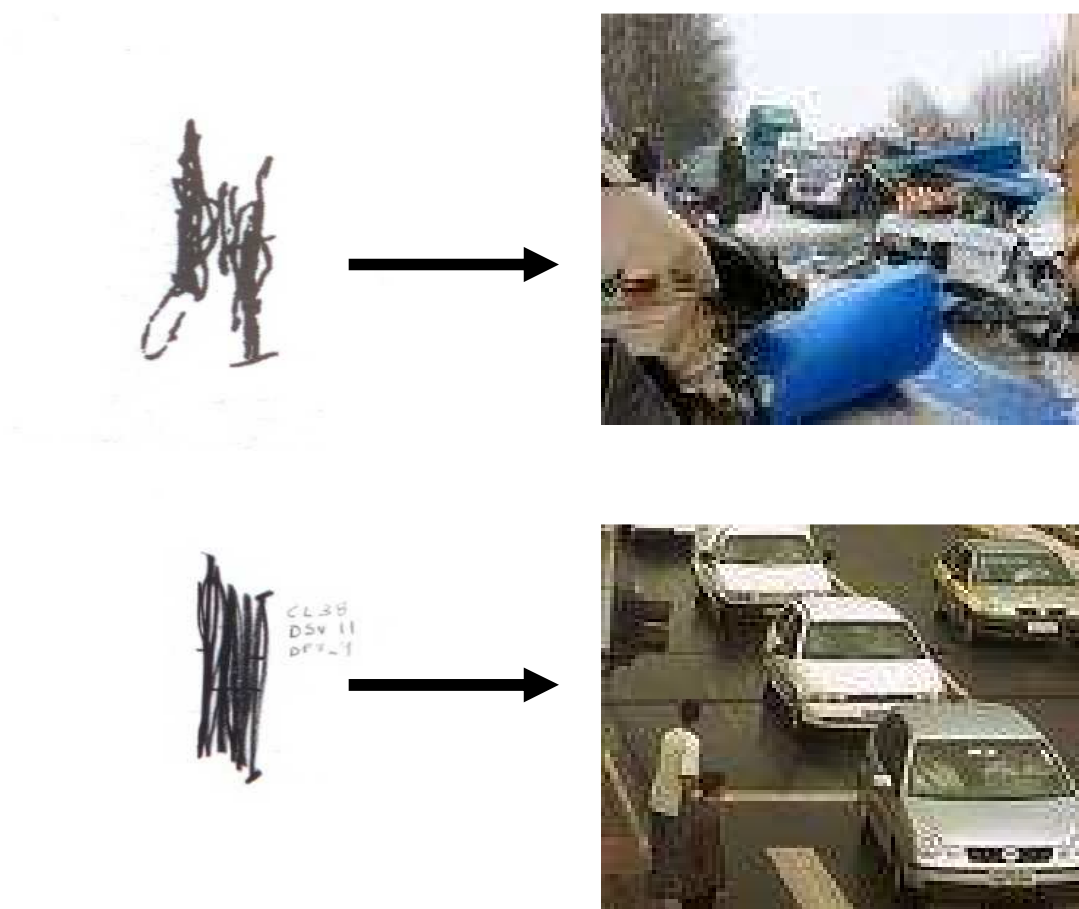


Fig. 15: Lineogramas verticais mão esquerda relacionados a previsões de situações que aqueles que os produziram poderiam causar no tráfego de veículos automotores¹⁸

¹⁸ Fonte: (1) fotos: <http://images.google.com.br>; (2) lineograma superior: Manual do PMK; (3) lineograma inferior: exame psicotécnico que compõe o corpus deste estudo

Os registros dos valores resultantes da mensuração das linhas que compõem o lineograma vertical mão esquerda em tabela e gráficos constituem índices de representação do psicólogo como um técnico em mensuração de fatores emocionais da personalidade. No entanto, apesar da presença de registros numéricos na folha do teste, na tabela e nos gráficos, parece que o laudo psicológico enviado ao Detran pelo Psicólogo do Trânsito está fundado principalmente na observação dos traços criados pelo candidato à CNH no referido lineograma, pois não há um relatório ou uma síntese da interpretação dos dados numéricos na composição do exame psicotécnico.

Como essa tarefa implicaria o atendimento diário de um número bem menor de candidatos à CNH do que aquele que a clínica atende (20 a 40 pessoas diariamente), a inexistência desses registros aponta para o caráter dialógico da atividade, para o conflito entre as normas estabelecidas a priori e as demandas da realidade na qual tem lugar. Por outro lado, mesmo considerando que essa atividade seja realizada por profissionais experientes na interpretação das expressões grafo-motoras, ela pode reforçar representações sociais do psicólogo como um profissional capaz de avaliar aspectos da personalidade por meio de práticas adivinhatórias.

Apesar da psicologia consistir em ciência constituída por um corpo de pesquisas de caráter científico cuja evolução histórica testemunha (ver capítulo 1), ela é constituída por práticas que podem igualmente conduzir a interpretações distorcidas de seu propósito. Por exemplo, as pesquisas conduzidas por Silberer (1912), que provocava associações inconscientes de seus sujeitos por meio da lecanomancia. Esta remete ao papel desempenhado por sacerdotisas da Antiguidade (ver figura adiante) às quais era atribuída a capacidade de prever o futuro daqueles que as consultavam a partir da interpretação de sinais em utensílios contendo água de fontes consideradas sagradas (ver capítulo 5, item 5.1.1.2).



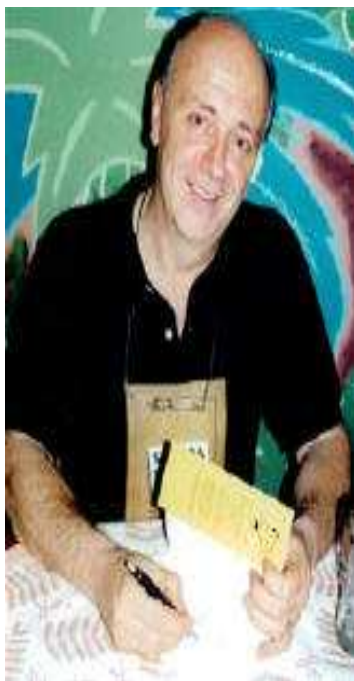
Fig. 16: Representação do rei Egeu, de Atenas consultando a sacerdotisa, ou pitonisa de Delfos¹⁹

A representação social do psicólogo, como profissional capaz de lidar com uma dimensão inconsciente, mais primitiva da personalidade pode igualmente estar apoiada nos fatos que circundaram a fundação do primeiro laboratório de Psicologia, criado no âmbito da saúde, mais especificamente na Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, em 1924. Os instrumentos necessários para a sua constituição foram importados da e transportados diretamente do Porto do Rio de Janeiro à Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro. Essa circunstância pode ter contribuído, igualmente, para o fato de, popularmente, atribuir-se ao psicólogo o título de ‘médico de loucos’ já que Waclaw Radecki, psicólogo polonês ao qual foi atribuída a responsabilidade de montar e dirigir o laboratório, decorou as paredes de seu consultório no interior da colônia com o símbolo da Psicologia, também reproduzido no anel que costumava usar. A forma de tridente desse símbolo pode ter servido de argumento para que

¹⁹ Fonte: www/2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_fonte_do_poder_no_oraculo_de_delfos

intelectuais católicos relacionassem as atividades ali realizadas por Radecki com a prática de cultos pagãos (ver capítulo 2, item 2.2).

Essa dimensão da atividade de psicólogos é incorporada por alguns profissionais que confrontam abertamente a obrigatoriedade de atuar de acordo com o código de ética profissional do psicólogo, isto é, atuar no âmbito de padrões estritamente científicos como o psicólogo cujo anúncio divulgado em site da Internet reproduzo abaixo .



Irineu Deliberalli

- Psicólogo Tradicional, com formação em Psicodrama, Jung e P.N.L e Regressão de Memórias a Vivências Passadas.
 - Psicólogo Transpessoal/Xamânico.
 - Terapeuta Xamã, onde realizo atendimento de harmonização dos corpos Sutis, e equilíbrio dos chacras.
 - Reiki-Master - Ministro cursos de Reiki Tradicional do sistema Mikao Usui.
 - Curso: O CAMINHO DO XAMÃ URBANO (informe-se nova data)
 - Curso: O RESGATE DA ALMA FEMININA (informe-se nova data)
 - Curso: UM CAMINHO PARA O EU SUPERIOR
 - Autor do livro SÓ PARA HOMEM - Guia Prático de Auto-conhecimento do Masculino.
 - Toda 4a. feira às 20 h, realizamos Roda de Cura Xamânica (vide em serviços)
 - Atende na CLÍNICA INTEGRATIVA MICHAEL
- Fone: (11) 5549-7692

Fig. 17: anúncio publicitário recolhido em site da Internet²⁰

Esclareço que pontos de vista que atribuem ao psicólogo habilidades que confrontam o caráter científico de sua atividade estão presentes em discursos que constituem a teia dialógica na qual ela se insere, como pode ser constatado nos

²⁰ Fonte: <http://somostodosum.ig.com.br>

parágrafos anteriores. Esse fato que, de alguma forma e em certa medida, pode afetar qualquer fala no âmbito dessa atividade.

Ao refletir a respeito do cronotopo emergente na forma como relações entre as categorias de pessoa, de tempo e de espaço são realizadas no exame psicotécnico concluí que ali o passado, representado pela dimensão primitiva da mente se transforma em presente ao ser capturado e congelado nas folhas do teste PMK constituindo um instrumento para iluminar esse presente projetando-o em direção ao futuro.

6.3.2. o dialogismo no artigo científico

A forma de estruturação do artigo respeitou as normas que regulam a publicação de artigos em revistas indexadas (ver capítulo 5, item 5.2.2, § 7): (a) título que faça referência ao conteúdo do artigo: 'O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade'; (b) um relato dos motivos que conduziram à escolha do tema culminando em questão de pesquisa cuja resposta atende uma demanda social, o veto do presidente da república à obrigatoriedade da realização de exames psicotécnicos para motoristas por psicólogos, em janeiro de 1998, que foi cancelado por meio de resolução em novembro do mesmo ano (ver item 6.2.2, neste mesmo capítulo); (c) objetivos a partir dos quais são identificadas as ações que respondem à questão desencadeadora da pesquisa; (d) descrição que revela resultados de atividade metódicas e sistemáticas; (e) produção de uma explicação que esclarece a relação entre os fenômenos observados e os fatos resultantes do estudo metódico desses fenômenos com instrumentos do campo da estatística.

O relato dos motivos que conduziram à realização da pesquisa foi construído com o recurso do pretérito imperfeito, realizado principalmente com o recurso de verbos de estado adequados para descrever mudanças identificadas em atributos dos motoristas testados com o PMK. A mudança descrita diz respeito à

reprovação de candidatos a cargo de motorista que haviam sido previamente aprovados no mesmo teste em clínicas psicológicas credenciadas pelo DETRAN:

'93% dos motoristas que se submeteram ao PMK eram reprovados'

'O número de vagas para motoristas era relativamente grande'

'O número de candidatos considerados aptos era pequeno'

Os psicólogos recorreram aos verbos de estado no pretérito imperfeito para relacionar argumentos que culminassem em justificativa para a realização da pesquisa, a existência de uma situação predicada com verbo do tipo existencial:

'Havia desproporção entre o número de vagas para motoristas e o número de candidatos considerados aptos'

A justificativa da pesquisa culmina com a criação de um problema construído com o recurso do pretérito imperfeito: *'Questionava-se porque havia tantos reprovados'*

A descrição dos sujeitos da pesquisa, realizada também no pretérito imperfeito, é apresentada no sub-ítem 'metodologia:

'Os sujeitos do presente estudo tinham no máximo, o 2º grau completo'

'22 sujeitos apresentavam escolaridade até a 4ª série do 1º grau'

'59 sujeitos apresentavam escolaridade de 5ª à 8ª série do 1º grau'

'Os 33 sujeitos restantes apresentavam 2º grau completo'

'Os reprovados apresentavam maior agressividade, emotividade e excitabilidade'

Ao selecionar o tempo pretérito imperfeito com verbos de estado para descrever os sujeitos, os pesquisadores aprofundam a descrição da situação que conduziu ao desencadeamento da pesquisa pois descrevem esses sujeitos com base nos possíveis efeitos dos conhecimentos formais (escolaridade) na expressão das

emoções. O espaço realizado no texto é o espaço dos traços criados pelos sujeitos nas folhas do teste os quais representam estados mentais e emoções os quais representam o objeto de estudo dos pesquisadores.

Ao descrever a situação e os sujeitos de pesquisa, na forma de relato, os psicólogos-pesquisadores da USP constroem um *'pano-de-fundo'* tecido de dúvidas em relação ao trabalho de psicólogos em clínicas onde são realizados exames psicotécnicos. Essas dúvidas conduzem a duas hipóteses construídas no presente do indicativo, tempo a que se recorre em relatos para criar um sentido factual, para presentificar o passado, especialmente em textos de carácter científico:

'Nós temos suspeita [suspeitamos] de que ocorreram as mesmas irregularidades, citadas em artigo de Quintela, nas condições em que o PMK é aplicado em clínicas que realizam o psicotécnico em motoristas'

'Os motoristas dessa amostra podem ter feito o PMK em condições inadequadas'

Outra hipótese é levantada na forma interrogativa: *'Escolaridade é um fator que deve ser considerado?'*

A representação da dúvida (suspeita) no texto, deriva da representação de uma situação irregular no interior de clínicas psicológicas que realizam exames psicotécnicos em candidatos à carteira de habilitação. O conteúdo semântico do verbo factivo-epistêmico 'suspeitar' remete a discursos no campo do direito penal no interior dos quais são realizados processos de investigação criminal. A ação investigativa deriva de suspeitas. Partindo desse ponto de vista, a realização do verbo suspeitar na 1ª pessoa do plural que incorpora o grupo de pesquisadores que desenvolveu a pesquisa atribui a esse processo ('suspeitar') um carácter comunitário, classista: 'nós, pesquisadores da Universidade de São Paulo suspeitamos' e, ao mesmo tempo atribui a esses pesquisadores a qualidade de operadores da justiça no âmbito da psicologia.

Essa característica os posiciona, hierarquicamente, acima dos psicólogos que realizam exames psicotécnicos em clínicas psicológicas na medida em que eles se apropriam da linguagem para avaliar, criticar, controlar a atividade destes (ver capítulo 3, item 3.2). É provável que a presença implícita desses atributos se deva ao fato de que a maioria desses pesquisadores ocupa cargos na Sociedade de Psicologia de São Paulo, órgão de classe, criado em 1949, cujas funções incluem criar condições para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão. A criação de condições para o desenvolvimento de um campo do conhecimento implica em cuidados que garantam que as práticas a ele relacionadas sejam reguladas, realizadas no âmbito de certos padrões de qualidade.

Da representação da dúvida, da suspeita, em relação a atividades que têm lugar em clínicas onde são realizados exames psicotécnicos, deriva a representação de uma hipótese construída com o recurso do verbo modal 'poder' e uma pergunta de pesquisa que representa a dúvida dos pesquisadores em um verbo do tipo factivo epistêmico apassivado e, também, modalizado. A opção pelo tempo verbal presente do indicativo atribui à representação do 'pensar' dos pesquisadores, realizada no verbo factivo epistêmico 'suspeitar', um sentido factual que, no entanto, é amenizado pelos operadores modais ('poder' e 'dever').

Os objetivos nos quais são identificadas as ações que respondem a questão desencadeadora da pesquisa são igualmente realizados no presente do indicativo:

'Pretende-se determinar se a escolaridade é um fator que deve ser considerado'

'O presente estudo pretende verificar se há diferenças significantes quanto a traços da personalidade, entre os motoristas avaliados pelo PMK, quando é levado em conta seu nível educacional'

O verbo intencional 'pretender' representa um desejo, algo ainda não-realizado pelos pesquisadores cuja presença no texto está implicada no pronome de indeterminação 'se'. O sentido de futuro é construído no conteúdo semântico do verbo ('pretender') que é realizado no presente do indicativo, tempo que cria um sentido verdade e atualidade que não condiz com o não-realizado mas que predomina em textos que incorporam um valor de objetividade.

O tempo pretérito foi usado pelos pesquisadores para produzir um relato da história do PMK naquilo que diz respeito a espaços de publicação, com ênfase nas capitais européias Londres e Paris:

'O PMK foi apresentado por Emilio Mira y Lopez na Royal Society, em Londres'

'O manual do PMK foi publicado [por empresa não citada] em Paris'

'Foi realizada pesquisa por Rennes, em 1963, na França, constatando 30 diferenças entre sujeitos de dois níveis de escolaridade'

Ao criar representações de práticas nos espaços referidos, realizadas com o recurso de verbos de ação envolvendo o teste PMK, os pesquisadores atribuem a este um caráter de reconhecimento internacional e tradição. Esse caráter também é atribuído, no Brasil, à Universidade de São Paulo (USP), em especial o Instituto de Psicologia, sede da Sociedade de psicologia de São Paulo, cuja criação e história estão associadas à presença de docentes europeus e norte-americanos cuja competência é internacionalmente reconhecida (ver capítulo 2, itens 2.1, 2.3 e 2.4).

Além de criar um relato que atribui ênfase a práticas envolvendo o PMK em países europeus, os pesquisadores recorrem ao pretérito perfeito para traçar o percurso histórico do PMK no Brasil naquilo que diz respeito principalmente à sua utilização como técnica de avaliação de personalidade em processos de seleção de pessoal em empresas e seleção de motoristas:

'O PMK foi largamente usado no Brasil, principalmente nas décadas de 50 e 60, tanto para avaliação psicológica, como em pesquisas'

'O PMK foi o 1º colocado em relação à frequência de uso de testes em seleção em Recife'

'Pelo fato de seu autor ter vivido durante muitos anos no Brasil, foi aqui que o teste teve seu maior desenvolvimento [construído com 'ter' como verbo-suporte]'

'Em nosso país, o PMK tornou-se uma técnica comumente usada na avaliação de personalidade como recurso ótimo na seleção e, particularmente, na seleção de motoristas'

Convém ressaltar que o uso do teste PMK em exames de seleção remete à criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) por Emilio Mira y Lopez, no qual são desenvolvidas atividades de avaliação de motoristas na cidade do Rio de Janeiro, com o recurso do teste PMK (ver capítulo 2, ítem 2.3).

O pretérito perfeito atribui um sentido de referência documental aos processos descritos, sentido esse reforçado pelo fato dos pesquisadores terem representado o PMK como um instrumento utilizado com frequência na seleção de motoristas. O uso frequente atribui a ele, ainda, um valor de tradição implícito na idéia de que a sua preferência em situações de seleção de pessoas está fundada no cumprimento de sua finalidade ao longo de um certo período de tempo: selecionar motoristas emocionalmente capazes de conduzir veículos automotores.

Os pesquisadores recorreram igualmente ao tempo pretérito para realizar as ações dos pesquisadores no texto. Um sentido aspectual terminativo foi atribuído a essas ações com o recurso da voz passiva que permite enfatizar a ação, e elidir o agente. Apesar de recorrerem à estratégia de elisão do agente, que atribui maior ênfase à ação, os pesquisadores ali implicados são representados como executores eficientes de ações tanto materiais (realizadas nos verbos de ação) quanto mentais (realizadas nos verbos de percepção e factivo epistêmico).

É possível observar também, na articulação de pessoa, de tempo e de espaço que as ações dos pesquisadores dizem respeito a procedimentos de mensuração de emoções e processos mentais que foram materializados em testes, no cálculo de médias, na seleção de amostras, na determinação de variáveis e na construção de tabelas. Essas ações, realizadas no espaço Universidade de São Paulo, confrontam as ações de psicólogos que realizam testes psicotécnicos em clínicas psicológicas.

'A amostra foi constituída por 114 motoristas profissionais submetidos a processo seletivo no Setor de Seleção da Reitoria da Universidade de São Paulo'

'Essa amostra foi obtida nos anos de 1988 e 1989'

'Os sujeitos foram divididos em três grupos de acordo com a escolaridade'

'35 sujeitos foram aprovados'

'31% dos candidatos a motorista foram aprovados no teste PMK'

'79 sujeitos foram reprovados'

O PMK foi aplicado em forma abreviada, omitindo-se as folhas 3 e 4, como é comumente usado nos exames psicotécnicos'

'Todos os testes foram mensurados de acordo com os padrões estabelecidos no manual (Mira, 1987)'

'Foram calculadas as médias e desvios-padrão de cada grupo da amostra total para cada uma das 58 medidas correspondentes aos traçados obtidos'

'Para verificar a existência de diferenças entre os grupos em relação à escolaridade, foi realizada análise de variância'

'A variável raça não foi controlada'

'Para comparar os resultados dos motoristas deste estudo [...] com a amostra de motoristas de Boccalandro (1971), foram construídas as tabelas 8 a 13' (segue reprodução da tabela 12)

TABELA 12 - Comparação entre as médias e desvios-padrão do grupo total de motoristas com as pesquisas de Mira (1969) e Boccalandro (1971)

DIMENSÃO TENSIONAL				
Mão Esquerda				
C. L.		Total	Padronização	Motoristas
Lineograma	X	35,43	38,70	37,57
	DP	8,69	7,74	9,48
Zig-Zag	X	18,32	18,74	17,11
Max.	DP	5,88	4,66	5,65
Zig-Zag	X	8,54	9,52	7,72
Min.	DP	3,90	3,98	3,16
Zig-Zag	X	19,92	18,65	17,79
Max.	DP	5,97	5,17	5,56
Zig-Zag	X	9,68	9,64	7,84
Min.	DP	3,61	3,46	3,31
Paralelas	X	58,24	57,60	-
Max.	DP	12,61	12,58	-
Paralelas	X	40,24	39,71	-
Min.	DP	7,98	7,24	-
Paralelas	X	59,16	58,50	-
Max.	DP	11,94	11,40	-
Paralelas	X	41,11	41,59	-
Min.	DP	9,07	7,55	-

Fig. 18 Tabela 12 do artigo 'O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade'

O tempo pretérito também é utilizado para atribuir sentido documental à parte do artigo intitulada 'conclusões'. Esse sentido é reforçado por meio da voz passiva com agente elidido, recurso que permitiu colocar em destaque aspectos relacionados à percepção dos pesquisadores em relação ao objeto estudado. Essas práticas remetem ao caráter empírico da pesquisa, representado nos verbos de percepção que predicam objetos concretos, materiais e, conseqüentemente, passíveis de observação e mensuração (ver capítulo 1, item 1.3)..

'Não foram constatadas diferenças significantes entre os três níveis de escolaridade'

'Não foram constatadas diferenças estatisticamente significantes entre os três grupos de escolaridade'

'Não foram constatadas diferenças entre os sujeitos dos grupos mais distantes'

'Foi constatada maior agressividade, excitabilidade e impulsividade'

'Não foi encontrada diminuição de tônus'

'Foi observada (apenas uma tendência à significância em três medidas'

O tempo presente do indicativo foi selecionado para predicar as falas dos autores a que os pesquisadores recorreram ao longo da pesquisa para reforçar os argumentos que apóiam a sua hipótese. Essas falas foram retiradas de publicações científicas (livros ou artigos) e, portanto, situam-se em espaço onde tem lugar a construção formal de conhecimentos o que atribui aos psicólogos que exercem essa atividade o papel de detentores do saber acadêmico-científico. Entre essas foi atribuída maior ênfase a resultados de pesquisas divulgadas por Alice Galland de Mira, filha do criador do PMK.

Além das posições de estudiosos que realizaram pesquisas com o PMK, foram incluídas posições de um grupo de psicólogos e de um grupo de candidatos à carteira de habilitação as quais reforçam o ponto de vista em que os autores do artigo se fundamentam, isto é, o teste PMK é eficaz desde que utilizado de acordo com as normas estabelecidas por seu criador. A opção pelo presente do indicativo atribui a essas falas um caráter de atualidade que não condiz com as datas em que os textos foram publicados mesmo que se tome como referência a data de publicação do artigo.

'Alice de Mira Galland refere-se à necessidade de considerar o nível de instrução do sujeito ao se interpretar os dados do PMK (1987)'

'Alice de Mira Galland apresenta um levantamento de pesquisas realizadas com o PMK em motoristas pluriacidentados e não-acidentados (1984a)'

'A autora menciona os resultados de duas pesquisas, uma realizada no Chile por Zaninovich, em 1951, e outra realizada na França por Rennes, em 1963 (Mira Galland, 1987)'

'Mira destaca os critérios para considerar um candidato a motorista inapto pelo PMK (1984b)'

'Mira conclui que a hiperagressividade associada à excitabilidade aumentada reacionalmente ou a uma emotividade mal controlada é fator de contra-indicação [a um laudo psicológico favorável a candidatos à carteira de habilitação] '(1984b)

'Outra crítica refere-se à não utilização das normas de aplicação estabelecidas pelo autor do manual ((Quintela, 1977)'

'Os autores se referem a outras irregularidades constatadas, tais como psicólogos que deixavam laudos assinados em branco, aplicadores não-habilitados para aplicação do teste e outras (Quintela, 1977)'

'Quintela considera que os traçados excluídos são muito significativos para a 'análise de personalidade (1977)'

Boccalandro afirma que conclusões de Lombroso são pouco confiáveis (1983)'

'48% dos psicólogos consultados consideram a necessidade de padronização do PMK para o Recife (1983)'

'Muitos candidatos submetidos ao PMK confirmam as inadequações nas instruções, no uso do anteparo, na posição do corpo e do lápis (1977)'

O presente do indicativo foi igualmente utilizado para predicar as ações realizadas pelos pesquisadores nos dados obtidos por meio da aplicação do teste PMK. Os verbos a que esses pesquisadores recorreram foram verbos de estado, especialmente os verbos (1) 'ser' que cria o sentido de 'estado natural', (2) 'haver' que cria o sentido de existência real. Ao recorrer a eles, os pesquisadores constroem descrição detalhada dos procedimentos de pesquisa, tarefa esta condizente com a produção de artigos de caráter científico em geral (capítulo 5, item 5.2.2) e, mais especificamente, condizente com as normas para publicação de textos na revista Boletim de Psicologia (idem).

Adicionalmente, os verbos direcionais (levar a, indicar, apontar, referir-se a, depender de, tender a, mostrar, destacar, apresentar e reforçar, este último no

sentido em que foi utilizado no artigo) apontam de um texto para outro, de uma prova para outra, de uma constatação a outra, criando representações de atividades envolvendo, mais uma vez, o resultado da observação de dimensões da realidade a que se referem. Estes são também realizados no presente do indicativo recurso que, além de atribuir um sentido de presentificação aos processos ali representados, contribui para apresentá-los como verdades. A representação de atividades de pesquisa com o recurso de verbos direcionais cuja função é estabelecer relações entre dados concretos caracterizam pesquisas realizadas no âmbito de uma abordagem empirista dos processos de que trata (capítulo 1, item 1.3).

A estratégia de representar os dados com o recurso desse tipo de verbo complementa os procedimentos descritos com os verbos de estado construindo o sentido de que o conjunto dos dados foi objeto de escrutínio rigoroso. Esse rigor reflete o apoio a discurso proveniente das normas estabelecidas pelo Detran e pelo Código de Ética do Psicólogo no que se refere aos procedimentos de avaliação da capacidade de motoristas ao mesmo tempo em que confronta o discurso proveniente da clínica psicológica onde foi aplicado o exame psicotécnico aqui analisado.

A presença de verbos do tipo factivo avaliativo atribuiu ao teste PMK, uma característica que, em geral, é atribuída a seres humanos: a capacidade de avaliar, diferenciar, contrariar e avaliar. Esse recurso, relacionado aos sentidos criados pelos verbos direcionais e implicativos, contribuiu para antropomorfizar os dados emergentes do resultado da aplicação do PMK como se fossem, por si, capazes de 'falar' quando, na verdade, a fala construída no texto é a fala dos psicólogos/pesquisadores (ver capítulo 4, item 4.2). O tempo presente do indicativo atribui, novamente, um sentido factual a esses dados.

'Outro aspecto importante é o fato da execução do PMK não ser susceptível de aprendizagem por aqueles que se submetem a ele'

'% de aprovação de motoristas é semelhante à relatada por Cunha'

'Traçados excluídos são muito significativos para a análise da personalidade'

'Dados dos reprovados são semelhantes aos relatados por Mira'

'Esses dados também estão de acordo com os dados de contra-indicação indicados por Mira'

'Omissão das folhas 3 e 4 do PMK é comumente usada'

'Resultados dos atuais motoristas é [sic] mais variável que os de Mira e Boccalandro'

'Grupo de reprovados caracteriza-se como mais agressivo, mais emotivo e mais excitado'

'Utilidade do PMK se deve [é devida] ao fato de sua execução não ser susceptível de aprendizagem'

'Utilidade do PMK não se deve [não é devida] a uma facilidade de aplicação e avaliação'

'Última questão não é passível de resposta'

'Há diferenças que se referiram a traços da personalidade'

'Há indicação de maior tônus'

'Não há tendência a aumento ou diminuição das médias e dos desvios-padrão'

'Desvio-padrão tende a ser muito grande'

'Desvios-padrão tendem a ser maiores que a amostra de padronização'

'Essas tabelas se referem a 'motoristas predominantemente brancos' e 'motoristas predominantemente negros' (1987)'

'Traços de personalidade indicam maior desajuste, principalmente no tocante à maior agressividade, emotividade, excitação e impulsividade'

'Isso indica praticamente que não foram publicados estudos com o PMK a partir de 1979'

'Estes dados levam a um questionamento sobre a qualidade da aplicação do teste em exames psicotécnicos para motoristas'

'Estes resultados dependem do desvio-padrão de cada medida'

'Resultados apontam para uma diferença significativa entre os aprovados e os reprovados'

'Esse dado mostra que a diminuição de popularidade apontada por Cunha em 1993 talvez não seja tão acentuada'

'Tabela 1 mostra a distribuição dos aprovados e reprovados em função do grau de escolaridade'

'Tabelas 2 a 7 apresentam as médias e desvios-padrão de cada medida'

'Tabela 14, no anexo I apresenta as médias dos dois grupos'

'Superposição de dados quantitativos e qualitativos negativos reforça conclusões para considerar o candidato inapto'

'Os reprovados e aprovados se diferenciam'

'Resultados contrariam os resultados encontrados nas pesquisas de Zaninovich e Rennes'

'Este teste avalia características da personalidade importantes para um motorista'

A descrição dos resultados da análise dos dados realizada pelos autores do artigo foi igualmente construída com o auxílio do pretérito perfeito. Além de representações dos estudiosos que fundamentaram a pesquisa cujas ações são configuradas com verbos de ação, podem ser observados índices de não-pessoa que representam ações e estados de motoristas que foram submetidos a processo de seleção na USP. A utilização de verbos de ação e de estado no pretérito perfeito atribui aos processos descritos um sentido de referência documental e um aspecto terminativo típico de conclusões em textos no campo das pesquisas de caráter empírico (ver capítulo 1, item 1.3).

'A variável escolaridade não foi uma variável significativa, pelo menos entre os motoristas'

'Não houve diferenças significantes em relação ao tônus psicomotor'
A única medida entre as que apresentaram diferenças significantes foi no DS do U vertical direito'

"As medidas que diferenciaram os dois grupos foram: para a agressividade, os DPs do lineograma sagital, os DPs das paralelas, o DP do U sagital esquerdo e o DS do lineograma horizontal direito; para a reação vivencial, o DS do zigue-zague egocífugo esquerdo; para a emotividade, o DS do lineograma vertical direito e os DSs do U vertical; para a dimensão tensional, os CL, máximo e mínimo, das paralelas egocífugas e egocípetas da mão esquerda e o CL máximo egocípeto da mão direita; para a impulsividade, as diferenças de CL do zigue-zague egocífugo da mão esquerda e egocípeto da mão direita, a diferença de CL das paralelas egocífugas da mão esquerda e as diferenças de CL das paralelas egocípetas das duas mãos'

O cronotopo emergente da reflexão a respeito das representações acima apresentadas revela que no espaço acadêmico de onde emergiu o artigo a tradição fundada na prática de docentes europeus (entre eles o criador do PMK) e norte-americanos, que introduziram a pesquisa empírica em psicologia no Instituto de Psicologia da USP (ver capítulo 2, item 2.4) constitui o eixo em torno do qual giram as atividades dos psicólogos/pesquisadores que o criaram. Essa dimensão fundada na tradição aparece sob o invólucro de representações cujo sentido implica a verdade de fatos do presente em que a pesquisa é realizada.

A dimensão do mundo real que é avaliada por esses pesquisadores, aquela que envolve práticas de psicólogos do trânsito que utilizam o teste PMK como instrumento de avaliação de candidatos à carteira de motorista, é realizada sob a lente do passado. Tal posição remete aos primórdios dos estudos psicológicos no Brasil quando se caracterizavam por um desligamento das atividades vitais do país (ver capítulo 2, item 2.1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresento aqui as respostas às minhas questões de pesquisa: o tipo de realidade da qual os textos analisados derivam e o sentidos atribuídos a essa realidade pelos seus criadores por meio das falas, ou interlocutores a que se dirigiram, ou recorreram para construir a sua fala mostrando de que forma essas interações, ou diálogos, constituem uma teia dialógica da qual derivam posições sócio-valorativas. Em seguida, levanto considerações a respeito das contribuições desta tese para aprofundar (a) a compreensão das relações que se estabelecem entre linguagem e trabalho e (b) a compreensão a respeito de minha atividade como psicóloga. Finalmente, discorro a respeito de caminhos possíveis para o desdobramento desta pesquisa.

A realidade da qual o psicodiagnóstico deriva é a da demanda social pela diminuição dos acidentes de trânsito provocados por imprudência. Esta característica da personalidade consiste em potencial para agir fora de padrões mínimos de segurança ao conduzir veículos automotores e, como tal, não pode ser identificada por meio da observação direta de candidatos à carteira de habilitação. Provavelmente, é esta a razão que conduz o DETRAN a credenciar psicólogos, profissionais que, entre outros atributos, são habilitados a identificar fatores psicológicos, isto é, fatores da personalidade não manifestos. Os referidos profissionais são responsáveis pela emissão de laudos psicológicos que atestam o equilíbrio emocional por meio do teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) cujo princípio é de que a partir de registros gráficos de movimentos de mãos e braços é possível diagnosticar aspectos emocionais da personalidade, como a agressividade ou a capacidade de reagir de forma apropriada em situações de emergência (ver capítulo 5, item 5.1.1.3).

A partir da observação e mensuração da amplitude dos movimentos da mão esquerda, por exemplo, o psicólogo avalia a possibilidade de que um aspecto

inconsciente e mais primitivo da personalidade possa provocar acidentes de tráfego. Ao incorporar a noção de inconsciente aos princípios dos quais o teste PMK deriva, seus criadores se apóiam na Psicanálise. O uso do teste PMK nas clínicas que fornecem laudos psicológicos para carteiras de habilitação tem o apoio do Detran (ver capítulo 6, item) Ao apoiar o uso desse teste o Detran, em parceria com o Conselho Estadual de Psicologia, favorece a Vetor Editora Psicopedagógica Ltda responsável pela sua comercialização (ver capítulo 6, item 6.2.2).

Para atender a demanda social por carteiras de habilitação derivada da produção e comercialização de veículos automotores, o DETRAN apóia um serviço de gerenciamento de dados eletrônico (GEFOR) que permite a circulação de dados a respeito do candidato entre os centros de formação de condutores, as clínicas em que são aplicados testes psicológicos e realizados exames médicos e o DETRAN por meio de uma planilha eletrônica que porta o símbolo da medicina. A rapidez com que os laudos são produzidos, 20 a 40 por dia, revela que o psicólogo responde à demanda por carteiras de habilitação resultante da comercialização de veículos automotores. Ao fazê-lo, ele confronta as normas de aplicação e arquivamento do teste propostas pelo Detran ao descartar parte do teste e deixar de registrar informações na forma de súmula e parecer final (ver capítulo 6, item 6.2.2). Tal procedimento confronta igualmente recomendações do Conselho Federal de Psicologia (ver capítulo 6, item 6.2.1) e apontam para o fato de que esse profissional não responde à demanda pela diminuição de acidentes de trânsito.

Ao registrar medidas que representam dimensões psicológicas da personalidade frente a expressões grafo-motoras e, a partir deles, construir tabela e gráficos, o psicólogo se apóia em práticas que remetem à Psicofísica, no âmbito de uma perspectiva empirista em psicologia (ver capítulo 1, item 1.3.2). Por outro lado, ao emitir um laudo alguns minutos após o candidato se submeter ao teste, reforça

pontos de vista que atribuem a esse profissional a capacidade de revelar aspectos ocultos da personalidade que remetem a práticas de adivinhação da antiguidade que foram adaptadas por estudiosos de psicologia que realizaram pesquisas que conduziram à criação de testes projetivos (ver capítulo 5, item 5.1.1.2).

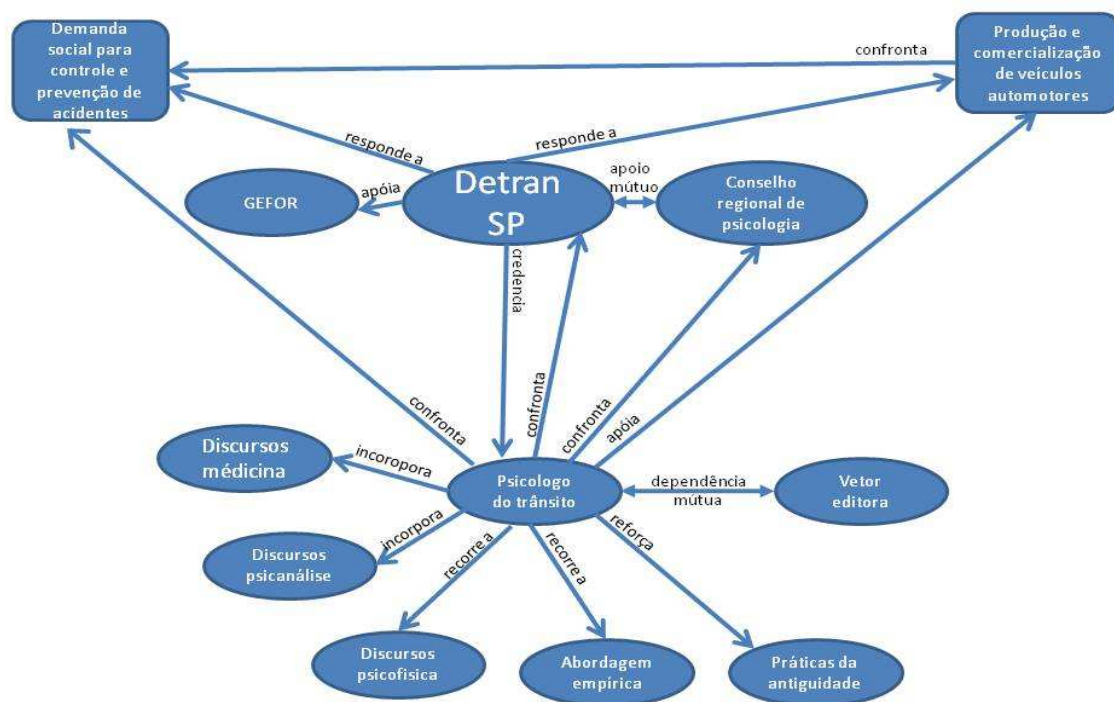


Fig. 19: Representação gráfica da teia dialógica constitutiva do psicodiagnóstico

As posições sócio-valorativas incorporadas à atividade do Psicólogo do Trânsito se revelam:

- (a) na rapidez com que os laudos são emitidos para atender a estrutura político-administrativa criada pelo DETRAN-SP responsável, entre outras atribuições, pelo controle e prevenção de acidentes de trânsito que, por sua vez, atende à produção e comercialização de veículos auto-motores.

- (b) no fomento da produção e comercialização do teste PMK, que atende aos interesses da Vetor Editora Psicopedagógica Ltda.
- (c) na função de produtor de laudos psicológicos com o recurso da observação de expressões grafo-motoras reforça pontos de vista sociais que atribuem ao psicólogo a habilidade de produzir psicodiagnósticos e prognósticos recorrendo apenas aos seus sentidos, similares aos praticados por sacerdotisas da antiguidade.

É provável que a aplicação do teste PMK de acordo com os padrões recomendados pelo manual conduziria a uma desaceleração na esfera de produção e comercialização de veículos automotores e afetaria a demanda por Psicólogos do Trânsito, a demanda pelo teste PMK e conduziria à simplificação da estrutura burocrática do Detran diminuindo espaços para o emprego de mão-de-obra em todas as esferas envolvidas.

A realidade da qual o artigo-acadêmico deriva, por sua vez, a da demanda pela produção de pesquisas no âmbito da Sociedade de Psicologia de São Paulo, órgão de classe de psicólogos, sediada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cuja criação recebeu influência de docentes estrangeiros que atribuíram ênfase à pesquisa empírica. A pesquisa cujos resultados foram divulgados no artigo é subscrita, entre outros pesquisadores, por psicólogos do Instituto de Psicologia da USP que à época da realização da pesquisa exerciam cargos na Sociedade de Psicologia de São Paulo. Ela foi, inicialmente apresentada em evento patrocinado pela Vetor Editora Psicopedagógica Ltda para celebrar os 50 anos de existência do teste PMK e, em seguida publicada na Revista de Psicologia criada pela referida sociedade Seu objeto de estudo, analisado com o apoio de uma abordagem empírica em psicologia; foi o desempenho de candidatos a motorista da reitoria da referida universidade no teste PMK o que implica uma relação de apoio mútuo entre a revista/Sociedade de Psicologia/universidade e editora. Os resultados apresentados atendem não só às

normas de publicação de artigos acadêmicos mas também a exigências do Conselho Regional de Psicologia no que diz respeito à divulgação de pesquisas acadêmicas. Esses resultados, além de apoiarem a tradição das práticas desenvolvidas com o teste PMK no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) fundado pelo médico espanhol Emilio Mira y Lopez no Rio de Janeiro, instituto este que cedeu os direitos de edição e comercialização do teste PMK à Editora Vetor, confrontam a atividade dos psicólogos credenciados pelo Detran que haviam aplicado esse teste nos referidos candidatos já que apenas 30% destes foram aprovados na re-aplicação do teste pelos psicólogos-pesquisadores.

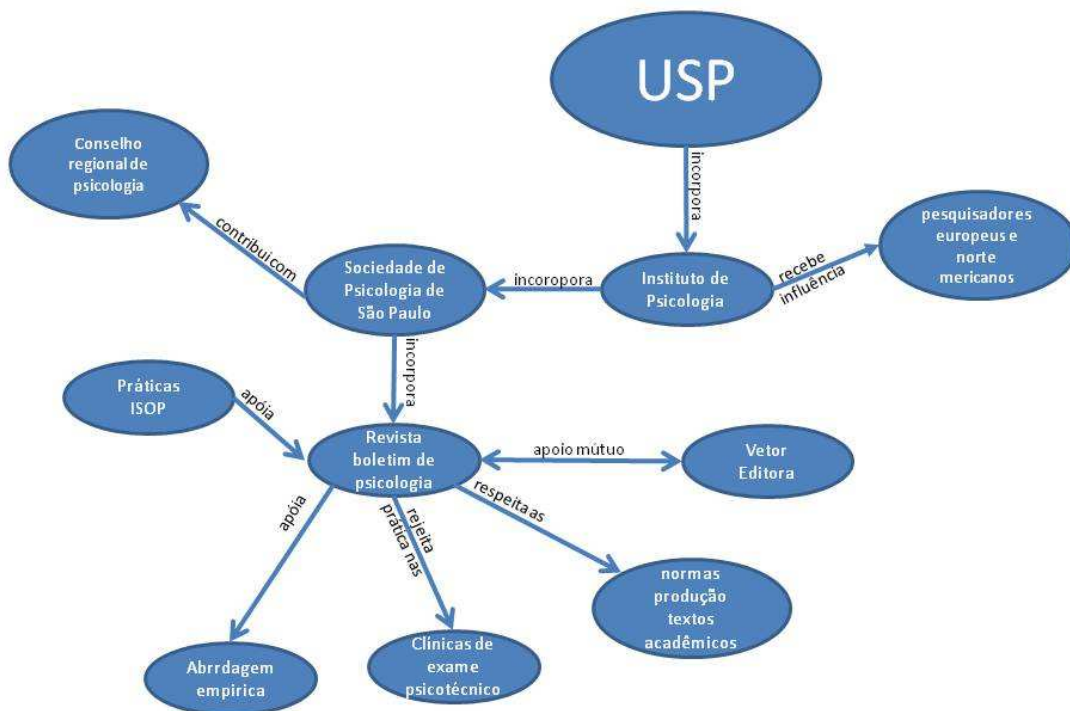


Fig. 20: Representação gráfica da teia dialógica constitutiva do artigo-acadêmico

- (a) associados à tradição fundada provavelmente nos padrões éticos associados à prática acadêmico-científica derivada da influência dos psicólogos europeus e norte-americanos que contribuíram com a criação do Instituto de Psicologia da USP.
- (b) reguladores, no que diz respeito à prática da psicologia provavelmente derivados de discursos de cunho civilizatório da elite intelectual que atuava no Brasil colônia.
- (c) que se distanciam do mundo real, do mundo em que circula uma demanda crescente por carteiras de habilitação

A partir dessas constatações percebe-se que linguagem e atividades de psicólogos se interconectam na medida em que esta se constitui por meio da primeira para atender demandas das instituições que abrigam essas atividades. A análise das conexões dos índices semântico-gramaticais com o mundo extra-verbal revelou que nas diferentes esferas de atuação, profissionais que se apóiam no mesmo instrumento renormalizam sua prática para adequá-la à organização viva do trabalho para responder às demandas da realidade na qual tem lugar, para atender a rede complexa sobre a qual se constitui a sua ação. O Psicólogo do Trânsito adapta o uso do instrumento à urgência da emissão de carteiras de habilitação enquanto que os psicólogos pesquisadores da Sociedade de Psicologia de São Paulo recorrem ao instrumento para atender exigências da academia, para produzir pesquisas na posição de avaliadores de uma prática que têm lugar no mundo real sem considerar as exigências locais que regulam essa prática.

Essas reflexões tomaram forma na medida em que observei as conexões que se estabeleciam entre a situação concreta de enunciação, a abóboda ideológica sob a qual tiveram lugar e os índices de pessoa, tempo e espaço presentes nos textos. Estes, compreendidos apenas como marcas gramaticais incorporam padrões lógicos que não se vinculam à dimensão caótica que regula interesses no âmbito

das práticas sociais. Percebi, ao longo da elaboração do trabalho, que os textos analisados, por derivarem dessa dimensão caótica, incorporam sentidos que assim que revelados escapam novamente. Isso significa que a reflexão aqui apresentada está ancorada em um recorte dessa realidade, recorte este similar aos registros visuais registrados por câmeras fotográficas. Mesmo assim atingi o propósito mais amplo a que me propus que era ampliar conhecimentos a respeito da atividade de psicólogos no âmbito de duas esferas distintas.

A ampliação desses conhecimentos afetou a forma como percebo meu papel como psicóloga ao prestar auxílio a alunos com dificuldades: até que ponto sou capaz de atingir o propósito de auxiliá-los a compreender as dificuldades que enfrentam nas condições em que presto esse atendimento, condições essas que incluem o excesso de alunos e a impossibilidade de disponibilizar sessões de acompanhamento? Existe nessa situação um confronto com as recomendações dos órgãos de classe para esse tipo de atividade. Antes de realizar esta pesquisa, achava ser esta uma dificuldade pessoal, isolada. Agora, ao final do trabalho, creio ser uma situação enfrentada por grande parte dos profissionais de qualquer campo do conhecimento que atuam em esferas cujo propósito é ofertar serviços para a população economicamente ativa.

A descoberta da presença de interlocutores implícitos nesses textos me levou a refletir sobre a presença de interlocutores implícitos incorporados ao meu texto, isto é, a esta tese. O resultado dessa reflexão me fez compreender que a decisão de estudar o discurso de psicólogos no âmbito da lingüística constitui uma resposta à Fundação Carlos Chagas (setor Cescem), empresa responsável pela criação e aplicação dos exames vestibulares para a USP, no ano de 1973, quando me candidatei a uma vaga no curso de Psicologia. Embora não tenha sido aprovada, recebi um comunicado da Fundação Carlos Chagas por meio do qual fui informada que meu desempenho no tópico Língua havia sido superior ao de 95% dos candidatos (ver cópia do comunicado abaixo).

conhecimentos que eventualmente enriqueceram a minha prática tanto no campo da psicologia aplicada quanto na docência.

Percebi também, que estudar enunciados derivados de atividades profissionais consiste em atividade cujo resultado pode contribuir com estudos no campo da psicologia na medida em que permite a ampliação da compreensão da forma por meio da qual os fenômenos psíquicos são interpretados em diferentes campos da psicologia. Passei a compreender melhor os processos que constituem a atividade de psicólogos. Essa contribuição diz respeito ao trabalho de psicólogos que empregam abordagens derivadas do empirismo perspectiva segundo a qual o objeto da psicologia consiste em comportamentos observáveis, concretizados nas folhas do teste PMK

Finalmente, a partir do trabalho aqui realizado, aponto alguns caminhos no que diz respeito a futuras pesquisas que eventualmente possam derivar desta:

- (a) estudo de outras atividades na esfera do controle e prevenção de acidentes de trânsito como, por exemplo, atividades dos médicos credenciados pelo Detran, ou
- (b) estudo de qualquer outra atividade, com o apoio de conhecimentos advindos do campo da filosofia ou história, com o propósito específico de desvelar um terceiro participante, um interlocutor mítico...

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo (387/2002). *Confissões*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret

AMIGUES, René (2004). Trabalho do professor e trabalho de ensino. In *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Org. Anna Rachel Machado. Londrina: EDUEL

AMORIM, Marília (2006). Cronotopo e exotopia. In *Bakhtin: outros conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo:Contexto

_____ (2004). *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (1998/2005). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 4ª. São Paulo: UNIMARCO/EDUC

ANZIEU, Didier (1978). *Os métodos projetivos*. Trad. Maria Lucia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.

AROUCA, Márcia (2003). *Do discurso à educação no Brasil: uma interlocução com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96*. Tese de doutorado desenvolvida no departamento de Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUCSP, sob orientação da Profª Drª Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva

BAKHTIN, Mikhail (1988). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec

_____ (1979/2000). *Estética da criação verbal*. 3ª.ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes

_____ (1978). *Esthétique et théorie du roman*. Traduit du russe par Daria Olivier. Paris:Gallimard

_____ (1929/2005). *Problemas da poética de Dostoievski*. 3ª ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Forense Universitária

.
BAKHTIN, M./V.N. Volochinov (1929/2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud & Yasra Frateschi Vieira com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 11ª. São Paulo: Hucitec

.
_____ (1927/2004). *O freudismo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva

.
_____ (1926/1976). *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*. Traduzida para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza com base na tradução inglesa de I.R. Titunik. In *Freudism*. New York: Academic Press.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual

.
_____ (2001). Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp.

BAUDRILLARD, Jean (1968/2000). *O sistema dos objetos*. 4ª. São Paulo Perspectiva

BENVENISTE, Emile (1966). *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Gallimard.

_____ (1974). *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris: Gallimard.

BEZERRA CAVALCANTE, Marianne Carvalho (2004). Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In *Hipertexto e gêneros digitais*. Org. Luiz Antônio Marchuschi e Antônio Carlos Xavier. Rio de Janeiro: Lucerna.

BOCCATO, Irai et al. (1998). O psicodiagnóstico miocinético em motoristas de três níveis de escolaridade. In "*Boletim de Psicologia*", vol. XLVIII, Nº 109. p. 1-24

BRAIT, Beth (2006). Análise e teoria do discurso. In *Bakhtin: outros conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto.

_____ e Rosineide de Melo (2005). Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In *Bakhtin: conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto, p.61-78

_____ (2005). Introdução: alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In *Bakhtin: conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto, p. 9-31.

_____ (2002). Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In *Linguagem e trabalho – construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Org. M.Cecília Pérez Souza-e-Silva e Daniel Faïta. São Paulo: Cortez

_____ (2001). Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Org. Beth Brait. Campinas: Editora da Unicamp.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine (2001). Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In *Estudos enunciativos no Brasil – histórias e perspectivas*. Org. Beth Brait. Campinas: Pontes.

BRONCKART, Jean-Paul; D. Bain; B. Schneuwly, C. Davaud & A. Pasquier (1994). *Le fonctionnement des discours: un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Paris:Delachaux & Niestlé

CASTILHO, Anita e Marcondes Cabral (1950/2004). A Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra (2004). Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Org. Luiz Antônio Marcuschi e Antônio Carlos Xavier. Rio de Janeiro: Lucerna

CENTOFANTI, Rogério (1982/2004). Radecki e a Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

CHARTIER, Roger (1991). O Mundo como Representação. In *Estudos Avançados*, v.5, n.11(173-191). São Paulo:USP

CLOT, Yves & Daniel Faïta (2000). Genres et styles en analyse du travail – Concepts et Méthodes. In *Travailler: Revue Internationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail*. n.4. Paris: Martin Media

CLOT, Yves (2006). “Psicologia”. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto.

DEJOURS, Christophe (1993). *Travail usure mentale: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail*. Paris: Bayard

DELEUZE, Gilles (2005). *A imagem-tempo. Cinema 2*. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo. Brasiliense.

_____ & Félix Guattari (1995/2005). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Traduzido por Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 3ª. São Paulo: Editora 34.

DESCARTES, René (1635/1978). *Discurso sobre o método*. Trad. Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus

DILTHEY, Wilhelm (1894/2002). *Psicologia e Compreensão. Idéias para uma Psicologia Descritiva e Analítica*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70

ENGELMANN, Arno (2004). Introdução. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: EdUERJ

FAÏTA, Daniel (2005). *Análise Dialógica da Atividade Profissional*. Org. e tradução: Maria da Glória Corrêa Di Fanti, Maristela Botelho França e Marcos Antonio Vieira. Rio de Janeiro: Imprinta Express.

FARACO, Carlos Alberto (2001). Bakhtin e os estudos enunciativos no Brasil: algumas perspectivas. In *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Org. Beth Brait. Campinas: Pontes.

FIORIN, José Luiz (2002). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa*,

espaço e tempo. 2ª. São Paulo:Ática.

_____ (2001). Categorias da enunciação e efeitos de sentido. In *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes

FOUCAULT, Michel (1984). *A História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres*.

Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal

_____ (1969/2005). *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FREUD, Sigmund (1923/1958). O ego e o id. In *Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro:Delta

_____ (1905). *Cinq psychanalyses*. Paris : P.U.F.

GALLAND DE MIRA, Alice Madeleine (2004). *PMK: Psicodiagnóstico Miocinético*. 3ª v. 1 e 2. São Paulo: Vetor

GHIGLIONE, Rodolphe (1986). *L´homme communiquant*. Paris : Armand Colin

GIEGERICH, Wolfgang (2008). *The soul´s logical life*. 4th ed. Peter Lang : Frankfurt

GRANGER, Gilles-Gaston (1999). *La pensée de l´espace*. Paris: Odile Jacob

HERRNSTEIN, Richard J. & Edwin G. Boring (1971). *Textos Básicos de História da Psicologia*. Tradução de Dante Moreira. Leite. São Paulo: Herder

JACÓ-VILELA, Ana Maria e Ana Paula de Mello Bitar (2003). *Tensões entre o*

físico e o moral na constituição da psicologia no Brasil. In *Clio Psyché Paradigmas. Historiografia, psicologia, subjetividades*. Org. por Ana Maria Jacó-Vilela, Antonio Carlos Cerezzo e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

KELLER, Fred, S. (1974). *A definição da psicologia: uma introdução aos sistemas psicológicos*. Trad. de Rodolpho Azzi. 2ª. São Paulo: E.P.U.

KOCH, Ingedore G. Villaça (1993). *Argumentação e linguagem*. 3ª. São Paulo: Cortez

LACAN, Jacques (1966/1978). Função de campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In *Escritos*. Traduzido por Inês Oseki-Depré. São Paulo: Perspectiva.

LACOSTE, M. (1998). Fala, atividade, situação. In: Duarte, F.J.C.M. & Feitosa, V.C.R. (orgs) *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, p.15-36

LEIMAN, Mikael (1998). Words as intersubjective mediators in psychotherapeutic discourse: The presence of hidden voices in patient utterances. In *Dialogues on Bakhtin: Interdisciplinary Readings*. Jyväskylä: Centre for Applied Language Studies. Lähteenmäki, M. & H. Dufva (eds.).

MOSS, Donald (2001). The roots and genealogy of humanistic psychology. In *The handbook of humanistic psychology*. Edited by Kirk Schneider, James F. T. Bugental e J. Fraser Pierson. California: Sage.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom (1955/2004). A Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaio*s. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: EdUERJ

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom (1969/2004). A Psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: EdUERJ

MACHADO, Irene (2001). O gênero e o corpo de acabamento estético. In *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp.

MAINGUENEAU, Dominique (2002). *Análise de textos de comunicação*. Traduzido por Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2ª. São Paulo: Cortez.

MARCONDES CABRAL, Annita de Castilho e (1950/2004). A Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2004). Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna

MIOTELLO, Waldemir (2005). Ideologia. In *Bakhtin: conceitos-chave*. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto

NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Perspectiva

NOUROUDINE, Abdallah (2002). A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Org. M.Cecília Pérez Souza-eSilva e Daniel Faïta. São Paulo: Cortez

OCAMPO, Maria Luisa Siquier de & Maria Esther Garcia Arzeno (1979/1990). O

processo psicodiagnóstico. In *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. Trad. Miriam Felzenswalb. 6ª. São Paulo: Martins Fonte.

OLINTO, Plínio (1944/2004). A Psicologia Experimental no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

ORLANDI, Eni (1996). A linguagem e seu funcionamento. 4ª. Campinas: Pontes

PEREIRA, Júlio César Rodrigues (2001). *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. São Paulo: Edusp

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli (1999). *O estudo da linguagem pela psicologia: a contribuição de uma aproximação entre B.F. Skinner e M. Bakhtin*. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PESSOTTI, Isaías (1975/2004). Dados para uma História da Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: EdUERJ

_____ (1988/2004). Notas para uma História da Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

PFROMM NETTO, Samuel (1981/2004). A Psicologia no Brasil. In *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Org. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. Rio de Janeiro: Eduerj

ROCHA, Décio, Maria C. G. Daher e Vera L. A. Sant' Anna (2002). Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In *Linguagem e Trabalho: construção de análise de objetos no Brasil e na França*. Org. M.Cecília Pérez Souza-e-Silva e Daniel Faïta. São Paulo:Cortez

ROGERS, Carl (1969/1973). *Liberdade para aprender*. Belo Horizonte: Interlivros.

ROJAS BOCCALANDRO, Efraim (1998). *Diagnóstico da disritimia no PMK*. 2ª ed. São Paulo: Vetor

ROSENFELD, Anatol (2003). *O pensamento psicológico*. São Paulo: Perspectiva.

SANTAELLA, Lucia e Winfried Nöhl (1998). *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras.

SKINNER, Burrhus Frederic (1971). *O mito da liberdade*. 3ª. São Paulo: Summus.

SOUZA CAMPOS, Dinah Martins (2002). *O teste do desenho como instrumento de diagnóstico de personalidade: validade, técnicas de aplicação e normas de interpretação* 34ª ed. Petrópolis: Vozes

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez (2002). A dimensão linguageira em situações de trabalho. In *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Org. M.Cecília Pérez Souza-eSilva e Daniel Faïta. São Paulo:Cortez

STENHOUSE, Robert E. (1995). *The art of case study research*. California: Sage Publications

TELFORD, Charles W. & James M. Sawrey (1974). *Psicologia: uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento*. Traduzida para o português por Octavio Mendes Cajado.São Paulo: Cultrix

TYLER, Leona E. (1963/1981). *Testes e Medidas*. Tradução de Álvaro Cabral. 3ª. Rio de Janeiro: Zahar

VAN KOLCK, Odette Lourenção (1975). *Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil: testes de personalidade*. 2º vol. Petrópolis: Vozes.

VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª. Coimbra: Livraria Almedina.

VYGOTSKY, Lev S (1935/1991). *A formação social da mente*. 4ª. São Paulo: Martins Fontes

XAVIER, Antonio Carlos (2004). Leitura, texto e hipertexto. In *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna

YAMAMOTO, Oswaldo H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: Edicon

ZURFLUH, Jean (1976). *Les tests mentaux: expériences, chronologie, présentation et critiques des tests mentaux*. Paris : Jean-Pierre Délarge, Editions Universitaires.

DOCUMENTOS

CBO/2002: Classificação Brasileira de Ocupações. Regulamentada pela Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002;

CFP /2000: Pesquisa realizada pela empresa WHO para o Conselho Federal de Psicologia em março de 2000.

Anexo à Resolução CFP nº 012/2000: Manual para avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

CFP/1992: Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil – contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações – enviada em 17 de outubro de 1992.

Resolução CFP Nº 002/1987 – Código de Ética Profissional do Psicólogo
Código de Trânsito Brasileiro: Lei 9.602 de 21/01/1998

Resolução CONTRAN nº 51, DE 21 /05/1998

CPF	RENACH	CATEGORIA PRETENDIDA A13	Nº
NOME DO CANDIDATO, COMPLETO E POR EXTENSO			
DATA DE NASCIMENTO	ESTADO CIVIL Solteiro	NACIONALIDADE Bras.	CIDADE
PROFISSÃO		ESCOLARIDADE	
ENDEREÇO COMPLETO		BAIRRO	CEP
IDENTIDADE	Nº CART. HABILITAÇÃO	PRONTUARIO	CIDADE
LOCAL DE TRABALHO		ESTADO	DATA EMISSÃO
TELEFONE			
DECLARAÇÃO: <i>É dezoito de Matheus Confesso as leis de trânsito,</i>			
SIGNATURA		DATA 15-12-03	
RELATÓRIO DA ENTREVISTA			
<i>Fama + 2 Bebe socialmente.</i>			
<i>ninguém medicamento, acidente, fratura</i>			
<i>Dorme bem</i>			
<i>Saúde boa</i>			
S			
TESTES APLICADOS			
<input type="checkbox"/> INV. PONTOS	<input type="checkbox"/> RAVEN PONTOS	<input type="checkbox"/> R1 PONTOS	<input type="checkbox"/> AC PONTOS
OBSERVAÇÃO/CONCLUSÃO FINAL		APTO <input type="checkbox"/>	INAPTO <input type="checkbox"/>
15-12-03 DATA		PSICÓLOGO	

Relatório de Análise do Teste PMK

Quantitativos

	Me	Tetron	Md	Tetron
<i>Ansiedade Vital (Elação-Depressão)</i>				
Ansiedade Primário Vertical (DPv)				
- Lineogramas	9	3	1	2
- Escadas				
- Círculos				
- Cadeias				
- Us	8	3	4	4
<i>Ansiedade (Hetero-agressividade - Auto-agressividade)</i>	Me	Tetron	Md	Tetron
Ansiedade Primário Sagital (DPs)				
- Lineogramas	31	3	0	-7
- Zigue-Zague	28	5	24	4
- Cadeias				
- Paralelas	15	2	35	3
- Us	0	-4	9	-3
Ansiedade Secundário Horizontal (DSH)				
- Lineogramas	5	0	5	0
<i>Ansiedade Vivencial (Extratensão - Intratensão)</i>	Me	Tetron	Md	Tetron
Ansiedade Primário Horizontal (DPh)				
- Lineogramas	6	3	0	0
Ansiedade Secundário Sagital (DSs)				
- Lineogramas	5	2	4	2
- Zigue-Zague Egocífugo	6	0	5	0
- Zigue-Zague Egocípeta	0	1	11	5
- Cadeias Egocífugas				
- Cadeias Egocípetas				
- Paralelas Egocífugas	15	1	12	-1
- Paralelas Egocípetas	7	1	0	-1
- Us	0	2	10	3
<i>Ansiedade (Presente - Ausente)</i>	Me	Tetron	Md	Tetron
Ansiedade Secundário Vertical (DSv)				
- Lineogramas	11	0	9	0
- Círculos				
- Cadeias Ascendentes				
- Cadeias Descendentes				
- Us	9	-2	9	-2
<i>Ansiedade Tensional (Excitação - Inibição)</i>	Me	Tetron	Md	Tetron
Comprimento Linear (CL)				
- Lineogramas (média)	45	3	37	0
- Zigue-Zague Máximo Egocífugo	16	-2	18	0
- Zigue-Zague Mínimo Egocífugo	9	0	13	2
- Zigue-Zague Máximo Egocípeta	17	-1	17	-1
- Zigue-Zague Mínimo Egocípeta	7	-2	10	0
- Paralela Máxima Egocífuga	49	-2	44	-3
- Paralela Mínima Egocífuga	44	2	35	-1
- Paralela Máxima Egocípeta	41	-6	34	-8
- Paralela Mínima Egocípeta	31	-5	27	-5
<i>Ansiedade Tensional Impulsividade - Rigidez)</i>	Me	Tetron	Md	Tetron
Diferença de Comprimento Linear (CL Max. - CL Min.)				
- Zigue-Zague Egocífugo	7	-3	5	-4
- Zigue-Zague Egocípeta	10	1	7	-1
- Paralela Egocífuga	5	-6	9	-3
- Paralela Egocípeta	10	-3	7	-5

Relatório de Análise do Teste PMK

Sexo: Masculino

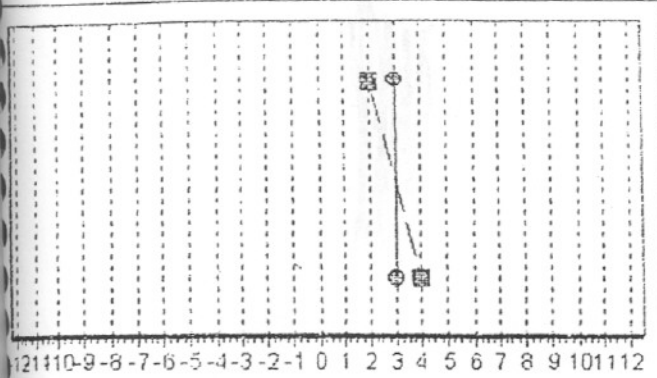
Idade: 2003

Dominante: Direita

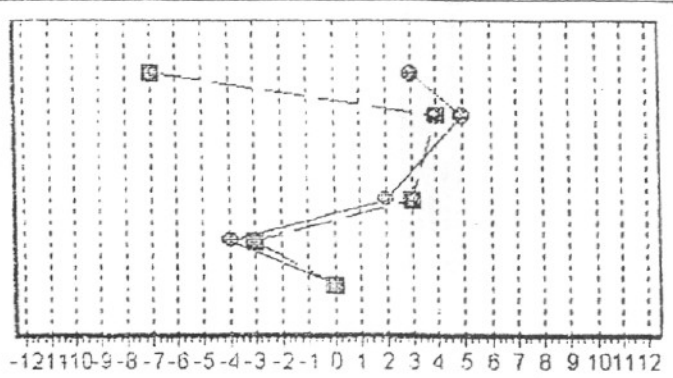
Escolaridade:

Idade: 2003

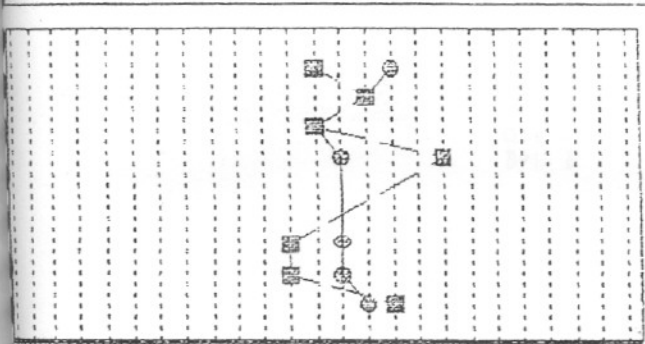
Data: 12/17/03



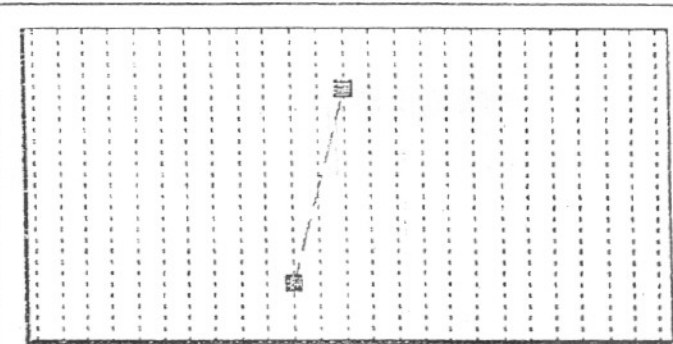
Fôlego Vital



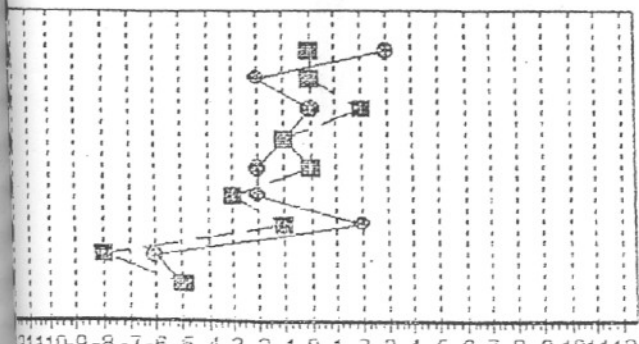
Agressividade



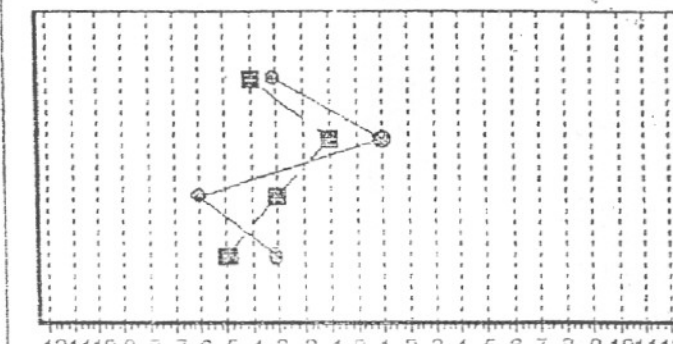
Interação Vivencial



Emotividade



Dimensão Tensional



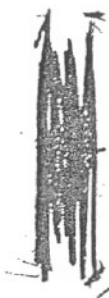
Predomínio Tensional

—○— Mão Esquerda

—■— Mão Direita



CL 38
DSV 11
DPV 9



CL 39
DSV 1
DPV 9



CL 51
DSK 5
DPH 5



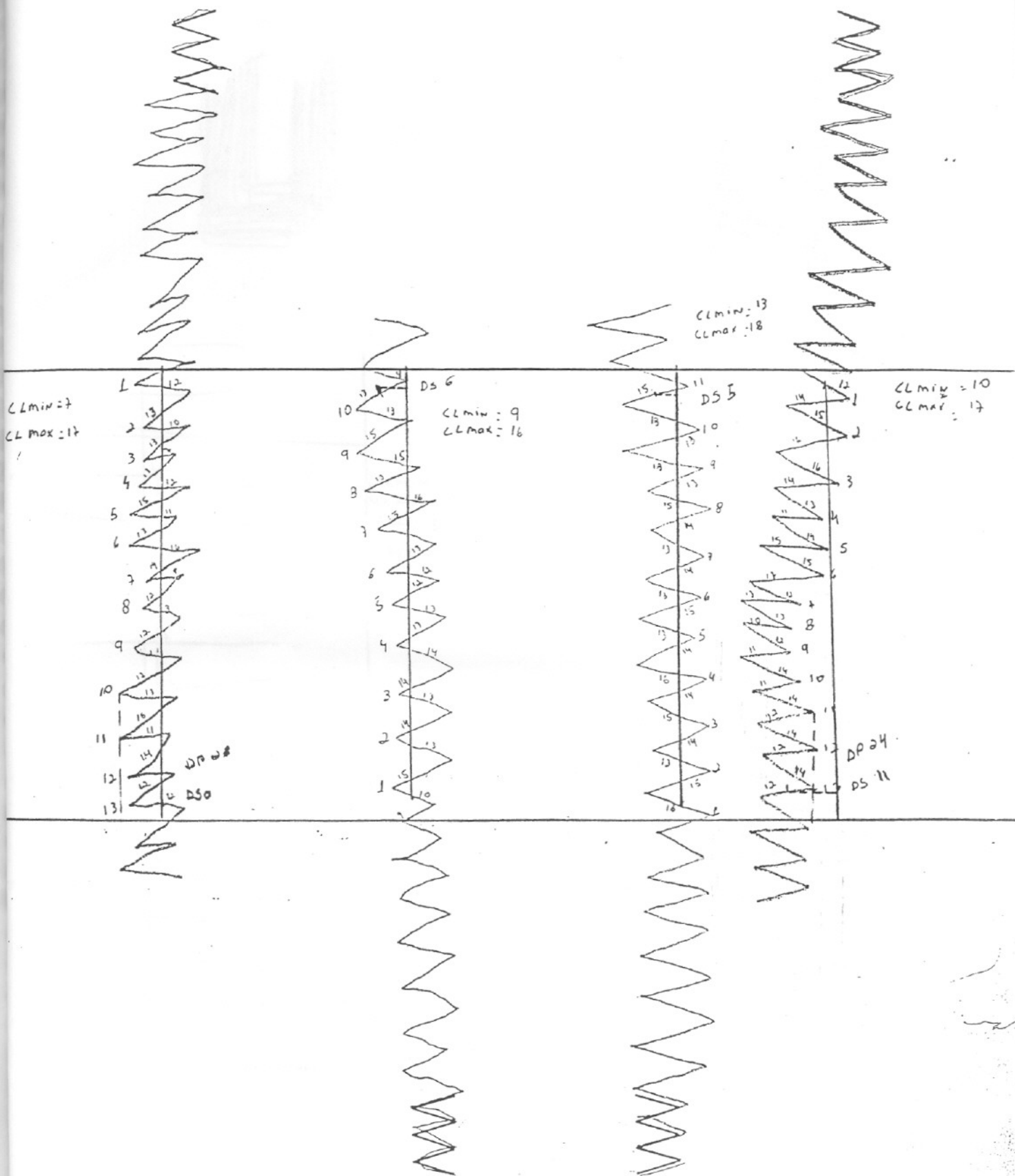
CL 35
DPH 5
DSK 0

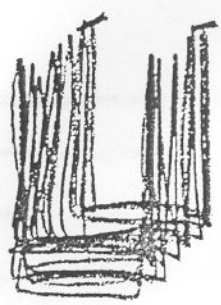


CL 46
DSV 51
DPS 05

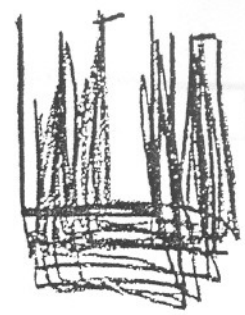


CL 32
DSK 0
DPS 4

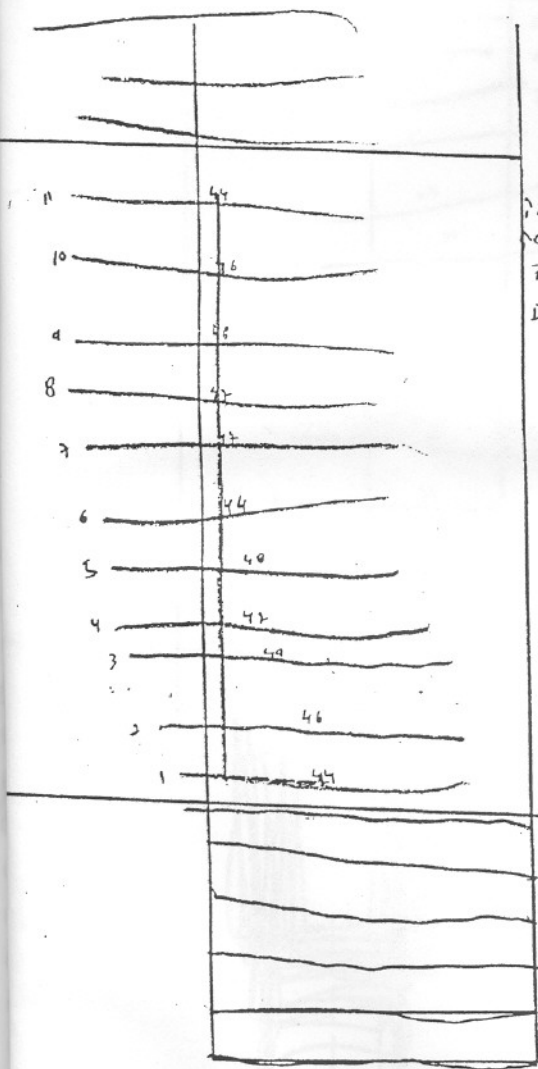




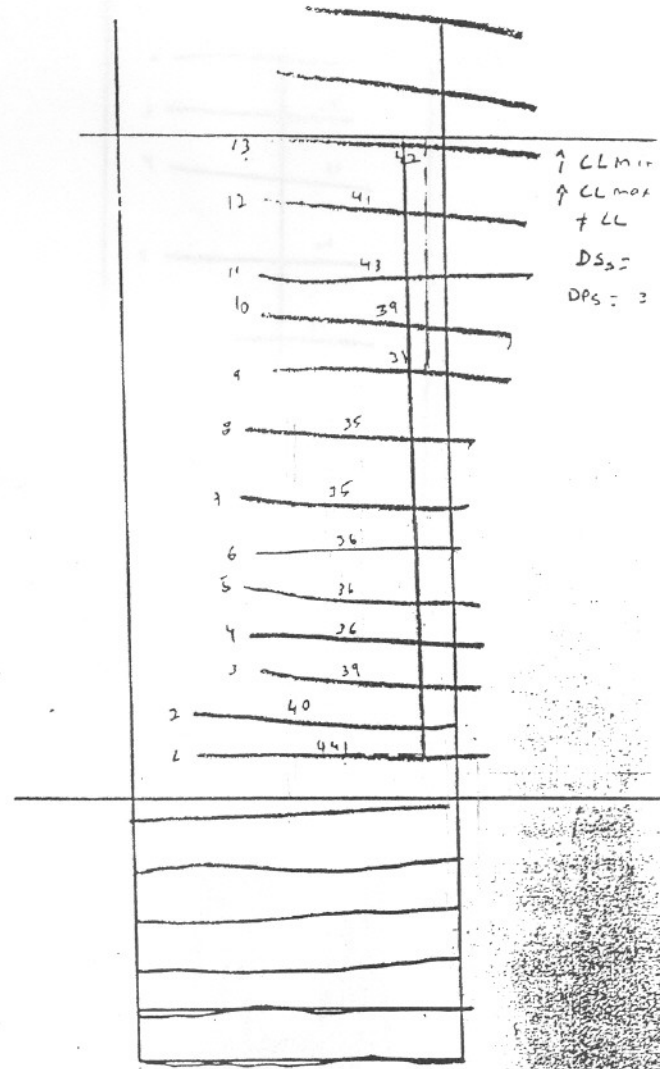
DPV = 8
DSV = 9



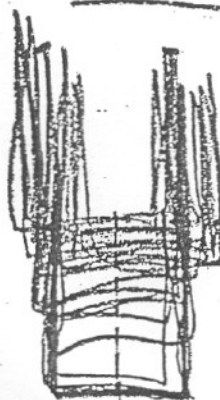
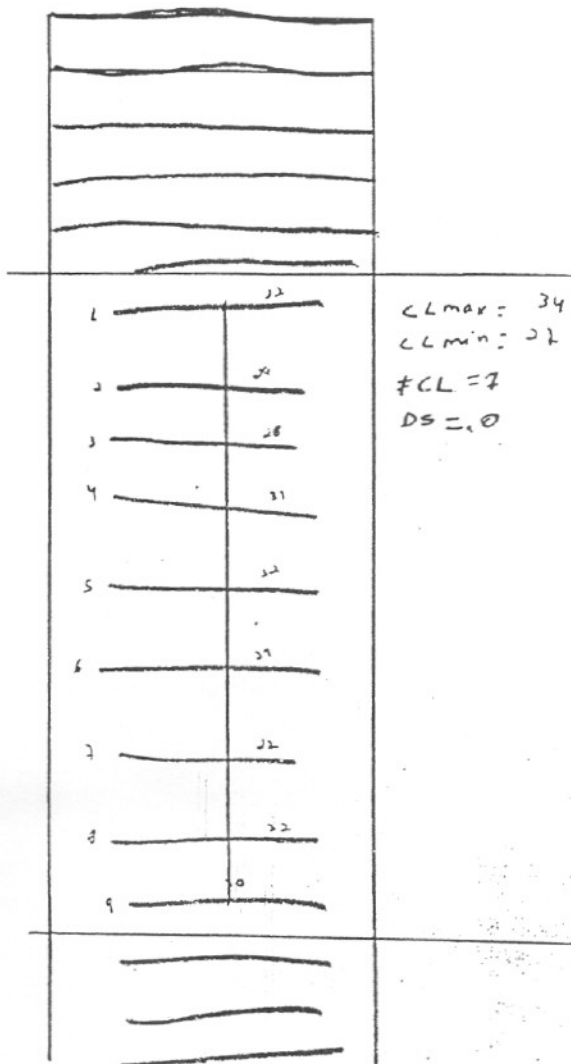
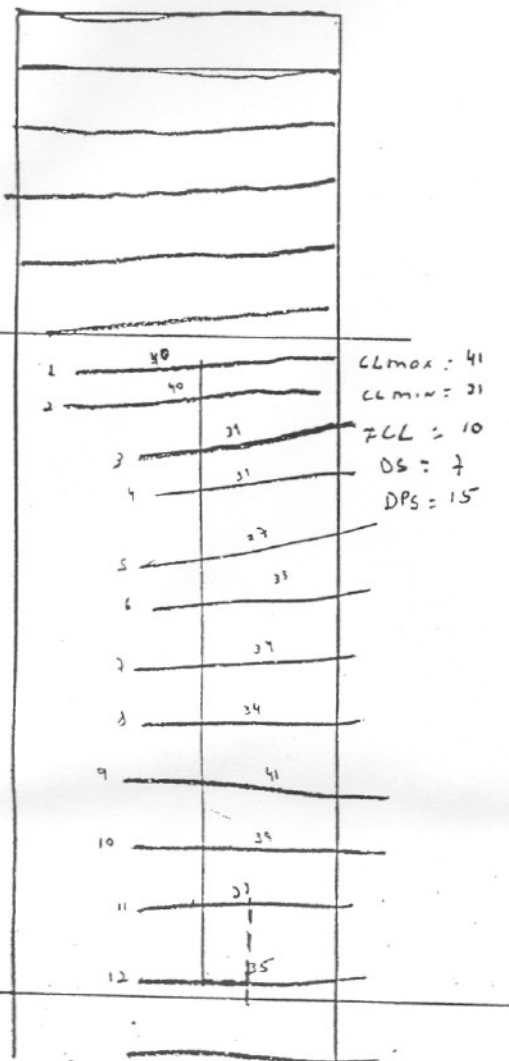
DPV = 4
DSV = 10



CLL min = 44
CLL max = 49
fCL = 5
DSs = 15



↑ CLL min
↑ CLL max
fCL
DSs =
DPS = 3



$DPS = 38$
 $DS = 0$



$DPS = 14$
 $DS = 9$

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)